



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

AS PAISAGENS DAS TERRAS DE SANTA TEREZA: GEODIVERSIDADE E IDENTIDADE CULTURAL NO QUILOMBO ITAMATATIUA, ALCÂNTARA - MA.

DANIELLE DE ASSIS ARAUJO ALVES



São Luís

2021

DANIELLE DE ASSIS ARAUJO ALVES

**AS PAISAGENS DAS TERRAS DE SANTA TEREZA: GEODIVERSIDADE E
IDENTIDADE CULTURAL NO QUILOMBO ITAMATATIUA, ALCÂNTARA - MA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade - Linha de Pesquisa 2 – Mestrado Interdisciplinar, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa

São Luís

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Alves, Danielle de Assis Araujo.

As paisagens das terras de Santa Tereza :
geodiversidade e identidade cultural no quilombo
Itamatatua, Alcântara - MA / Danielle de Assis Araujo
Alves. - 2021.
124 f.

Orientador(a): Antonio Cordeiro Feitosa.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2021.

1. Comunidade Quilombola Itamatatua. 2.
Geodiversidade. 3. Identidade. 4. Memória. 5. Paisagem.
I. Feitosa, Antonio Cordeiro. II. Título.

**AS PAISAGENS DAS TERRAS DE SANTA TEREZA: GEODIVERSIDADE E
IDENTIDADE CULTURAL NO QUILOMBO ITAMATATIUA, ALCÂNTARA - MA.**

Defesa de dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da
Universidade Federal do Maranhão.

Orientador: Antonio Cordeiro Feitosa

Linha de Pesquisa: Cultura, Educação e Tecnologia

Aprovada em: ____/____/____/

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Doutor em Geografia

Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira
Universidade Federal do Maranhão
Doutor em Arqueologia

Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza
Universidade Estadual do Maranhão
Doutor em Geografia

Aos meus avós, Nizete e Vicente

À minha mãe, Ana Maria Alves Araujo

Todas as minhas conquistas são para vocês

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter permitido finalizar mais esta etapa da minha vida acadêmica. Agradeço também a ele, que durante este período de pandemia e caos, restaurou a saúde dos meus familiares, acalmou meu coração e me deu força nos momentos difíceis.

Agradeço a minha mãe por sempre acreditar em mim e ser a razão das minhas lutas diárias. Ao meu irmão Bruno pelo companheirismo e horas de conversas sobre o quanto a vida de professor é difícil. Agradeço também aos demais familiares, em especial meus queridos avós.

Agradeço ao meu orientador o professor Cordeiro pelo prazer em realizar essa pesquisa comigo, além de todas as orientações anteriores, conselhos e puxões de orelha que foram necessários para minha evolução. Ele sempre será querido e especial em minha vida.

Agradeço aos moradores de Itamataiua que contribuíram com a minha pesquisa e sempre foram muito receptivos, em especial a querida Dona Neide, Denise, Cleiton, Dani e seus demais familiares que me hospedaram em sua casa com muito carinho. Agradeço também a atual líder comunitária a Alessiane que sempre facilitou minha pesquisa e mediu a minha ida a comunidade.

Agradeço aos colegas e amigos do NEPA que me ajudaram em todo o processo da pesquisa, ressaltando Thiara, Nayara, Andreza, Naiara, Larissa e Matheus, que estiveram presentes em momentos específicos desse processo e auxiliaram da forma que podiam.

Agradeço aos professores do NEPA, grupo de pesquisa que foi responsável pela minha evolução acadêmica e profissional, em especial agradeço a professora Márta que com seu carisma e carinho sempre me auxiliou, escutou e mimou nas tardes da UFMA com aquele bolinho especial para o café.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos, sem citar nomes para que eu não cometa o erro de esquecer alguém, mas cada um possuiu uma singela participação nesse processo. Estes são poucos e sempre os levarei comigo.

*"... Nem tudo é dias de sol,
E a chuva, quando falta muito, pede-se
- Por isso tomo a infelicidade com a felicidade
Naturalmente, como quem não estranha
Que haja montanhas e planícies
E quando haja rochedos e erva...
O que é preciso é ser-se natural e calmo..."*

Fernando Pessoa

RESUMO

A paisagem é dotada dos elementos da geodiversidade e impregnada das relações com a sociedade, circunscrevendo o homem no tempo e no espaço mediante o registro de impressões da cultura e da identidade das comunidades. A comunidade Quilombola de Itamatatua, situada no município de Alcântara, tem sua paisagem evidenciada por elementos da geodiversidade e da biodiversidade em relação intrínseca com as atividades produtivas da população residente, manifestada através da cultura tradicional extrativista e agrícola, e das manifestações e expressões direcionadas as práticas religiosas, artísticas e de lazer, como por exemplo, a festa mais conhecida da comunidade em homenagem a Santa Tereza d'Ávila que ocorre tradicionalmente na área. A comunidade herdou de sua origem e antepassados traços culturais significativos que são compostos pela produção de cerâmica, o tambor de crioula, a festa de São Sebastião, o festejo da padroeira Santa Tereza d'Ávila e outros hábitos e costumes que são considerados como manifestação de expressão e resistência, refletindo experiências da realidade de Itamatatua. Para o alcance dos objetivos estabelecidos para a pesquisa, os caminhos metodológicos percorridos buscaram o delineamento do presente estudo fundamentados no método fenomenológico, sendo uma pesquisa de caráter bibliográfico e estudo de campo. O objetivo geral estabelecido para esta pesquisa consistiu em compreender a importância da paisagem do quilombo Itamatatua como elemento da construção da identidade cultural dos moradores da área. A linha de investigação norteadora baseou-se na indagação acerca dos seguintes aspectos: a paisagem é um dos elementos mais importantes para a construção da identidade cultural dos moradores do quilombo Itamatatua? E que, considerando o seu caráter dinâmico, eventuais alterações podem revelar correspondentes modificações na identidade dos moradores? As paisagens do quilombo Itamatatua representam uma relação estreita entre os moradores e a geodiversidade através dos usos conscientes, das transformações e das atribuições que dão a esses elementos para a cultura, a identidade e a perpetuação da memória. Alterações significativas desses elementos influenciam diretamente as tradições, as atividades diárias e o sustento das famílias. A crença dos moradores em estarem localizados em terras sagradas, as narrativas sobre os desejos e visitas de santa Tereza no quilombo e os mitos incorporados para proteção dos elementos naturais, geram os cuidados sustentáveis com as paisagens. Esses fatos revelam a inerente relação entre o homem e a terra, expressando vínculos afetivos construídos por via da fé, das narrativas, dos mitos, da sacralização dos elementos que dão origem ao espaço sagrado de Itamatatua.

Palavra – Chave: Paisagem. Geodiversidade. Identidade. Memória. Comunidade Quilombola Itamatatua.

ABSTRACT

The landscape is endowed with the elements of geodiversity and impregnated with relations with society, circumscribing man in time and space by recording impressions of culture and the identity of communities. The Quilombola community of Itamatatua, located in the municipality of Alcântara, has its landscape evidenced by elements of geodiversity and biodiversity in an intrinsic relationship with the productive activities of the resident population, manifested through the practices of traditional extractive and agricultural culture, and the manifestations and expressions directed to religious, artistic and leisure practices, such as, for example, the best-known festival of the community in honor of Santa Tereza d'Ávila that traditionally takes place in the area. The community inherited significant cultural traits from its origin and ancestors that are composed by the production of ceramics, the creole drum, the feast of São Sebastião, the celebration of the patron Santa Tereza d'Ávila and other habits and customs that are considered as a manifestation of expression and resistance, reflecting experiences of the Itamatatua reality. To reach the objectives established for the research, the methodological paths followed seek to outline the present study, based on the phenomenological method, being a bibliographic research and field study. The general objective established for this research is to understand the importance of the Quilombo of Itamatatua's landscape as an element of the construction of the cultural identity of the residents of the area. The guiding line of investigation was based on the inquiry about the following aspects: is the landscape one of the most important elements for the construction of the cultural identity of the inhabitants of Quilombo Itamatatua? And that, considering its dynamic character, any changes may reveal corresponding changes in the identity of the residents? The landscapes of the Quilombo Itamatatua represent a close relationship between residents and geodiversity through conscious uses, transformations and attributions that give these elements to culture, identity and the perpetuation of memory. Significant changes in these elements directly influence the traditions, daily activities and livelihoods of families. The residents' belief in being located in sacred lands, the narratives about the desires and visits of Santa Tereza in the quilombo and the myths incorporated to protect the natural elements, generate sustainable care for the landscapes. These facts reveal the inherent relationship between man and the earth, expressing affective bonds built through faith, narratives, myths, the sacralization of the elements that give rise to the sacred space of Itamatatua.

Keyword: Landscape. Geodiversity. Identity. Memory. Quilombola Itamatatua Community.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro

Quadro 1: Uso da Geodiversidade pelos moradores do Quilombo.

Figuras

Figura 01: Localização da sede de Alcântara e da comunidade Itamatatua.

Figura 02: Pedra de fundação da Colônia, marco histórico.

Figura 03: Linha do Tempo Quilombo Itamatatua.

Figura 04: Mural dos antigos moradores exposto na Associação de Itamatatua

Figura 05: Moradores antigos e atuais expostos no Centro de Produção de Cerâmica.

Figura 06: Fiéis em momento devoção a sua mãe Santa Tereza.

Figura 07: Fiéis em procissão durante a tarde.

Figura 08: Fiéis em momento devoção a sua mãe Santa Tereza.

Figura 09: Fluxograma sobre os conceitos de Paisagem, Lugar e Espaço.

Figura 10: Evolução dos conceitos de Geografia e Paisagem

Figura 11: Valores da Geodiversidade.

Figura 12: Serviços da Geodiversidade

Figura 13: Moradora usando monóculo, mural da associação.

Figura 14: Máquina maromba no centro de produção de cerâmica.

Figura 15: Festa para Santa Tereza durante a pandemia.

Figura 16: Paisagens de Itamatatua.

Figura 17: Igreja de Santa Tereza d'Ávila.

Figura 18: A sede ou sítio da Comunidade.

Figura 19: Fonte do Chora

Figura 20: Fonte do Chora.

Figura 21: Mata Chã do Meio, exposição “Um saber ancestral, a produção ceramista no quilombo Itamatatua”

Figura 22: Campo inundável.

Figura 23: Área de campo inundável no caminho para fonte do Chora.

Figura 24: Trechos do rio da comunidade

Figura 25: Trechos do rio da comunidade

Figura 26: Ramal da comunidade.

Figura 27: Trecho do rio da comunidade

Figura 28: Área de coleta de argila.

Figura 29: Centro de Produção de Cerâmica, local de processamento dos materiais

Figura 30: Ônibus, vans e carros que trazem as pessoas para o festejo.

Figura 31: Mulher decorando a igreja no dia 14/10/2019 sob o comando da dona Irene, Juíza da festa (a direita da foto).

Figura 32: Dona Irene, Juíza da Festa.

Figura 33: Caixeiras do festejo.

Figura 34: Casa de Santa Tereza

Figura 35: Igreja da comunidade

Figura 36: Mastro do festejo.

Figura 37: Mulheres e homens cozinhando na Casa de Santa Tereza.

Figura 38: Missa do dia 15/10/2019.

Figura 39: Devotos aguardando a procissão.

Figura 40: Crianças vestidas de anjo como forma de pagar a promessa.

Figura 41: Casal acendendo velas de 1 metro

Figura 42: Idosa carregando a vela.

Figura 43: Pessoas acompanhando a procissão.

Figura 44: Imagem da Santa sendo carregado pelos devotos.

Figura 45: Divisão da carne para fazer as comidas da festa da santa.

Figura 46: Missa do dia 15, igreja com poucos fiéis devido a pandemia.

Figura 47: Uma das imagens da santa que fica dentro da Igreja.

Figura 48: Localização dos pontos visitados no quilombo Itamatatua.

Figura 49: Fluxograma da relação entre paisagem, geodiversidade e identidade no quilombo Itamatatua.

Figura 50: Área dos campos inundáveis.

Figura 51: Plantação de cana de açúcar

Figura 52: Peças elaboradas com argila da comunidade.

Figura 53: Rio da comunidade no período de chuvas sendo utilizado para banho.

Figura 54: Fonte do Chora

LISTA DE ABREVIATURAS

OMS – Organização Mundial da Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EUA – Estados Unidos da América

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CLA – Centro Lançamento de Alcântara

PQB – Programa Brasil Quilombola

RN – Rio Grande do Norte

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

APP – Áreas de Preservação Permanente

MA – Maranhão

ZEE – MA – Zoneamento Ecológico Econômico do Bioma Amazônico do Estado do Maranhão

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS	19
2.1 Tipo de Pesquisa	20
2.2 Campo Empírico	23
2.3 Instrumentos de Coleta de Dados	24
2.4 Procedimentos de Coleta de Dados	24
3. TERRAS DEIXADAS PELOS ANTIGOS	26
3.1 Contexto Histórico e Espacial	26
3.2 Terras de Pretos e Terras de Santo	34
4. PAISAGEM, GEODIVERSIDADE E IDENTIDADE	45
4.1 Abordagens na perspectiva da Geografia Humanista Cultural	45
4.2 Enfoque conceitual sobre a Geodiversidade	52
4.3 Memórias e Identidades	56
5. QUILOMBO ITAMATATIUA: TERRAS DA SANTA BRANCA	64
5.1 Paisagens das Terras de Santa Tereza	64
5.2 Elementos da Geodiversidade do Quilombo	74
5.3 Festejo da Santa Tereza d'Ávila	78
5.4 Saberes e Fazeres Tradicionais	92
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	105
ANEXO A	114
ANEXO B	115
APÊNDICE A	120
APÊNDICE B	121
APÊNDICE C	123

1. INTRODUÇÃO

A noção de paisagem acompanha o homem desde o início da sua existência, pois a sobrevivência dos seres humanos sempre resultou de sua relação intrínseca com a natureza, mediante a adaptação aos seus rigores ou promovendo intervenções para a adequação aos seus propósitos. Entretanto, segundo Maximiano (2004), o conceito de paisagem só foi formulado ao longo de muito tempo, iniciando a sua manifestação mais claramente a partir das observações de artistas e estudiosos, tanto do oriente quanto no ocidente.

Na geografia tal conceito é estruturado entre fins do século XVIII e início do século XIX pelo naturalista alemão Alexander von Humboldt, considerado o sistematizador dessa ciência (DANTAS et al, 2015). A fim de descrever as diversas paisagens observadas em suas expedições, Humboldt foi um dos mais relevantes estudiosos de sua época, dominando o vasto conhecimento da geologia bem como da botânica, empregou o conceito de paisagem natural (*landschaft*) como um termo agregador de todos os elementos naturais que formam o meio geobiofísico.

A Escola Naturalista Alemã, conforme Salgueiro (2001), descreveu uma sensação de prazer estético oportunizado pela observação da paisagem utilizando-se do enfoque romancista e estético. De acordo com Dantas et al., (2015), a Escola Francesa de Geografia, que surgiu em 1870 depois da Escola Alemã, desenvolveu sua perspectiva possibilista estruturada por Paul Vidal de La Blache e expôs uma análise diferenciada de paisagem, a qual enfatizou uma visão composta pela interação dos elementos naturais e humanos sobre o terreno, a chamada paisagem geográfica, seguindo a abordagem iniciada por Karl Ritter, na Alemanha, em meados do século XIX.

Consoante a Santos (1988), a paisagem consiste em tudo que nós conseguimos perceber em determinado segmento do espaço, ou seja, tudo que nossos sentidos alcançam é paisagem, a qual pode ser definida considerando também elementos do domínio dos sentidos, não compondo-se somente de volumes, mas também por cheiros, movimentos, cores, sons.

Com base na Geografia Cultural, Berque (2012) afirma que a análise da paisagem deve ser feita a partir do sujeito que a vivencia, na qual esta não somente representa características de uma civilização, mas também uma paisagem matriz que origina as relações com o meio, destacando a participação da sociedade, suas ações, concepções e percepções, ou seja, a cultura construída.

Constituindo o espaço geográfico, a paisagem é composta pela influência do tempo sobre os elementos fixos e os fluxos recorrentes em uma determinada porção do

espaço; e percebida por meio de tudo que os sentidos podem captar dos elementos naturais, onde inclui-se a geodiversidade, além dos elementos culturais que expressam as manifestações dos grupos humanos, de modo que o homem se torna indissociável da paisagem.

Nesta pesquisa a geodiversidade é destacada como uma temática importante a ser analisada a partir de um recorte da paisagem. Seu estudo tem o fito de indicar a importância da diversidade dos elementos abióticos existentes no meio físico, seus processos geradores e sua relação social. As geociências, baseadas no conceito de geodiversidade, desenvolveram um novo e eficiente instrumento de análise de forma integrada da paisagem, a fim de utilizar o estudo dos elementos físicos a serviço da preservação do meio natural e do planejamento territorial (DANTAS et al., 2015).

A geodiversidade já era utilizada por alguns estudiosos mesmo considerando o uso hodierno do termo. Tal vocábulo apareceu pela primeira vez na literatura na década de 1940, nos textos do geógrafo argentino Frederico Alberto Daus (MEDEIROS e OLIVEIRA, 2011). Em 1990 ocorreu sua popularização em trabalhos de geólogos e geomorfólogos, se definindo de acordo com o ponto de vista de cada autor: ora mais restrito, se relacionado apenas aos minerais, rochas e fósseis, ora mais amplo, se integrando também os processos que podem atuar na sua gênese e continuam atuando.

Segundo Passos (2013), deve-se levar em conta que a geodiversidade pré-determina as bases para a biodiversidade, regulando a paisagem natural de acordo com a diferença de aspectos, de uso e ocupação dos solos, como a humanização e a espacialização, tornando-a indissociável da civilidade e de sua expressão cultural, tanto material quanto imaterial.

Logo, a paisagem dotada dos elementos da geodiversidade e impregnada das relações com a sociedade, representa a cultura e a identidade das comunidades, consistindo em localizar o homem no tempo e no espaço, de identificar-se com a sociedade e sua cultura. A paisagem torna-se uma autobiografia que narra a história de uma geografia social e, concomitantemente, demonstra as gestões e ações atuais (PASSOS, 2013).

O Estado do Maranhão apresenta grande extensão territorial, possui diversas áreas que se destacam pela singularidade dos aspectos físicos peculiares, como é o caso do Golfão Maranhense, localizado no extremo norte do Estado, que é uma área de terras emersas, constituída pelas baías de São Marcos, Cumã, Tubarão e São José, tendo ao centro a Ilha do Maranhão.

Dentre os municípios do Golfão Maranhense, Alcântara destaca-se por possuir relevo baixo e marcado pelo domínio de formas tabulares e subtabulares com características naturais singulares como falésias, mangues, praias e campos inundáveis.

A área selecionada para esta pesquisa corresponde ao domínio da Comunidade Quilombola de Itamatatiua, situada no município de Alcântara, que tem sua paisagem composta por elementos da geodiversidade e da biodiversidade em relação intrínseca com a população residente, manifestada por meio das práticas da cultura tradicional extrativista e agrícola, assim como das manifestações e expressões direcionadas a práticas religiosas, artísticas e de lazer, como por exemplo, a festa mais conhecida da comunidade em homenagem a Santa Tereza d'Ávila que ocorre tradicionalmente na área.

A comunidade herdou de sua origem e antepassados traços culturais significativos que são compostos pela produção de cerâmica, o tambor de crioula, a festa de São Sebastião, o festejo da padroeira Santa Tereza d'Ávila bem como outros hábitos e costumes que são considerados como manifestação de expressão e resistência, refletindo experiências da realidade de Itamatatiua.

A identidade cultural, conceito utilizado nas ciências humanas e sociais, é construída por intermédio da cultura que o indivíduo está inserido e a qual o diferencia dos demais, construindo-se por ideias, crenças, tradições que são compartilhados por um grupo, recebendo influência significativa dos elementos do ambiente no qual está inserido. Logo, a paisagem é inerente a identidade, se tornando tanto uma representação, revelando sentido para quem a utiliza, como também uma existência concreta, a realidade das condições do meio que é vivenciado (MITCHELL, 1991; HARNER, 2001; ROCA e OLIVEIRA, 2005).

A comunidade teve origem com a desagregação de uma antiga fazenda escravista pertencente à Ordem Carmelita. Os primeiros frades da ordem do Carmo chegaram ao Maranhão juntamente com a esquadra portuguesa que expulsou os invasores franceses, em 1615 (MARQUES, 2008). A tradição presente na comunidade é a produção de cerâmica, prática constituída por meio da família, dos costumes e das crenças, além disso, também há agricultura e a pesca como atividades de subsistência.

As relações estabelecidas com a comunidade foram construídas desde as primeiras pessoas que se instalaram na área, de maneira a criar seu modo de vida, tradições, trabalho, família e adaptaram-se as condições do meio, esses fatores foram cruciais para a relação existente entre a paisagem e seus moradores. Os elementos da natureza tem valor significativo para a sociedade, por exemplo, uma rocha não é somente uma rocha quando usada com diversas finalidades pela comunidade passando de geração em geração.

Essa multiplicidade de aspectos paisagísticos e as relações criadas com a sociedade sempre incentivaram as reflexões e as análises de observadores e estudiosos de diversas ciências com as mais variadas motivações (FEITOSA, 2017). Em face da diversidade paisagística existente no Estado do Maranhão, este trabalho é motivado pela possibilidade de contribuir com as pesquisas que contemplem a abordagem interdisciplinar das diferentes paisagens existentes, dando destaque também aos elementos abióticos destas e suas relações com quem as utilizam.

Sobre a comunidade quilombola Itamatatua, não se encontram estudos que explorem a temática dos sentimentos relacionados com a importância dos elementos da geodiversidade no contexto da toponímia e na identificação da população com as feições dos elementos naturais da paisagem. Portanto, constitui-se como algo novo e relevante para as pesquisas no Maranhão.

Afirma-se, também, que os incentivos do poder público, voltados às potencialidades da comunidade e aos cuidados com a qualidade do ambiente, são insuficientes, ainda que esta faça parte da Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses e da Baixada Maranhense, de maneira a não possuir fiscalizações e nem orientações para o uso e ocupação, o que pode, futuramente, acarretar em alterações significativas na paisagem, de modo a afetar as atividades de subsistência da população, o lazer, os costumes e modificar as tradições até então construídas.

O objetivo geral delimitado para esta pesquisa consistiu em compreender a importância da paisagem do Quilombo Itamatatua como elemento da construção da identidade cultural dos moradores da área. Além de: Identificar os elementos da geodiversidade que estão inseridos na paisagem do Quilombo; verificar para quais fins a comunidade quilombola utiliza os elementos da paisagem natural e relacionar os elementos da paisagem e os moradores da comunidade, estes compõem, assim, os objetivos específicos.

A linha de investigação norteadora da pesquisa baseou-se na indagação acerca dos seguintes aspectos: a paisagem é um dos elementos mais importantes para a construção da identidade cultural dos moradores do quilombo Itamatatua? E que, considerando o seu caráter dinâmico, eventuais alterações podem revelar correspondentes modificações na identidade dos moradores? A averiguação contemplou a busca e análise dos elementos que subsidiem os pressupostos inerentes ao alcance dos objetivos propostos.

Para o alcance dos objetivos estabelecidos para a investigação, os caminhos metodológicos percorridos buscaram o delineamento do presente estudo fundamentando-o no método fenomenológico, de maneira a apresentar uma pesquisa de caráter bibliográfico e de

estudo de campo. Conforme Serpa (2019), a relação entre a Geografia e a fenomenologia, vislumbra a ontologia do espaço, ou seja, um espaço que se origina e se constitui de forma individual e coletiva em determinada situação, a partir das ações destes indivíduos inseridos no mundo, circunscritos a um espaço-tempo específico.

Serpa (2019, p. 9) também afirma que a fenomenologia “permite o retorno às experiências e práticas espaciais primeiras, sobre as quais construímos nossas referências de mundo e lugar”. Salienta-se que os elementos primeiros da construção das referências da paisagem são da natureza física e biológica, os quais são apropriados por alguns indivíduos e, muitas vezes, por toda a comunidade.

Os capítulos que compõem a estrutura de desenvolvimento desta pesquisa estão pautados na relação teoria e prática, onde a pesquisadora, a partir da sua inserção na comunidade, realizou entrevistas e observações. Estas etapas buscaram a subjetividade dos sujeitos e expressaram as ideias, significados, memórias e experiências de uma paisagem construída em território santo, com um recorte da geodiversidade, expressando a (des)construção de uma identidade cultural de lutas e fé.

O desenvolvimento do trabalho foi estruturado em três capítulos: o primeiro, denominado “Terras deixadas pelos antigos”, dividido em dois subtópicos, iniciando com a contextualização histórica do surgimento da comunidade, revelando sua origem e a relação dos moradores com as terras da santa. A partir dessa relação e do conceito de quilombo, finaliza-se este capítulo com uma discussão acerca da classificação das terras de domínio do Quilombo Itamatatiua.

O segundo capítulo do desenvolvimento, denominado “Paisagem, Geodiversidade e Identidade” foram discutidas a contextualização e a abordagem conceitual, assim como a relação destes com o objeto de estudo da presente pesquisa. O capítulo é dividido em duas partes: uma teórica, abordando a discussão dos conceitos, e outra prática, relacionando os conceitos e à realidade da comunidade.

O terceiro capítulo denominado “Quilombo Itamatatiua: Terras da Santa Branca” contém a análise dos resultados das investigações realizadas na pesquisa, em que se expressa a relação entre paisagem, geodiversidade e identidade, apontando os elementos destacados através das entrevistas e de observações das paisagens realizadas por ocasião das atividades de campo, revelando a subjetividade dos moradores e os significados dos elementos da geodiversidade.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa científica se constitui, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 155), “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”, do qual é importante para responder a problemas propostos pelo pesquisador, com emprego de métodos e técnicas e outros procedimentos para o alcance dos objetivos estabelecidos.

Há outros modos de compreender a pesquisa para além de responder as perguntas do pesquisador. Conforme Hissa (2019, p. 30 grifo do autor) “[...] a pesquisa descobre algo. *Descobrir* é o verbo que já se acomodou junto à ideia de pesquisa e à imagem do pesquisador. Nesses termos, o pesquisador seria aquele que se põe em movimento, por meio de uma série de práticas, com o propósito de *descobrir* algo novo[...]”. O autor refere-se à existência de obstáculos ao se descobrir algo novo, apresentar uma pesquisa inédita, como exigido pela academia, argumentando que:

Qualquer obra do sujeito que cria e interpreta é sempre obra através da obra: obra sobre obra, entre obras; interpretações sobre interpretações e através de interpretações; texto sobre textos e através de textos; significados através de significados; leituras entre leituras. Mas isso, certamente, não autoriza o plágio e, tampouco, as repetições e reproduções esvaziadas de crítica e de criatividade.

Portanto, no ato de repetir emerge a criação. Hissa (2019) discute as ideias de invenção e reinvenção, afirmando que, descobrir é responder as perguntas da pesquisa, responder seria inventar, e na ação de inventar surge a reinvenção. De certo modo, a constante reinvenção conduz ao pensamento de que o pesquisador constrói perguntas conforme as questões que carrega. Os questionamentos sempre estarão próximos de sua condição de sujeito no mundo ao passo que o mundo é reinventado pelo sujeito que o cria.

Com a presente pesquisa buscou-se descobrir fatos sobre a relação dos moradores de Itamatatua com a geodiversidade, e, conseqüentemente, as paisagens nas quais estão inseridos. Para além disso, buscou-se a compreensão dos moradores do mundo no qual vivem, conforme aponta Hissa (2019, p. 35):

Não compreendemos o mundo como ele é. Não existe o mundo tal como ele é. Em primeiro lugar, porque o mundo é a leitura que temos dele, e tal leitura é tributária da inserção cultural dos sujeitos nas sociedades e coletividades. Em segundo, porque a leitura que temos do mundo é a leitura de nós mesmos no mundo.

Portanto, os indivíduos se põem em ação para alcançar os objetivos a que se propõem, descartando a possibilidade de que os espaços, os lugares e as paisagens, sejam

compreendidos como algo que existe em sua estrutura própria, independentemente da existência humana.

As ações da pesquisa foram desenvolvidas, de acordo com Gil (2002, p. 17), “ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados”. Destaca-se que não há uma linha tênue que liga o problema aos resultados da pesquisa, nem uma fórmula pronta de como pesquisar e que a metodologia de uma pesquisa é um processo histórico e criativo que inicia no projeto (HISSA, 2019).

A seguir são detalhadas as técnicas de pesquisa utilizadas neste estudo, seus procedimentos e ferramentas para coletar dados.

2.1 Tipo de Pesquisa

O delineamento do presente estudo está fundamentado no método fenomenológico, no qual a pesquisa, é de caráter bibliográfico e estudo de campo. A investigação nesses moldes consiste no levantamento de materiais já produzidos sobre o assunto estudado, como, por exemplo, livros e artigos científicos.

Conforme Gil (2002, p. 59), a pesquisa bibliográfica, “como qualquer outra modalidade de pesquisa, desenvolve-se ao longo de uma série de etapas. Seu número, assim como seu encadeamento, depende de muitos fatores [...]”, estas etapas variam de acordo com as singularidades do assunto tratado e do pesquisador, dividindo-se da seguinte forma: escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório de assunto; busca das fontes; leitura do material; fichamento; organização lógica do assunto e redação do texto.

Neste trabalho, as etapas da pesquisa bibliográfica foram elencadas conforme a necessidade e a subjetividade da pesquisadora, compreendendo a melhor maneira de obter resultados. Iniciou-se com a escolha do tema o qual ponderou ser importante e necessário, foi elaborada a problemática do estudo, realizou-se uma busca preliminar sobre trabalhos com o mesmo tema ou área para analisar o que já havia sido realizado e quais lacunas poderiam ser preenchidas a partir desta nova pesquisa.

Depois de depreender e aprimorar os objetivos, metodologias, entre outros, iniciou-se o levantamento das fontes bibliográficas e documentais para alicerçar o estudo, esta etapa foi necessária do início ao fim da pesquisa. As fontes encontradas foram lidas e organizadas em ordem lógica durante o processo da escrita.

O estudo de campo possui maior aprofundamento nas questões propostas e identifica as características dos componentes do universo pesquisado. O pesquisador exerce seu trabalho pessoalmente, no qual foca em uma área delimitada na sua pesquisa e desenvolve seus objetivos mediante a observação e imersão, para compreender as características, regras, convenções e costumes que regem o grupo (GIL, 2002).

Hissa (2019) mostra um ponto de vista crítico acerca da pesquisa de campo, de forma a apontar que a experimentação do mundo na ciência moderna é substituída pelo trabalho de campo, criando-se uma experimentação artificial do mundo. Conforme o autor, para que essa experimentação não fosse superficial precisar-se-ia de tempo, pois o mundo é experimentado ao longo das vivências.

Como pesquisadora, possuo como principal obstáculo o tempo de experimentação das áreas de estudo. Entretanto, a atual pesquisa refere-se à continuidade de uma anterior, sendo vivenciada ao longo de aproximadamente 3 anos, tempo de imersão significativo para compreender o que busco. A pesquisa anterior foi realizada em 2018 com o título: “Os serviços da geodiversidade na comunidade quilombola de Itamatatua, Alcântara – Maranhão” na qual se compreendeu a relação dos elementos abióticos da comunidade com as artesãs e os demais moradores, em que matéria-prima da cerâmica de Itamatatua destacava-se como pertencente à geodiversidade, os serviços que eram atribuídos a ela e as ameaças que poderiam, futuramente, comprometer tal produção.

O estudo de campo desta pesquisa foi realizado com o intuito de continuar a experimentar o mundo da comunidade quilombola Itamatatua, compreendendo suas relações com a paisagem, particularmente quanto aos elementos da geodiversidade, através da realização de entrevistas semiestruturadas, observando, de forma participativa, a rotina dos moradores, assim como suas tarefas diárias. Além disso, buscou-se representar cartograficamente algumas paisagens que foram visitadas e descrevê-las durante o decorrer do trabalho os demais significados, símbolos, memórias, entre outros aspectos.

O estudo de campo ou experimentação do mundo, conforme Hissa (2019, p. 135), consiste em:

[...] *é sentir o mundo*, deixar se afetar por ele; e isso se dá nos lugares de existência, ao longo das vidas dos sujeitos. Quando nos referimos, aqui, à experimentação do mundo, enfatizamos vivências que nos poderão incorporar maturidades, saberes, modos de compreender, ouvir, ver, dialogar. A experimentação do mundo nos permite ampliar as nossas compreensões e, de alguma maneira, refinar as possibilidades de pensamento sobre o mundo e, especialmente, no mundo (grifo do autor).

As atividades de campo foram desenvolvidas tendo em vista alguns obstáculos como o financeiro e o momento de pandemia no qual a sociedade está inserida. Destacando a problemática mais atual que é a pandemia, a convite da família da líder comunitária, surgiu uma nova oportunidade de visitar a comunidade seguindo os critérios estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em uma atividade de campo ocorrida no período de 13 a 15 de outubro de 2020, foram realizadas 15 entrevistas, além de visitar alguns pontos da comunidade e acompanhar o evento simbólico realizado pelos moradores para substituir o festejo que ocorre neste período e que foi inviabilizado devido à pandemia, evitando aglomerações.

O método fenomenológico auxiliou na compreensão das vivências e experiências dos moradores do quilombo em relação à paisagem na qual estão inseridos, considerando a inseparabilidade entre o indivíduo e o mundo em que vive. De modo a entender, também, a complexa relação entre homem e natureza, a qual esta última apresenta uma paisagem de vida e de compreensão do próprio Homem.

Conforme Husserl (2002, p. 12) a fenomenologia se propõe a estudar “[...] o ser tal como se apresenta no próprio fenômeno. E fenômeno é tudo aquilo de que podemos ter consciência, de qualquer modo que seja”.

Para Sokolowski (2004, p. 17 grifo do autor) a fenomenologia consiste no ensinamento de que “cada ato de consciência que nós realizamos, cada experiência que nós temos, é intencional: é essencialmente “consciência de” ou uma “experiência de” algo ou de outrem. Toda nossa consciência está direcionada a objetos”.

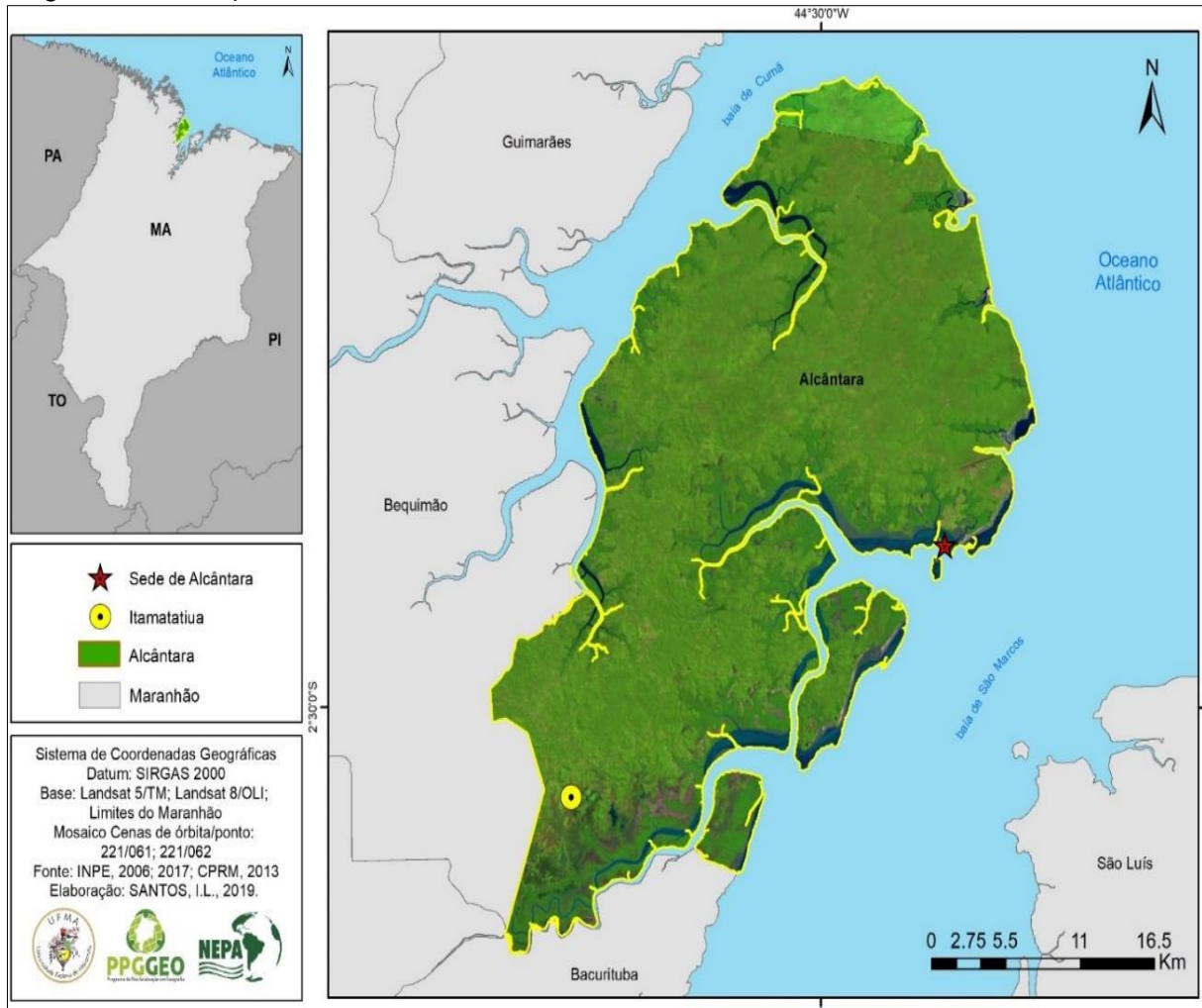
A Geografia utiliza a fenomenologia para buscar a valorização do ser humano e sua experiência espacial, compreendendo as essências dos fenômenos vividos de cada indivíduo ou grupo com o espaço geográfico. A paisagem enquanto categoria da Geografia que expressa relações da sociedade com o meio, segundo Ferreira (2017), “não pode ser entendida em uma racionalidade homogenia, ao contrário, a partir da orientação fenomenológica, faz emergir um mundo familiar com signos e objetos próprios significantes”.

As paisagens da comunidade quilombola Itamatatua possuem significados que são representados, segundo Merleau Ponty (2011), por meio do imaginário dos sujeitos, das fantasias, das percepções, das experiências vividas, denotando uma leitura para além do espaço físico natural. Logo, buscou-se nesta pesquisa se ater não somente ao objeto tal como ele se apresenta as paisagens visíveis de Itamatatua, mas também o que não é observável, o subjetivo dos moradores que atribuem sentido a este trabalho.

2.2 Campo Empírico

O território de Alcântara é ocupado por diversas comunidades tradicionais que evidenciam seu contexto histórico e as características de sua arquitetura. Este município localiza-se na Mesorregião Norte Maranhense, Microrregião Geográfica do Litoral Ocidental, e na área de abrangência do Golfão Maranhense (Figura 01).

Figura 01: Localização da sede de Alcântara e da comunidade Itamatatiua.



Fonte: Adaptado de INPE, 2006; CPRM, 2013.

A comunidade quilombola Itamatatiua, área da presente proposta de pesquisa, está localizada no Norte do estado do Maranhão e no Sudoeste do município de Alcântara. O território da comunidade está a 53,2 km de distância da sede do município e o melhor acesso é por Ferry Boat, seguindo a MA-106 no sentido contrário (esquerda) a sede de Alcântara, indo em direção a Pinheiro e Bequimão.

2.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Os instrumentos de coletas de dados que foram utilizados nesta pesquisa compreendem: observação participante e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Além do registro fotográfico, que é inerente ao estudo como forma de ilustrar os pontos abordados no decorrer do trabalho, estes instrumentos constituem etapas importantes para a obtenção de resultados na pesquisa.

A observação participante, conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 194), “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste”. Este tipo de observação utilizada no estudo serve para buscar informações que as entrevistas não são capazes de alcançar, tentando aproximar-se ao máximo da realidade dos moradores.

Segundo Boni e Quaresma (2005, p. 75), a entrevista semiestruturada combina “perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. [...] um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”. Este tipo de procedimento metodológico possibilitou que, tanto a pesquisadora quanto os moradores, tivessem mais liberdade durante sua aplicação, aproximando-se de uma conversa informal.

Consoante Hissa (2019), as entrevistas devem ser compreendidas como diálogos entre o pesquisador e os sujeitos do mundo pesquisado, portanto, torna-se errônea a ideia de “dar a voz” aos sujeitos e, sim, a de compreender que este é um processo de diálogo que tem como meio a intimidade e confiança construindo vozes compartilhadas.

2.4 Procedimentos de Coletas e Análises de Dados

Os procedimentos de coleta de dados foram estruturados para realização nas seguintes etapas:

- ✓ Pesquisa bibliográfica para subsidiar a abordagem teórica referente às temáticas da: paisagem, geodiversidade, identidade cultural e memória, assim como estudos publicados sobre a comunidade de Itamatatuiua e seu processo de ocupação, para compreender as relações dos moradores com o ambiente na construção dos elementos da paisagem;
- ✓ Jornadas de campo para a observação da paisagem, com foco nos elementos da geodiversidade e participação das atividades desenvolvidas pela população nas

práticas culturais de natureza material e imaterial. Foram realizadas 3 jornadas: a primeira em janeiro de 2019, para reconhecimento e delimitação do estudo; a segunda em outubro de 2019, para observação participante do festejo da Santa Tereza d'Ávila; a terceira em outubro de 2020, durante o período da pandemia, a convite da família da líder comunitária, tomando os cuidados necessários. Nesta última visita foram realizadas entrevistas com os moradores e conversas com as representantes da comunidade, dona Neide e a Alessiane atual líder comunitária, para analisar o uso da geodiversidade, e visitados alguns pontos da povoação que ainda eram desconhecidos pela pesquisadora; foi vivenciada, mais uma vez, uma comemoração simbólica à santa Tereza na substituição do festejo e conversas informais com alguns moradores, como forma de superar barreiras entre o pesquisador e o objeto de estudo.

- ✓ Registro fotográfico dos cenários mais significativos para a pesquisa da paisagem, dos elementos da geodiversidade e das manifestações da comunidade residente no povoado, suas atividades e eventos culturais;
- ✓ Realização das entrevistas semiestruturadas com a líder comunitária, algumas artesãs ativas no Centro de Produção e moradores da comunidade, totalizando 15 entrevistas, com a finalidade de compreender a relação existente entre estes e a paisagem. As entrevistas não foram gravadas;
- ✓ Elaboração de mapas para evidenciar a localização do quilombo e dos principais espaços utilizados pela comunidade em suas diferentes atividades;
- ✓ Representação, análise e interpretação dos dados obtidos nas atividades de campo.

Os resultados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica e das atividades de campo foram analisados, minuciosamente, através de comparação com a literatura pertinente e dispostos nos resultados deste trabalho. Essa organização foi feita de forma que seja possível a verificação das informações coletadas para a compreensão das relações estabelecidas entre os moradores de Itamatatua com a paisagem e os elementos da geodiversidade contidos nesta.

Os registros fotográficos escolhidos foram aqueles que melhor representaram as relações dos moradores da comunidade com o meio, como os eventos culturais, as atividades de subsistência, a rotina, as atividades culturais e de lazer, entre outras ações que destaquem a intervenção humana nos elementos abióticos pertencentes à paisagem ou a incorporação de novos produtos, e seus usos pelos moradores, respeitando o direito de imagem das pessoas à luz das normas vigentes.

3. TERRAS DEIXADAS PELOS ANTIGOS

As terras do norte maranhense têm sua primeira ocupação estimada em cerca de 6.000 anos a. C, por povos primitivos nômades tornando-se objeto de sucessivas disputas por territórios até a ocupação pelos Tupinambá (COUTO, 2011; HENNING, 2007; FEITOSA, 2020) aí encontrados em estado semisedentário por ocasião da chegada dos europeus (d'ABBEVILLE, 1974; d'EVREUX, 2002).

3.1 Contexto Histórico e Espacial

Alcântara está entre as mais antigas cidades maranhenses. Segundo d'Abbeville (1874) e Ferreira (1959) em 1612, no território denominado atualmente como Alcântara, já havia um aglomerado de aldeias onde viviam os índios Tupinambá, estas aldeias eram mais povoadas que as da ilha então denominada Upaon-Açu. Segundo Ferreira (1959), a área ocupada pelas aldeias era, então, denominada Tapui-tapera, terra ou residências dos tapuios ou cabelos compridos, conforme Marques (1970) denominava-se Tapuitapera ou aldeia dos Americanos.

A posição geográfica de Tapuitapera, conforme a descrição da época era “nas águas da vasta baía de São Marcos mira-se formosa colina de 60 pés de altura sobre o nível do mar tão cheia de panoramas variados, como agradáveis. Em distância de quatro léguas olha ela para a cidade de S. Luis que lhe fica fronteira” (MARQUES 1970, p. 66).

A chegada dos franceses na expedição de Daniel de La Touche à ilha Upaon-Açu, mais tarde Ilha Grande do Maranhão, e, conseqüentemente, a Alcântara, teve como objetivo a exploração desses territórios. Por meio das constantes visitas desses franceses nas aldeias indígenas, estabeleceram-se relações amigáveis e econômicas entre eles, a Baixada Maranhense estava incluída nas possibilidades de relações, conforme Claude d'Abbeville (2008, p. 202), o que pode ser comprovado a partir da afirmativa que os índios de “[...] Tapuitapera e de Cumá, falam a mesma língua, têm os mesmos costumes e com os quais podem os franceses negociar com segurança por serem amigos e aliados dos do Maranhão, seus semelhantes”.

Após a expulsão dos franceses em 1615, foi instituído o domínio português. Entre 1616 e 1618, iniciou-se a colonização portuguesa na aldeia Tapuitapera. Em 1621 foi criado o Estado do Maranhão Colonial, nesse período seu primeiro Governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, que realizou a subdivisão das capitânicas do Maranhão e do Grão-Pará, Tapuitapera, passou à condição de cabeça da capitania de Cumã sendo esta doada ao seu irmão Antônio Coelho de Carvalho, em 1624 (IBGE, 2020; CANINDÉ, 2015).

Em 1648 a aldeia de Tapuitapera foi elevada à categoria de vila com o nome de Vila de Santo Antônio de Alcântara, sob a invocação do apóstolo São Matias (FERREIRA, 1959). Nessa época já existiam os primeiros engenhos de açúcar e já havia sido construída uma igreja de pedra e cal dedicada a São Bartolomeu. As vilas de Alcântara, São Bento, Guimarães, Viana, além de nomes portugueses, guardaram muito cedo a influência dos colonizadores portugueses nos seus arruados estreitos e tortuosos, seus largos um pouco afastados e em locais mais elevados, entre outros (LACROIX, 1982). Alcântara se transformou em um importante centro produtor de arroz e de algodão, devido à criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Conforme Lacroix (1982, p. 13):

O Norte foi dinamizado pela atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que respondeu aos anseios da política pombalina de competição ao mercantilismo inglês, promovendo excedentes agrícolas exportados para o Reino por mais ou menos um século. [...] A Companhia foi criada em 1755 e extinta em 1778. Esses vinte e três anos de duração impulsionaram a produção maranhense que se prolongou até os fins do século XIX.

Em 1750 o rei de Portugal, D. José, promove uma mudança radical na política portuguesa que, desde 1640, passava por um período de instabilidade econômica; de modo a escolher Sebastião José de Carvalho e Melo - Marquês de Pombal - para ocupar o cargo de primeiro-ministro, o qual iniciou uma nova fase da história do Brasil com um conjunto de reformas realizadas tanto na metrópole como nas colônias portuguesas (LACROIX, 1982). A Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão surgiu por intermédio de Marquês de Pombal, entretanto sua duração foi efêmera como atestado por Almeida (2006, p. 47):

As concessões de sesmarias foram articuladas com a desativação das capitâneas e com o confisco das terras de ordens religiosas e a expulsão dos jesuítas, ampliando os estabelecimentos de agricultura tropical. Embora essas medidas pombalinas tivessem dinamizado o processo produtivo e colocado os produtos do Maranhão e, notadamente, de Alcântara – que era considerada, em 1760, a vila mais próspera da região – no mercado internacional, seus resultados não foram duradouros.

O declínio econômico das fazendas de algodão, produto agrícola mais importante na economia exportadora do Maranhão, à época, incluindo o atual município de Alcântara, ocorreu quando os fazendeiros da área não perceberam que a ascensão rápida e momentânea do produto fora ocasionada por fatores externos, incluída a instabilidade política e social dos Estados Unidos.

Com a normalização da política e da economia dos Estados Unidos, o país volta a assumir o papel de produtor e exportador de algodão no mercado mundial. Conforme Almeida (2006), as consequências para o Maranhão foram a diminuição da procura pelos produtos do estado e a constante redução do preço do produto, fato imposto pelo mercado externo.

Segundo Lacroix (1982, p. 19), essas consequências, atreladas ao “custo crescente do escravo africano fizeram arrefecer o interesse pelo algodão, o que resultou em parte de os fazendeiros migrarem para São Luís e parte, intensificar o cultivo da cana, investindo grandes somas nos seus engenhos”.

Almeida (2006, p. 47-48), explica a retomada dos Estados Unidos após os efeitos da guerra de independência, entre 1776 e 1778 e o declínio econômico das fazendas de Alcântara:

[...] organizaram sua economia de plantations no Sul, passando a produzir algodão em maior quantidade, com fibra de qualidade superior, e a controlar o mercado mundial do produto no início do século XIX. A queda de preço do algodão, resultante dessa reorganização do mercado, chegou ao fundo do poço em 1819 e acentuou o endividamento dos fazendeiros junto às casas comerciais portuguesas e inglesas de São Luís, apressando o abandono das fazendas em Alcântara.

A Companhia Geral do Comércio foi extinta com o fim de seu monopólio comercial em 1778, motivado por diversos fatores que incluem a abolição da escravatura, as limitações ecológicas, falta de modernização da produção, o deslocamento do litoral para os vales e a retomada dos EUA na produção de algodão. Todos estes motivos assumem papel crucial para o abrupto declínio dos estabelecimentos agrícolas de Alcântara, diferentemente da costa nordestina, onde as grandes plantações de açúcar se mantiveram durante o período Colonial como o centro dominante mais estável da economia brasileira.

Segundo Lacroix (1982, p. 15), a história “aponta as consequências disto: um desenvolvimento agrícola quantitativo e de curta duração”. O desenvolvimento econômico da Baixada Maranhense, consequentemente de Alcântara, foi pautado na quantidade da produção, mas não houve nenhuma melhoria qualitativa dos meios. A produção utilizava técnicas rudimentares e formas destrutivas de preparar a roça.

No período do declínio econômico de Alcântara, de acordo com Almeida (2006), ocorreu a desagregação das grandes fazendas de algodão da área que, conforme as exigências régias de confirmação, não eram propriedades privadas, mas concessões de sesmarias realizadas pela Coroa Portuguesa que, motivadas pela falência, deixaram de existir. Conforme Almeida (2006 p. 48-49):

A desorganização da produção algodoeira em Alcântara foi, entretanto, de tal ordem e tão completo foi o abandono das fazendas pelos senhores – vendendo telhas, baldrame de casas-grandes destruídas, desmontando meios de trabalho e demais benfeitorias –, que tão logo resultou só em ruínas [...]. Semelhante desmonte viabilizou o surgimento de uma camada de pequenos produtores agrícolas com autonomia no processo produtivo, desenvolvendo práticas de uso comum de recursos naturais bastante exauridos, e relativamente livres da dominação senhorial.[...] Escravos, cuja aquisição havia sido facilitada pela Companhia Geral

de Comércio, índios desaldeados e que se mantinham livres nas antigas fazendas das ordens religiosas, ex-escravos e alforriados e também escravos fugidos compunham essa camada de pequenos produtores agrícolas em formação.

Não há registros que confirmem a tentativa de reorganização da produção por parte dos sesmeiros para reverter a situação. Entretanto, Almeida (2006) constata que os pequenos produtores se consolidaram, enquanto um campesinato continuou trabalhando a terra com suas famílias e vendendo livremente sua produção.

Houve alguns conflitos com medidas repressivas adotadas pelo governo provincial para deter os produtores por meio da polícia da província, entretanto, conforme Almeida (2006, p. 50):

As iniciativas subsequentes e episódicas, que sempre intentaram instituir o aforamento, só lograram êxito, imobilizando a força de trabalho, por curtos períodos de tempo sem conseguirem afetar profundamente a autonomia conquistada por escravos e ex-escravos nas terras das antigas sesmarias.

A dinâmica ocorrida nesse período resultou no fortalecimento de uma identidade própria, calcada na articulação de atividades agrícolas e extrativas, e por favorecer uma delimitação bastante sólida das territorialidades específicas de acordo com a forma de desintegração de cada uma das fazendas, seja de algodão ou de cana-de-açúcar, seja de sesmeiros ou de ordens religiosas.

No processo de desintegração de fazendas, especificamente de ordens religiosas, surge a comunidade quilombola de Itamatatua que possui cerca de 321 anos e é composta, conforme Bandeira (2017), por aproximadamente 450 habitantes. Entretanto, a origem desse território ainda é muito discutida.

Oosterbeek e Reis (2012) e Bandeira (2017) afirmam que há documentação sobre a origem do povoamento da área que remete à existência de uma fazenda da ordem religiosa dos Carmelitas na região. Ferreira e Grijó (2009) complementam tal informação afirmando que a população negra da fazenda foi originada a partir de um casal doado a Santa Tereza d'Ávila.

A ordem Carmelita fixou-se no ano de 1580 em Olinda, Pernambuco, chegando ao Maranhão somente em 1615. Na chegada à Província do Grão-Pará e Maranhão, vieram com a ramificação dos Carmelitas Reformados ou Descalços, por meio dos frades André da Natividade e Cosme da Anunciação, que integravam a esquadra portuguesa na Jornada do Maranhão responsável por expulsar os invasores franceses. Conforme Prat (1941, p. 209), com obediência aos preceitos religiosos “em 1614, partiu de Pernambuco em companhia de Fr. Cosme da Annunciação, com destino ao Maranhão, onde, em 1615, após a dominação

francesa, fundaram Convento, sob o título de Nossa Senhora do Carmo, do qual foi o primeiro Prior”.

Sobre a chegada dos Padres Carmelitas ao Maranhão, Prat (1941, p. 112) afirma que eles vieram na companhia de:

[...]Alexandre de Moura, Capitão Mór, com poderes de Governador, vieram por capellãos do presidio os Padres Carmelitas, Fr. Cosme da Anunciação, pregador, e Fr. André da Natividade, filhos da Vigairaria (Carmelitana) do Brasil, e chegando á Ilha de São Luiz aos 5 do mez de Outubro, de 1615, aos 2 de Novembro do dito anno, entregou Daniel de la Touche, Senhor de la Revardiére, as chaves do Forte de S. Felipe, unica fortaleza que então havia [...]

No mesmo ano de sua chegada, os frades tomaram posse da ilha do Medo ou Boqueirão e mais determinada extensão de terra. No ano seguinte, Jerônimo de Albuquerque, já Capitão-mor, concede mais uma extensão de terra, onde foram fundados os conventos de São Luís e Alcântara (MARQUES, 2008). Segundo Prat (1941, p. 113-114), o Fr. Manoel de Sá, no cap. LXIV, de suas "Memorias Históricas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da Província de Portugal", no qual faz referencia a doação de terras aos frades André da Natividade e Cosme da Anunciação, escreve o seguinte:

[...] ao dito Capitão Mór, no qual acto se achavam presentes os Padres, que depois que viram socegados os instrumentos belicos lhe pediram Sitio para fundarem, e elle lhe concedeu uma Ilha pequena defronte da barra, a que lhe chamam os mareantes Ilha do Mêdo, e os naturaes Ilha do Boqueirão ou Ilha das Cabras, que tem meia legoa de terra, e da ponta da terra para o sul, lhe deu mais duas legoas de terra em quadro; de tudo tomaram posse aos 12 do mez de Dezembro do dito anno de 1615 e consta o referido dos livros do mesmo convento. Jeronymo de Albuquerque sendo já Capitão-Mór lhe confirmou em nome de S. Magestade esta mercê; e lhe deu mais 60 braças de terra para a fundação e 30 braças mais para umas casas e quintal para o Convento; o que se vê da carta desta mercê aos 20 de Fevereiro de 1616.

O terceiro convento da Ordem Carmelita e primeiro na vila de Santo Antônio de Alcântara, foi fundado em 1647. A Ordem dispôs de muito poder e propriedades durante sua passagem pelo Maranhão e Prat (1941, p. 137) discorre sobre os bens da Ordem Carmelita, conforme "Relatório do bacharel João Antonio da Cruz Diniz Pinheiro" de 1751:

Os Carmelitas no Bispado do Maranhão tinham então dous Conventos; um na cidade da ilha de S. Luiz e outro na villa de Santo Antonio de Alcantara. Quatro Hospicios, sendo dous no Estado do Maranhão, um na ilha e outro nas Aldeias Altas, com suas fazendas de terras e gados, e com bastantes indios forros e escravos; e outro no districto do Pará, no Rio Negro, donde davam providencia ás dependencias dos missionarios.

Dentre essas propriedades, em 1797, o Reverendo Prior João Alves Serrão Vigário de Alberto do Monte, descreveu os bens referentes à Ordem do Carmo em Alcântara,

dentre os quais faz referência à fazenda dedicada a Santa Theresa (PEREIRA, 2018). No que tange a fazenda dedicada a Santa, de acordo com o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados do IPHAN (1999, p. 2), a Ordem do Carmo possuía “[...] 135 escravos entre homens e mulheres, capazes de serviço 63, doentes e velhos 23, e menores 49”.

Sobre a povoação da Fazenda, afirma-se ainda que teve início com um casal de escravos que “deixou ao convento em verba de seu testamento, Dona Maria Pestana, de esmola e sem pensão alguma, e os mais escravos que não descendem desse casal foi comprado pelo decurso do tempo, por vários prelados que tem havido no dito convento” (BRASIL, 1999, p. 2).

Conforme Almeida (2006, p. 134), foram registradas as terras de Santa Tereza pelo Convento de Nossa Senhora do Carmo como fazenda Tamatatiua, de acordo com as verificações de Bellarmino Mattos em suas expedições, esta fazenda apresentava muitos escravos, pedreiros, carpinteiros, oleiros, muitas terras e matas, assim como foreiros e pessoas que recebem a hospedagem na área sem pagar nada. Nessas terras, onde existe a capela da santa, foram registrados inúmeros quilombos ao redor, desde meados do século XIX. Eles foram severamente reprimidos pela polícia rural em 1837, mas não destruídos.

Em Alcântara, segundo Almeida (2006), o Convento da Ordem dos Carmelitas possuía três fazendas, incluindo-se Itamatatiua, uma olaria e muitas terras. Segundo Pratt (1941, p. 88), a partir de 1821, no qual já havia passado o período de crise econômica de Alcântara e “desligada como se achava a Vigairaria Carmelitana do Maranhão do seu tronco vital, dificultado e embaraçado o seu desenvolvimento pelos entraves postos pelo Governo, sem meios para soerguer-se”, principalmente a partir da morte de seu último membro, não teve esta mais condições materiais para manter seu patrimônio.

A Ordem Carmelitana de Alcântara, em 1835, conforme Almeida (2006), não controlava mais suas fazendas e todas elas estavam povoadas por escravos, houve doação de seus bens ao governo da província do Maranhão, conforme Anais da Assembleia Legislativa do Maranhão em sessão de 23 de março de 1835. Almeida (2006, p. 78) declara ainda que:

Atendendo à determinação de Circular de D. Luís da Conceição Saraiva, Bispo Diocesano e Visitador da Ordem Carmelitana, de 17 de novembro de 1868, o Frei Caetano de Santa Rita Serejo procede a relatório circunstanciando os bens dos conventos e, entre eles, o de Alcântara. Registra que o convento possuía 160 escravos e diz que as terras da fazenda "Tamatatuba"(Itamatatiua) pouco podem produzir. Menciona as terras aforadas e, sabedor de que nenhum religioso permanecia na área e que os escravos produziam livremente [...].

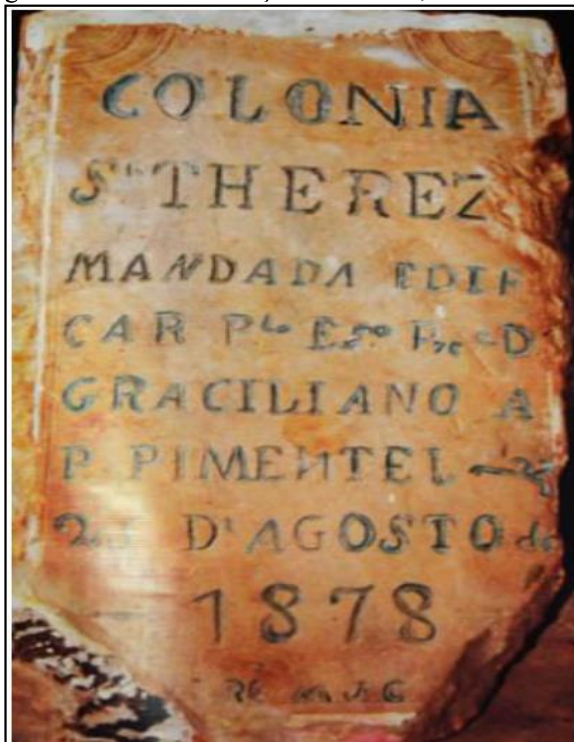
A fazenda Tamatatiua teve sua decadência atrelada ao declínio econômico do município de Alcântara, motivado por fatores já citados. As terras de seus domínios foram abandonadas, permanecendo nelas a população afrodescendente que já morava na área. Como afirma Pereira (2018, p. 66):

Oficialmente, a formação do grupo ocorreu em decorrência da saída da Ordem Carmelita; os grupos étnicos 35 lá residentes permaneceram e conseguiram organizar um sistema próprio de sobrevivência, baseado no uso comum dos recursos e das Terras da Santa, com regras particulares que alimentam a existência dessa população.

Desse modo, a população atual de Itamatatiua é formada a partir da doação de um casal de negros como esmola para a Santa e os demais comprados no decorrer do tempo, e, posteriormente, do abandono das terras pela Ordem Carmelita motivada por fatores econômicos, o qual iniciou uma forte relação dos itamatatiuenses com a área e a santa, reforçada até os dias atuais nas vozes dos moradores sobre a origem da localidade.

Após o período de aniquilação da Vigairaria Carmelitana do Maranhão, as terras da fazenda são doadas a Santa Teresa, confirmam-se tais informações pela pedra existente no povoado com as seguintes prescrições em latim *Colonist St. Thereza mandada edificar Exº Prc. Cd. Graciliano A. P. Pimentel 25 d'agosto de 1878 derl M.J.C*, atestando a passagem das terras da Ordem Carmelita para a Santa Teresa (Figura 02).

Figura 02: Pedra de fundação da Colônia, marco histórico.

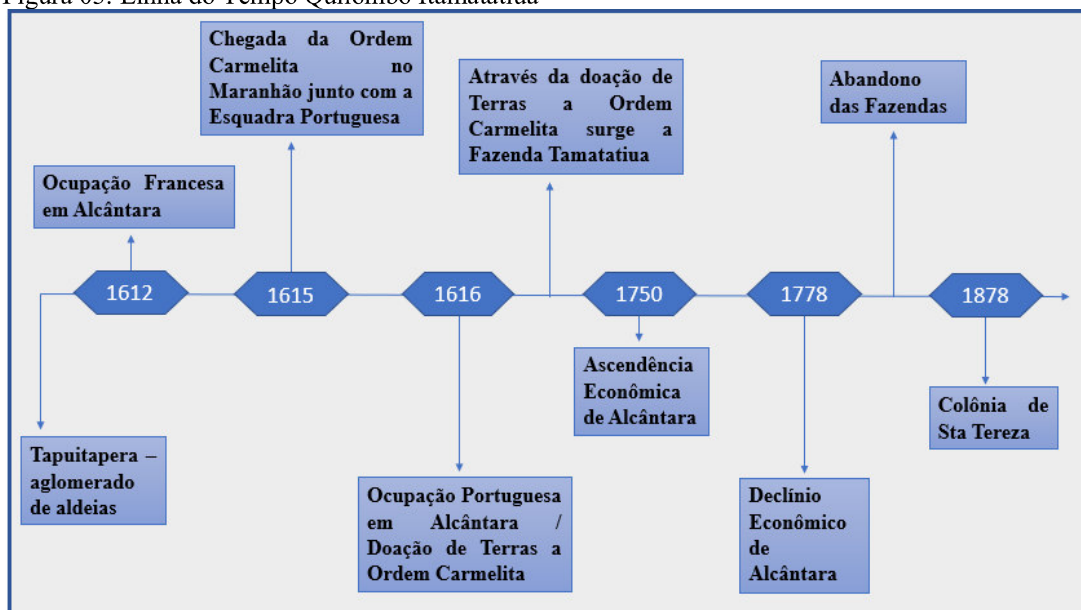


Fonte: Bandeira, 2017.

A certificação de reconhecimento do território de Itamatatiua foi emitida pela Fundação Palmares em 4 de maio de 2006, conforme Pereira (2018), baseada nesse documento (Pedra de Fundação da Colônia, marco histórico da comunidade). Após 14 anos de certificação, os moradores da comunidade continuam lutando pela titulação definitiva de suas Terras.

O contexto histórico de Alcântara é fundamental para compreender o surgimento do quilombo Itamatatiua. Ocupado inicialmente por aldeias indígenas, tem a presença Francesa iniciando uma relação com os indígenas da área, em seguida, a esquadra Portuguesa os expulsa e traz consigo a Ordem do Carmo. A doação de terras a esta ordem religiosa inclui o surgimento da Fazenda Tamatatiua, entretanto, não se tem data precisa. Em razão do declínio econômico de Alcântara motivado pelo retorno dos EUA a produção de algodão e pela abolição da escravatura, segue-se o abandono das fazendas que permanecem ocupadas pelos negros da área, originando-se inúmeros quilombos no território do município, incluindo Itamatatiua (Figura 03).

Figura 03: Linha do Tempo Quilombo Itamatatiua



Elaboração da Autora.

Em 22 de dezembro de 1948, precisamente na data do tricentenário da elevação à condição de Vila, Alcântara é tombada como Cidade Histórica e Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IBGE, 2020). O município é marcado, até os dias atuais, pela arquitetura e memória que expressam traços da relação de poder e de estagnação econômica dos colonos, além disso, da escravidão indígena e africana responsável por retirar índios e negros de suas terras.

3.2 Terras de Pretos e Terras de Santo

As pautas que envolvem os quilombolas no Brasil, durante muito tempo eram desconhecidas pela maioria da população, pois nunca foram tratadas nas mídias de forma aprofundada ou dado ênfase a esse período da história. Como afirma Henriques Filho (2011, p. 147):

Mesmo os dados sobre tais grupamentos, informações sobre seu número, suas tradições, saberes e fazeres nunca foram suficientemente levantados; podemos afirmar, sem medo de errar, que pouco sabemos sobre tais comunidades. Até mesmo uma adequada classificação das mesmas é algo ainda que não foi realizado. Tais falhas comprometem não só as ações públicas destinadas a esses grupos sociais, mas também a compreensão da própria identidade nacional, já que o país nada seria sem a contribuição essencial que os escravos deram à nossa sociedade e à sua construção.

As pesquisas científicas das Universidades do Brasil, atualmente, começam a trazer à tona memórias silenciadas ou negligenciadas por décadas, em que as produções científicas sobre os quilombolas tomam proporções significativas comparadas há décadas passadas, onde pouco se escrevia sobre o importante papel do escravo na formação da sociedade brasileira. Nas palavras de Joaquim Nabuco (2000, p. 10), no clássico “O Abolicionismo”, ele faz interrogações pertinentes ao direito do negro:

Quem pode dizer que a raça negra não tem direito e protestar perante o mundo e perante a história contra o procedimento do Brasil? A esse direito de acusação, entretanto, ela própria renunciou; ela não apela para o mundo, mas tão somente para a generosidade do país que a escravidão lhe deu por pátria. Não é já tempo que os brasileiros prestem ouvidos a esse apelo?

Utilizou-se o corpo, a alma e a energia na exploração da mão-de-obra escrava dos negros presentes nas fazendas, casas e na vida dos brasileiros. E ainda assim, negam-se os direitos e as contribuições destes para o território no qual chamam de pátria. Como afirma Nabuco (2000, p. 10), o escravo exerceu um papel importante para o território brasileiro, o que já tornaria necessária uma adequada proteção aos interesses jurídicos dessa comunidade.

Em primeiro lugar, a parte da população nacional que descende de escravos é, pelo menos, tão numerosa como a parte que descende exclusivamente de senhores; a raça negra nos deu um povo. Em segundo lugar, o que existe até hoje sobre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; ela construiu o nosso país.[...] Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar.

As raízes do Brasil, conforme Saule Jr (2003, p. 9), podem ser encontradas no Estado do Maranhão, pois este “reúne os traços mais tradicionais desta nação, seja devido à sangrenta e atual disputa pela terra, seja pela mistura de raças, credos e ritmos”. O Maranhão foi um dos primeiros estados a receber os negros que chegaram da África, os quilombos, principalmente no século XIX, multiplicaram-se nessa área.

A utilização de mão de obra escrava foi introduzida juntamente com a chegada dos colonizadores, visto que muitos colonos já traziam consigo seus escravos. Logo depois iniciaram a comercialização dos negros, tendo esta mais de 300 anos de duração, pois, mesmo depois da abolição da escravidão, havia, ainda, o comércio ilegal e os negros livres eram impossibilitados de se inserir na sociedade (MEIRELES, 1994).

O Maranhão, que foi um dos maiores importadores de negros africanos, possui, atualmente, quantidade significativa de comunidades quilombolas. Alcântara é um dos municípios, segundo a Fundação Cultural Palmares vinculada ao Ministério da Cultura, antes do período de independência, que já apresentava a mais alta porcentagem de escravos do Império (55%). Nos últimos anos, lá se concentram mais de 400 comunidades quilombolas, entretanto somente 157 devidamente certificadas (BRASIL, 2018).

No Brasil, oficialmente, mediante o levantamento da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, foi mapeado 3.524 comunidades quilombolas (BRASIL, 2018). Conforme Almeida (2008), por meio de dados de 2003, estimava-se que as comunidades quilombolas ocupavam cerca de 30 milhões de hectares, com uma população estimada em 2 milhões de pessoas, entretanto, nessa época o total das comunidades mapeadas não chegavam a mil. Visto isso, Saule Jr (2003, p. 10) afirma que:

A relevância histórica e cultural das terras de quilombo se dá por serem elas as primeiras formas de acesso à terra que os “escravos fugidos da senzala” tiveram no Brasil. Assim, o Maranhão se torna símbolo da resistência negra e da luta pelo reconhecimento de seus direitos, bem como da construção de nossa nacionalidade.

Portanto, a permanência de comunidades de negros se traduz na resistência e na determinação de seus moradores, que, mesmo diante das mudanças contemporâneas e das ameaças sofridas pela disputa de seus territórios, ainda conservam os saberes dos antigos na tentativa de manter seus traços identitários e lutam pelo seu reconhecimento (Figura 04).

No que tange o território Quilombola do estado do Maranhão, destacam-se a luta e as ameaças enfrentadas pelos quilombolas no município de Alcântara contra o deslocamento da população de suas terras de origem para construção, e, atualmente, a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Figura 04: Mural dos antigos moradores exposto na Associação de Itamatatiua.¹



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Conforme Pereira (2018, p. 61):

[...] a população alcantareense, sobremaneira, as comunidades quilombolas, desde os anos de 1986 e 1987, vêm sendo vítima de deslocamentos compulsórios, promovidos pelo Governo Federal para a construção do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), organização do Comando da Aeronáutica que, após análise, considerou o ponto estratégico para lançamento de foguetes e de relevância para o Programa Espacial Brasileiro.

A ação do Governo Federal representada no desenvolvimento nação para os quilombolas exprime um processo devastador. Este processo desloca famílias, retira seus modos de vida, destrói os laços de afeto e ancestralidade com as terras na qual ocupam desde o período colonial. Pereira (2018 p. 61) afirma que foram retiradas “[...] mais de 331 comunidades de 31 povoados [...] populações que habitavam e construíram laços com as terras desde o século XVIII foram deslocadas para áreas improdutivas, ocasionando transtornos para sua sobrevivência”.

Sendo o homem construtor de seus espaços, conforme Dardel (2015 p. 14) compreende-se que:

A “situação” de um homem supõe um “espaço” onde ele “se move”; um conjunto de relações e de trocas: direções e distâncias que fixam de algum modo o *lugar* de sua

¹ O mural exposto na Associação de Mulheres de Itamatatiua e Centro de Produção de Cerâmica, reúne os registros realizados pelo professor José Murilo Moraes dos Santos na companhia da professora Maristela de Paula Andrade, ambos vinculados a Universidade Federal do Maranhão. Os registros foram realizados nos anos de 1975 a 1978, as fotos nesta época eram transformadas em imagens de monóculos e entregue aos moradores. Em 2007, foi doado pelo professor Murilo uma exposição composta de painéis com 60 fotografias da década de 70, esta exposição encontra-se na comunidade até a data da presente pesquisa.

existência. “Perder a localização”, é se ver desprovido de seu “lugar”, rebaixado de sua posição “eminente”, de suas “relações”, se encontrar, sem direções, reduzido à impotência e à imobilidade.

A implantação autoritária de projetos que visam o desenvolvimento não surge das necessidades dos trabalhadores e nem do Estado, mas de interesses que vão além das carências da sociedade civil, sendo acompanhados de despejos e deslocamentos forçados. Como afirma Saule Jr (2003, p. 12):

Estes projetos, normalmente, implicam na ocupação de vastas porções de área para sua implantação e futura expansão, ensejando ações oficiais e não oficiais de remoção de pessoas pobres e suas casas, quando estas localizam-se nas áreas de interesse do empreendimento. Além disso, a complexidade do objeto ou atividade do empreendimento a ser implementado (centro de energia, grande centro comercial, centro de alta tecnologia, etc.) geralmente não absorvem a mão-de-obra não qualificada das comunidades locais atingidas.

Para auxiliar os quilombolas na luta pelos seus direitos (dos quais incluem o reconhecimento de suas terras) há a busca pelo apoio de diversas organizações que se formaram no decorrer da história para combater as injustiças enfrentados por esta população, como exemplo destas, tem-se o Centro de Cultura Negra do Maranhão, a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, entre outras.

A comunidade Itamatatuiá, área do presente estudo, foi afetada indiretamente pela construção do Centro de Lançamento de Alcântara, no que tange os aspectos simbólicos e sociais, não sendo atingida na questão territorial. Entretanto, destaca-se a problemática para dar ênfase aos obstáculos que surgem na luta quilombola expressada desde o reconhecimento das terras que ocupam ao significado de sua autodefinição.

O significado de quilombo no decorrer da história passou por alterações significativas. A Constituição brasileira de 1988 deu um estatuto novo na história política brasileira com o reconhecimento das Comunidades de Remanescentes de Quilombos. Entretanto, durante muito tempo este tema foi tratado como assunto de pouca importância para a historiografia brasileira e estudos afins, como já citados.

A primeira definição de quilombo surge, conforme o Conselho Ultramarino, como resposta ao Rei de Portugal em 02/12/1740 afirmando que eram “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (SAULE JUNIOR, 2003, p. 8).

Nesta época, considerava-se quilombo os negros que fugiam para o mato durante o período de escravidão, não se destacando a importância revolucionária e a forma

permanente de confronto com o regime de imposição da mão de obra escrava. As regras jurídicas relativas à escravidão eram tratadas com pouca importância, conforme Saule Jr (2003, p. 8):

Na doutrina jurídica nacional, ao longo dos séculos, tem-se o direito do povo negro mantido separado da “lei oficial”, elaborada e mantida pelas oligarquias econômicas que estavam no poder. Ainda muito antes da abolição da escravatura, no ano de 1857, quando Teixeira de Freitas elaborou a Consolidação das Leis Civis, as regras jurídicas relativas à escravidão foram tratadas em um capítulo à parte, devidamente classificadas no denominado Código Negro.

Ruy Barbosa de Oliveira, considerado um polímata brasileiro, conforme afirma Saule Jr. (2003), também colaborou, anos depois, com a concepção tradicionalista de que os negros eram criminosos e fugitivos, destruindo todos os registros de escravos pelo governo com a intenção de esconder os tratamentos desumanos que ocorriam.

A definição de quilombo formulada no período Colonial atravessou o período Imperial e chegou à República exatamente da mesma forma, sendo utilizada por muitos anos considerando o significado de quilombo como o escravo fugitivo e longe dos domínios das grandes propriedades. No entanto, havia diversas exceções desse contexto, segundo Saule Jr (2003, p. 8):

No entanto, é importante lembrar que houve escravo que não fugiu, que permaneceu autônomo dentro da grande propriedade e com atribuições diversas, houve aquele que sonhou fugir e não pôde ou não conseguiu fazê-lo, houve aquele que fugiu e foi capturado e houve aquele que não pôde fugir porque ajudou os outros a fugirem e o seu papel era ficar.

As definições de quilombo devem alcançar todas essas situações, não se restringindo às concepções tradicionais e que não visibilizam as torturas, os trabalhos desumanos, os abusos e o papel ativo de luta dos negros na sociedade brasileira. Segundo Cunha Junior (2012, p. 159), os movimentos dos negros “desde o início da fase do trabalho livre, ou seja, desde a abolição do escravismo criminoso como instituição legal, já tratava o quilombismo como fato heróico, mostrando a resistência negra na luta contra o sistema de injustiça social”.

A categoria de "remanescentes de comunidades de quilombos" confunde-se no senso comum com a definição histórica de Quilombo como “negros fujões”, uma concepção a ser superada. A ideia de quilombo percorreu ao longo do tempo o imaginário da sociedade, tornando-se uma questão relevante desde o período colonial, passando pelo Império, até à República. Tratar desse tema pressupõe incidir sobre uma luta política e sobre uma reflexão científica em processo de construção.

No período de redemocratização do Brasil, conforme a Fundação Cultural dos Palmares (2018, p. 1):

O Movimento Negro e lideranças das comunidades remanescentes de quilombos intensificaram a busca por direitos de cidadania. Envolvidos no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, asseguraram o direito à preservação de sua cultura e identidade, bem como o direito à titulação das terras ocupadas por gerações e gerações de homens e mulheres, que se contrapuseram ao regime escravocrata e constituíram um novo modelo de sociedade e de relação social.

Portanto, entende-se que o processo social de afirmação étnica dos quilombolas não se desencadeia, necessariamente, a partir da Constituição de 1988, pois esta é resultante conforme Almeida (2008, p. 44) de:

[...]intensas mobilizações, acirrados conflitos e lutas sociais que impuseram as denominadas “terras de preto”, “mocambos”, “lugar de preto” e outras designações que consolidaram de certo modo as diferentes modalidades de territorialização das comunidades remanescentes de quilombos. Neste sentido a Constituição consiste mais no resultado de um processo de conquistas de direitos e é sob este prisma que se pode asseverar que a Constituição de 1988 estabelece uma clivagem na história dos movimentos sociais, sobretudo daqueles baseados em fatores étnicos.

No que tange aos direitos do cidadão quilombola, no Art. 68 da Constituição Federal de 1988, afirma-se que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, entretanto, após 13 anos de certificação de reconhecimento do território, emitida pela Fundação Palmares, a população de Itamatatuiá prossegue lutando pela titulação definitiva de suas Terras constatando a ineficiência dos dispositivos legais. Conforme Almeida (2008, p. 33-34):

Mesmo levando em conta que o poder é efetivamente expresso sob uma forma jurídica ou que a linguagem do poder é o direito, há enormes dificuldades de implementação de disposições legais desta ordem, sobretudo em sociedades autoritárias e de fundamentos coloniais e escravistas, como no caso brasileiro. Nestes três lustros que nos separam da promulgação da Constituição Federal tem prevalecido ações pontuais e relativamente dispersas, focalizando fatores étnicos, mas sob a égide de outras políticas governamentais, tais como a política agrária e as políticas de educação, saúde, habitação e segurança alimentar.

Além da constituição de 1988, que revela obstáculos concretos de difícil superação, as conquistas das comunidades remanescentes de quilombos expandiram-se também para o cenário internacional. A Organização Internacional do Trabalho (1989), mediante a Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, assegura aos grupos e comunidades tradicionais o direito de se autodefinirem, “assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer sua identidade, língua e religião, no âmbito dos estados onde moram”. Nos termos do Art. 1º

consta que “a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção”.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), regulamentou o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme este decreto, no Art. 2º “[...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

No dia 12 de março de 2004 foi lançado o Programa Brasil Quilombola (PBQ), com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. O Plano agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania (BRASIL, 2018). Tendo em vista as conquistas das comunidades quilombolas, a Fundação Cultural dos Palmares afirma que:

Entre as mudanças constatadas desde então, estão os efeitos positivos da infraestrutura e instalação de equipamentos sociais das comunidades; desenvolvimento econômico e social, com vistas à sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política dos quilombolas; e fomento ao controle e à participação social dos representantes quilombolas em diferentes esferas de proposição e formulação de políticas públicas.

Inaugura-se uma nova forma de relação do Estado brasileiro com as comunidades quilombolas do presente, apoiado no reconhecimento da diversidade cultural e étnica, mesmo enfrentando alguns obstáculos próprios de uma sociedade com fundamentos coloniais e escravistas. Conforme Martins, Nunes e Pereira Júnior (2014, p. 2) “a categoria quilombo passou a ser de autodesignação, articulada a uma politização dos conflitos que acompanhou essa construção”.

As denominações dos quilombos também se baseiam no processo de territorialização, ou seja, um conjunto de situações históricas distintas de acesso à terra, como por exemplo, terras de preto, terras de santo, terras de santíssima (ALMEIDA, 2008), e também terra de pobreza (NUNES, 2011) e terras de índio (ANDRADE, 1999). Essas denominações traduzem a singularidade das relações estabelecidas por determinados grupos com sua base territorial ou com o uso dos recursos naturais, e as singularidades das relações estabelecidas (MARTINS, NUNES e PEREIRA JÚNIOR, 2014).

Conforme Grijó, Berardo e Mendonça (2009), o quilombo Itamatatiua está inserido nas categorias de "Terras de Pretos" e "Terras de Santo", pois sua origem não está associada aos chamados "escravos fujões", mas, como já citado, a uma fazenda de ordem religiosa. A denominação "Terras de Preto" compreende, segundo Almeida (2008, p. 146-147):

[...] aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. Abarca também concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante a prestação de serviços guerreiros. Os descendentes destas famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha, sem desmembrá-las e sem delas se apoderarem individualmente.

Abrange ainda, de acordo com Almeida (2008, p. 147-148):

[...] algumas situações peculiares em que se detecta a presença de descendentes diretos de grandes proprietários, sem grande poder de coerção, adotando o aforamento, ou seja, mantendo famílias de ex-escravos e seus descendentes numa condição designada como de foreiros, sem quaisquer obrigações maiores, possibilitando, inclusive, uma coexistência de formas de uso comum com a cobrança simbólica de foro incidindo sobre parcelas por família, visando não deixar dúvidas sobre seu caráter privado. [...] alcança também aqueles domínios ou extensões correspondentes a antigos quilombos e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração, que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de uma concepção de direito, que orientavam uma apropriação comum dos recursos.

Os moradores herdeiros desse território, descendentes dos antigos negros que foram doados a fazenda Tamatatiua, caracterizam esta área como 'Terras de Preto' (Figura 05). Além disso, é considerada uma 'Terra de Santo', porque as terras pertenciam a Santa Tereza d'Ávila que se tornou padroeira da comunidade e todos se consideram filhos dela.

Figura 05: Moradores antigos e atuais expostos no Centro de Produção de Cerâmica.



Fonte: Acervo da Autora, 2018.

A comunidade Itamatatiua, citado anteriormente, surgiu a partir da desagregação de uma fazenda de ordem religiosa no período de decadência econômica de Alcântara. Após a saída dos religiosos, permanecem nessas terras os negros que já viviam prestando serviços, ao contrário dos demais quilombos formados por escravos que fugiam dos seus proprietários.

As denominadas “Terras de Santo”, segundo Almeida (2008, p. 148-149), referem-se à desagregação das áreas pertencentes à Igreja.

A desorganização das fazendas de algodão, a partir do século XIX, levou, por exemplo, no Maranhão, a que grandes extensões exploradas por ordens religiosas (jesuítas e depois carmelitas, mercedários) fossem abandonadas ou entregues a moradores, agregados e índios destribalizados e submetidos a uma condição de acampesamento, que ali já cultivavam. Nesses domínios, à molde de outros com fundamentos históricos aproximados, passaram a prevalecer formas de uso comum, mesmo após as autoridades eclesiásticas terem interferido e entregue formalmente estas terras à administração do Estado, em finais do século XIX. Consoante o santo padroeiro destas fazendas, foram sendo adotadas denominações próprias, que recobriam seus limites e lhe conferiam unidade territorial. Assim, tem-se as terras de Santa Tereza [...].

Considerando-se filhos da Santa Tereza (Figura 06), proprietária das terras de Itamatatiua, estes se definem como um grupo de negros com características distintas, pois sua ascendência, diferente dos demais, é de uma santa branca.

Figura 06: Fiéis em momento de devoção a sua mãe Santa Tereza.



Fonte: Acervo da Autora, 2019.

Esta narrativa é recorrente na comunidade e tem passado de geração em geração. Para Ferreira e Grijó (2012, p. 5), este “é um mito incorporado e necessário para os filhos de Santa Tereza se legitimarem com tal”. Nessas terras, de acordo com Almeida (2008, p. 149),

“o santo aparece representado como proprietário legítimo, a despeito das formalidades legais requeridas pelo código da sociedade nacional”.

Teresa Sánchez Cepeda e Ahumada, conhecida como Santa Tereza d'Ávila de Jesus, nasceu em Ávila, Espanha, no ano de 1515; foi uma freira carmelita mística do século XVI, e morreu no dia 4 de outubro de 1582, com 67 anos, em Alba de Tornos, Espanha. Tereza d'Ávila foi uma importante escritora e atuante na ordem dos Carmelitas descalços durante a contra reforma, deixando obras sobre a vida contemplativa e espiritual. Foi canonizada em 1622 e proclamada Doutora da igreja 1970 pelo Papa Paulo VI, que lhe conferiu o título por sua forte atuação na contrarreforma (COMUNIDADE CATÓLICA PANTOKRATOR, 2016). Sua festa é comemorada no dia 15 de outubro e nesta data os fiéis organizam os festejos e pagam suas promessas.

Os habitantes do quilombo veneram a santa considerada dona das terras onde vivem e realizam o festejo como forma de reconhecimento, gratidão e reverência. O ritual do festejo se inicia com o levante de um mastro, que marca o início das novenas durante as quais as caixeiros tocam músicas e rezam ladainhas. A novena é rezada durante nove noites, no período de 06 a 14 de outubro, sendo oferecidas comidas típicas aos presentes durante todos os dias de festa e, no dia 15 de outubro, é realizada uma missa pela manhã, ao passo que pela tarde realiza-se uma procissão (Figura 07) que passa pelas casas recolhendo “a joia” (uma doação ou presente para ajudar no festejo).

Figura 07: Fiéis em procissão durante a tarde.



Fonte: Acervo da Autora, 2019.

A festa em homenagem a Santa Tereza é pública e se constitui como principal acontecimento social, cerimonial e ritual realizado dentro do território. É um momento de encontro dos fiéis com a santa, de retribuir a visita, de agradecer uma graça, de pagar ou fazer uma promessa. A ocasião é crucial para perceber os diversos tipos de relações existentes entre os moradores de Itamatatiua e a santa (Figura 08).

Figura 08: Fiéis em momento devoção a sua mãe Santa Tereza.



Fonte: Acervo da Autora, 2019.

Os grandes responsáveis pela realização da festa são os festeiros, chamados também de Juiz e Juíza da festa. No último festejo, ocorrido no ano 2019, os responsáveis foram a dona Irene e seu filho Ribinha e coube a eles fomentar, da melhor maneira possível, suas relações em seu próprio benefício, assim como cativar à rede de relações da santa. Este período é marcado fortemente pela rede de relações que são estabelecidas entre os festeiros e os devotos.

Os festeiros são escolhidos na maioria das vezes “pela pessoa que fez a última festa em comum acordo com a encarregada da Santa, ou através de pedido a encarregada da Santa com a finalidade de pagamento de uma promessa. Em alguns casos, a própria Santa indica alguém para a encarregada através do sonho” (PEREIRA JÚNIOR, 2012, p. 73).

A relação com o divino confere uma condição diferencial aos moradores do povoado, pois todos se declaram integrantes de uma grande família com sobrenome que os une denominado “de Jesus”. Como consequência desse passado religioso, a maioria é católica com significativa sincretização de costumes, o que explica a crença na cura de doenças através do benzimento e das ervas (FERREIRA e GRIJÓ, 2009).

4 PAISAGEM, GEODIVERSIDADE E IDENTIDADE

4.1 Abordagens na perspectiva da Geografia Humanista Cultural

Os estudos da Geografia são direcionados para além dos elementos físicos da natureza, buscando significados, símbolos, sentimentos, sensações, entre outros elementos, para comprovar que o objeto de estudo não é apenas o que se vê, mas, também, o que se sente. Como afirma Cabral (2000, p. 35), a Geografia “constitui-se não somente de países, cidades, propriedades agrícolas, mares, relevo, clima etc., mas também de ideias, sentimentos, imagens e representações”.

As vertentes de estudo da Geografia passaram por constantes alterações até compor os conceitos utilizados atualmente. Nas civilizações greco-romanas da Antiguidade, o conhecimento geográfico estava ligado, sobretudo, aos relatos de viagens, à confecção de mapas, às representações cartográficas e às descrições regionais; entretanto, não era considerada ciência.

Durante o Renascimento, no bojo da revolução científica surgem as primeiras ideias do que mais tarde seria denominado como Geografia, atualmente classificada como tradicional. Esses estudos eram marcados pela preocupação em descrever as paisagens e os acidentes geográficos, bem como, valorizavam os relatos dos viajantes, no entanto pouco se importavam com a história e cultura dos povos nativos encontrados nas diferentes regiões.

A partir de meados do século XIX, quando a Geografia já é considerada uma ciência, com os estudos dos naturalistas Alexander von Humboldt e Carl Ritter, as bases do saber geográfico começam a surgir. Esses estudiosos tentavam reunir ideias iluministas (racionalistas) com o Romantismo. Nessa perspectiva, a Geografia investigava a natureza e era uma ciência pautada no positivismo, havia abandonado as concepções clássicas e adotado as ideias modernas.

A ciência geográfica tradicional interessava-se pelos fenômenos de aspectos visíveis, concretos e materiais. Nesse universo geográfico, concomitantemente, inauguravam-se também, no final do século XIX, a Geografia Cultural e no século XX a Geografia Humanista, que contrariam os estudos positivistas da época com a adoção da subjetividade, utilizando-se de conceitos já existentes na geografia com outra perspectiva.

Conforme Suess (2017), a Geografia Humanista e a Geografia Cultural constituem campos interdisciplinares e muito próximos, possuindo fortes relações. Os autores de ambas consideram uma derivada da outra, embora isto não seja consenso entre todos os estudiosos.

As duas vertentes referidas da geografia possuem vários pontos comuns como, por exemplo, o contexto histórico, as temáticas estudadas, constituindo um campo teórico que compartilha dos mesmos autores e de pensamentos semelhantes. Além disso, um dos elos principais entre ambas é a fenomenologia vinculada a abordagem filosófica e metodológica como afirma Suess (2017, p. 101), “relacionando-a com a fenomenologia, a Geografia vai buscar a valorização do ser humano e sua experiência espacial para compreender as relações que são tecidas no espaço geográfico, qual seja, a subjetividade e o mundo vivido”.

Entretanto, as vertentes da geografia, mesmo estando próximas, apresentam particularidades a cada campo. Destacam-se entre elas a escala, “enquanto os estudos humanistas focam em uma escala do indivíduo, as pesquisas culturais adotam, frequentemente, a escala de valorização do coletivo da cultura, das percepções e das vivências” (SUESS, 2017, p. 98).

A renovação a qual foi submetida à Geografia Cultural e o surgimento da Geografia Humanista são períodos históricos que se desenvolvem simultaneamente, resultando no fortalecimento mútuo com abordagens que se complementam. A Geografia Cultural, inicialmente, preocupava-se em descrever o mundo e não em compreendê-lo, após críticas acerca de seus estudos, passa por uma renovação a partir da década 1970 e tem como principal mudança o abandono da análise puramente estética, incluindo em seus estudos os sentimentos, as atitudes, as representações e as percepções em relação aos espaços.

No que tange a Geografia Humanista, conforme Cabral (2000, p. 35):

Enquanto as correntes científicas da geografia procuram a imparcialidade e a objetividade da análise, a abordagem humanista está marcada pelo envolvimento do pesquisador com o objeto e por assumir a subjetividade como parte da análise. Em outras palavras, pode-se dizer que a perspectiva humanista focaliza-se no estudo da imaginação e ação humana e na análise objetiva e subjetiva de seus produtos.

Portanto, as produções geográficas que formam esse conjunto de pensamentos acerca do homem com o mundo que o envolve pode ser considerada, ainda que de forma implícita, uma Geografia Humanista Cultural. Conforme Ernandes Pereira (2011, p. 49) a abordagem da Geografia Humanista Cultural permite uma análise mais ampla do fenômeno considerando:

[...] as artes, as mitologias, as literaturas, as religiões, os saberes do senso comum, como formas de saberes, que buscam, com uma visão própria, explicar, descrever, compreender a dinâmica do mundo e da vida, enfim a geograficidade, no sentido dardeliano.

A Geografia Humanista Cultural, a fim de melhor entender a relação do homem com o meio no qual vive, aprofunda-se na subjetividade dos sujeitos, buscando sentimentos e ideias em relação aos lugares, paisagens e espaços do seu dia a dia. As paisagens, assim como os espaços e os lugares, a medida que são experienciadas diretamente como atributos do mundo-vivido, delineiam as bases fenomenológicas da realidade geográfica e configuram sentido aos nossos envolvimento com o mundo.

De modo histórico e estrutural, a paisagem se situa conforme Collot (2015, p. 18), “entre um pensamento simbólico do Lugar, que dominou a Antiguidade clássica e a Idade Média, e um conhecimento científico do espaço que se desenvolve nos Tempos modernos”.

As relações humanas com espaços, paisagens e lugares, segundo Dardel (2015), estão representados através da geograficidade, sendo mais vivida do que expressa, consistindo uma ideia que expressa todos os significados e experiências que os indivíduos têm nas relações com os ambientes nos quais vivemos.

Em sua obra Espaço e Lugar, Tuan (2013) considera o espaço e o lugar como termos familiares entre si que indicam experiência comum. O lugar significa segurança, afeto e vínculo, e o espaço representa a liberdade, as relações e movimentos, transformando-se em lugar quando cria-se vínculo e sentimento de afetividade.

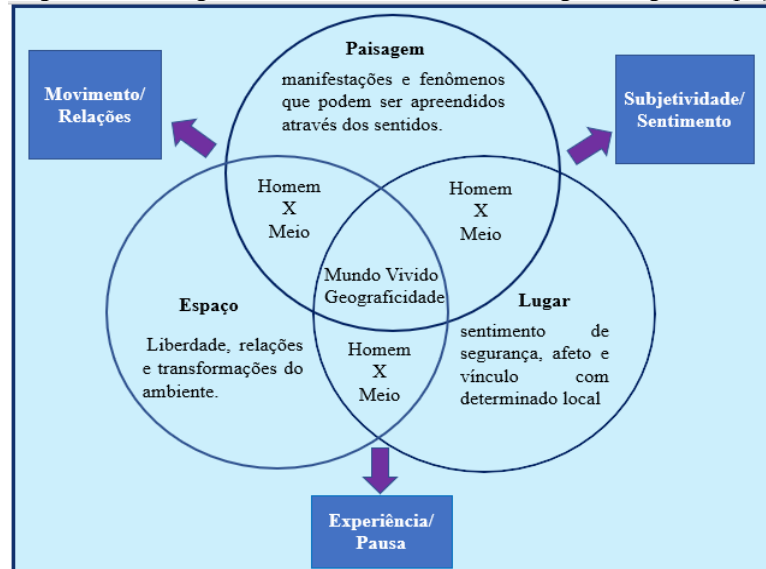
Estes conceitos encontram-se inerentes à paisagem, ao lugar e ao espaço enquanto fenômenos vividos, demonstrando que não há limites rígidos entre as categorias espaciais. Entretanto, as relações nem sempre são constantes; conforme Relph (1979, p. 16) "lugares têm paisagens, paisagens e espaços têm lugares", portanto, se estes conceitos se sobrepõem, também possuem diferenças teóricas.

Os conceitos de paisagem, espaço e lugar possuem em comum o estudo do homem com o meio, não possuindo limites e estando, em alguns casos, sobrepostos. A paisagem considerada tudo aquilo que os sentidos podem captar, relaciona-se ao lugar conforme o sentimento de afetividade despertado pela vivência e subjetividade do sujeito. O lugar representa pausas no espaço, enquanto o espaço significa movimento e relações que podem ser construídas na paisagem (Figura 09).

O ponto de interseção destes conceitos é o mundo vivido, experienciado pelo sujeito ou pela coletividade, cujo processo se estabelece uma ligação existencial com a terra que determina a geograficidade abordada por Dardel e que pode ser analisada por meio da fenomenologia, a qual busca compreender as essências dos fenômenos vividos de cada indivíduo ou grupo. Conforme Dardel (2015, p. 31), a geograficidade é determinada pela relação do homem com a Terra, considerando esta “[...] como lugar, base e meio de sua

realização. Presença atraente ou estranha, e, no entanto, lúcida. Limpidez de uma relação que afeta carne e sangue”.

Figura 09: Fluxograma sobre os conceitos de Paisagem, Lugar e Espaço.



Elaboração da Autora.

O termo paisagem utilizado na Geografia Humanista Cultural surge no pensamento do ser humano, derivado de sua relação com a natureza, antes mesmo da elaboração do conceito. Para Maximiano (2004, p. 84):

A ideia embrionária já existia, baseada na observação do meio. As expressões desta memória e da observação podem ser encontradas nas artes e nas ciências das diversas culturas, que retratavam inicialmente elementos particulares como animais selvagens, um conjunto de montanhas ou um rio.

Os registros mais antigos que se conhece da observação humana sobre a paisagem estão registrados nas pinturas rupestres, representações comuns em áreas de povoamento primitivo. Na Antiguidade Oriental, conforme Maximiano (2004, p. 84):

[...] o ambiente fora do controle humano era olhado com desconfiança e entendido como elemento hostil, então eram construídos jardins fechados para lazer, contemplação ou plantio de algumas espécies, [...] percebe-se que a visão da paisagem original era de uma certa precaução, delimitada pelo conhecimento da realidade circundante.

Na Antiguidade Ocidental, diferentemente do que se acreditava no Oriente, a paisagem era compreendida como natureza e os seres vivos de forma distinta. Afirma Maximiano (2004, p. 84) que: “a natureza selvagem não importava à arte, que representava cenas sempre antropomórficas. Aparentemente o ser humano e a natureza estavam sempre em oposição”.

No que tange à arte, nos séculos XV e XVI, a Igreja católica influenciava de forma expressiva as sociedades, portanto, as pinturas desta época sempre retratavam a nobreza e o clero, a paisagem aparecia somente como pano de fundo para harmonizar os elementos, uma vez que o homem era o destaque da obra. Entretanto, mudanças de ordem socioeconômica e estéticas fizeram com que a paisagem pouco a pouco fosse saindo do segundo plano e tornando-se o tema principal das representações.

Claval (2012, p. 309) afirma que o termo paisagem não possui mistério, no século XV ela era representada da seguinte forma:

Aplica-se aos quadros que apresentam um pedaço da natureza, tal como a percebemos a partir de um enquadramento — uma janela, por exemplo. Os personagens têm aí um papel apenas secundário. A moldura que circunda o quadro substitui, na representação, a janela através da qual se efetuava a observação.

Etimologicamente, paisagem deriva do vocábulo *paysage* originado na França no período do Renascimento nos séculos XV e XVI, em fins da Idade Média. Anteriormente, o termo utilizado era o Alemão *landschaft*. Conforme Maximiano (2004, p. 85):

No Ocidente, o primeiro termo para designar paisagem foi a palavra alemã *Landschaft*. Este termo existe desde a Idade Média, para designar uma região de dimensões médias, em cujo território desenvolviam-se pequenas unidades de ocupação humana. Com o “século das luzes”, o termo assimilou também um senso semântico, com a noção de quadro, arte e/ou natureza. Na França, a partir da Renascença, falou-se de *paysage* com um sentido próximo do original *landschaft*, que considera os arredores, com uma conotação espacial delimitada e delimitante. Na mesma época, metade do século XVI, também surgiu a associação do termo *paysage* à estética, aliando aspectos naturais e representação artística da paisagem.

Na Alemanha nos fins do século XVIII e início do século XIX, Humboldt fez menção à paisagem constatando o interesse pela vegetação, pelo clima e sua influência sobre os seres, verificando o aspecto geral da paisagem. Desse modo, “a partir de Humboldt, iniciam estudos mais sistemáticos que levariam à compreensão de paisagem como resultante de um complexo de interações entre elementos naturais e humanos” (MAXIMIANO, 2004, p. 1). Conforme Moura e Simões (2010, p. 180):

Humboldt foi um viajante que estudou a Paisagem em relação à vegetação, considerada por ele como o dado mais significativo para caracterizar um aspecto espacial. As diferenciações paisagísticas que ele observava deveriam permitir entender as leis que regem a fisionomia do conjunto da natureza, pela aplicação de um método às vezes explicativo e comparativo.

Vários estudiosos colaboraram com a formulação do conceito de paisagem. Maximiano (2004, p. 90) dá ênfase a algumas dessas contribuições:

Em fins do século XIX, Ratzel com sua linha de pensamento sobre as relações causais existentes na natureza. Na virada do século, suas idéias foram assimiladas pela *Landschaftskunde*, uma ciência das paisagens, considerada sob ótica territorial, ou seja, uma expressão espacial das estruturas da natureza, organizada por leis cientificamente observáveis. vindo depois o russo Dokoutchaev, com o modelo Complexo Natural Territorial - CNT, identificando as estruturas da natureza. No século XX, Carl Sauer apresentou suas idéias sobre estruturas da paisagem, em 1925; Carl Troll elaborou a ecologia da paisagem, que associava a perspectiva horizontal geográfica com a perspectiva vertical da ecologia, em 1930. Sotchava, na Rússia, na década de 60, formulou os geossistemas, com classes diferenciadas e similares da paisagem.

Além destes, pode-se destacar Karl Ritter, La Blache, Lacoste, Monbeig, Rougerie, entre outros. Nesta época, as escolas eram presenças constantes no pensamento geográfico, no qual alguns dos autores citados desenvolviam suas pesquisas como: Escola Naturalista Alemã, Escola Soviética, Escola Francesa, Escola de Berkeley nos Estados Unidos, entre outras.

A Escola Alemã contribuiu de forma significativa na construção do conceito de paisagem baseada na Paisagem Natural – *landschaft*, possuindo ênfase naturalista herdada de Humboldt. Sobre as contribuições da Escola Alemã, Barbosa e Gonçalves (2014, p. 97) afirmam que:

Podemos definir a Escola Alemã como ponto de partida para os estudos referentes à paisagem dentro da geografia. É a partir desta escola que temos a sistematização da ciência geográfica a partir das abordagens de autores como Alexander von Humboldt e Karl Ritter, ambos contemporâneos do século XIX e considerados pioneiros na abordagem da geografia como ciência.

Conforme afirma Salgueiro (2001), a Escola Naturalista Alemã utilizava uma perspectiva romancista e estética, descrevendo uma sensação de satisfação causada pela observação da paisagem. Segundo Dantas et al (2015), a Escola Francesa de Geografia, conhecida também como Escola Possibilista criada por Paul Vidal de La Blache, surgiu depois da Escola Alemã em 1870, desenvolvendo este enfoque possibilista que expõe uma análise diferenciada de Paisagem, enfatizando uma visão composta pelos elementos naturais e humanos sobre o terreno, a chamada paisagem geográfica. Desta forma, a Geografia Francesa conforme Dantas et al., (2015, p. 5-6):

[...] humanizou o conceito de Paisagem, atribuindo-lhe uma forte carga histórica, ou seja, a paisagem geográfica, objeto de estudo das análises empíricas, é resultante histórica do trabalho que diferentes sociedades e “gêneros de vida” desenvolveram sobre o Espaço Geográfico.

Na Escola de Berkeley o conceito de paisagem se desenvolveu com Carl Sauer, precursor da Geografia Cultural, possuindo “uma visão culturalista da paisagem, onde se

entendia que o homem ao interagir com a natureza, através de sua cultura, forma a paisagem” (BARBOSA e GONÇALVES, 2014, p. 100).

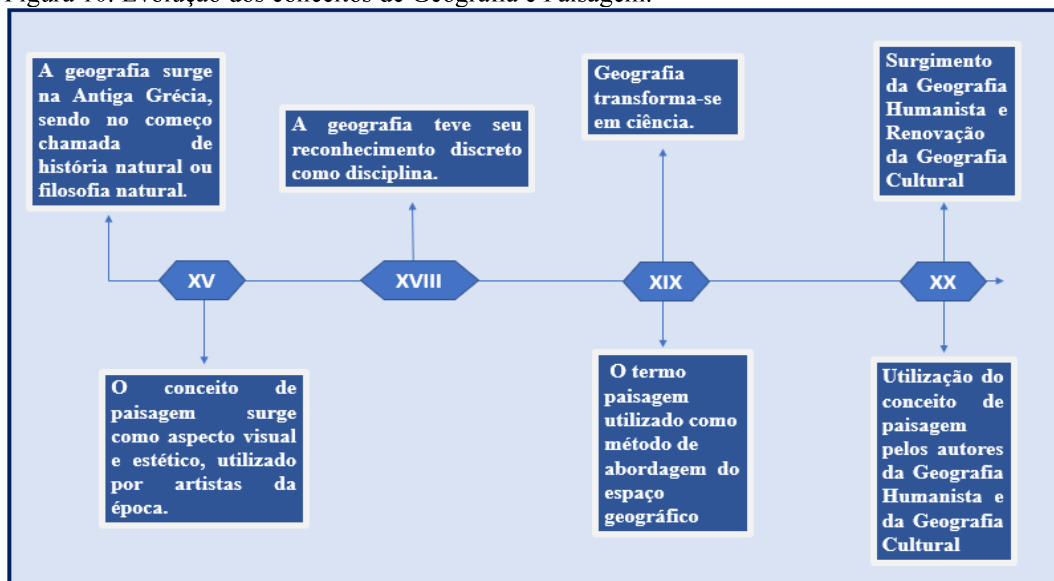
Estes pensamentos citados e outros, aliados à história e cultura de suas respectivas épocas e espaços, foram fundamentais para construção do conceito de paisagem que recebem diferentes perspectivas, sendo utilizado tanto como método de pesquisa ou como um tipo de abordagem do ponto de vista paisagístico. Portanto, sintetizando as diferentes formas de apropriação do conceito, Maximiano (2004, p. 90) defende que:

[...] Seriam eles: o aspecto visual; a complexidade de inter-relações entre os elementos físicos e destes com os elementos culturais; a possibilidade de cartografar a paisagem, já que a mesma ocupa um lugar; a diversidade da escala da paisagem - do local ao planetário; a possibilidade de classificar paisagens em unidades diferenciadas ou homogêneas; a possibilidade de classificar paisagens com ênfase em um elemento de sua composição - vegetação, clima ou cultura; o caráter dinâmico das paisagens; a possibilidade de análise por meio dos elementos, estrutura e/ou funcionamento da paisagem.

O termo paisagem significando aspecto visual, estético, utilizado de forma objetiva e subjetiva por artistas, começa a ser utilizado no século XV pelos pintores holandeses e italianos. No século XVIII, a Geografia começa a ter seu reconhecimento discreto como ciência, pois, até então, era considerada história natural ou filosofia natural.

No século XIX, a Geografia transforma-se em ciência e surge a concepção de paisagem como método de análise ou tipo de abordagem. No século XX, tem-se o surgimento da Geografia Humanista e a Renovação da Geografia Cultural, ambas as vertentes passam a utilizar o conceito de paisagem expressando a subjetividade do sujeito em relação ao mundo que o cerca (Figura 10).

Figura 10: Evolução dos conceitos de Geografia e Paisagem.



Elaboração da Autora.

A paisagem, termo que pode ser considerado interdisciplinar, e por hora complexo e abrangente, é revelado através dos estudos geográficos como natural e cultural, dotado de elementos abióticos que expressam memórias e identidades conforme experienciados, modificados e sacralizados pela sociedade.

4.2 Enfoque conceitual sobre a Geodiversidade

A relação com o meio natural origina-se desde a existência do homem, diferenciando-se em função das ferramentas e das formas de intervenção que resultam nas transformações do espaço. Como afirma Moura-Fé, Silva e Brasil (2017, p. 3069) “as modificações de uma dada área pela sociedade e sua apropriação para o seu uso são importantes para a ocorrência da sucessão dessas paisagens como uma sucessão de culturas”.

A exploração das matérias primas para suprir as necessidades das sociedades visavam construir bens materiais moldados por valores imateriais, que são dotados de significados, memórias, histórias, vivências e sentimentos, atribuindo aos variados grupos sociais identidades distintas.

A paisagem natural está sujeita as transformações sociais, deixando vestígios e gerando impactos na natureza, ao passo que, em resposta a estas alterações as paisagens, também influenciaram as diversas formas de vida no decorrer da história, originando culturas, solidificando-as ou contribuindo com seu desaparecimento. Conforme Moura-Fé, Silva e Brasil (2017, p. 3069):

Esta sucessão de paisagens associada como uma sucessão de culturas, bem como a análise per si de cada uma delas, é uma abordagem fundamental para pensarmos como a natureza, notadamente, a geodiversidade, se relacionou com o desenvolvimento cultural das pessoas, das comunidades, das sociedades.

A geodiversidade é uma temática importante a ser analisada a partir do ponto de vista da paisagem, de modo a ser utilizada nesta pesquisa como um recorte dela para delimitação da área de estudo. Visto que a geodiversidade também pode ser considerada como a interação entre a sociedade, a paisagem abiótica e a cultura.

O termo geodiversidade é recente, sendo citado pela primeira vez em 1940, nos textos de Frederico Daus, geógrafo argentino. A perspectiva abordada diferenciava da principal corrente teórica atual, pois o autor empregava o termo como sinônimo de diversidade geográfica como expressão das representações socioculturais e do conjunto de aspectos naturais que compõem a paisagem (MEIRA e MORAIS, 2016).

Em 1990 o termo começou a ser utilizado por geógrafos e geomorfólogos, consolidando-se ao longo dos últimos anos dessa década “como uma analogia ao termo biodiversidade, para salientar o fato de que a natureza é composta por duas frações, elementos bióticos e abióticos, profundamente conectadas e interdependentes” (BORBA, 2011, p. 4).

Como ações iniciais das comunidades científicas no desenvolvimento desta temática, segundo Azevedo (2007) e Feitosa (2016), registrou-se a mobilização para realizar o I Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico em 1991 na França. Entretanto, o termo surge no Reino Unido no ano de 1993 durante a Conferência de Malven sobre Conservação Geológica e Paisagística (BRILHA, 2005).

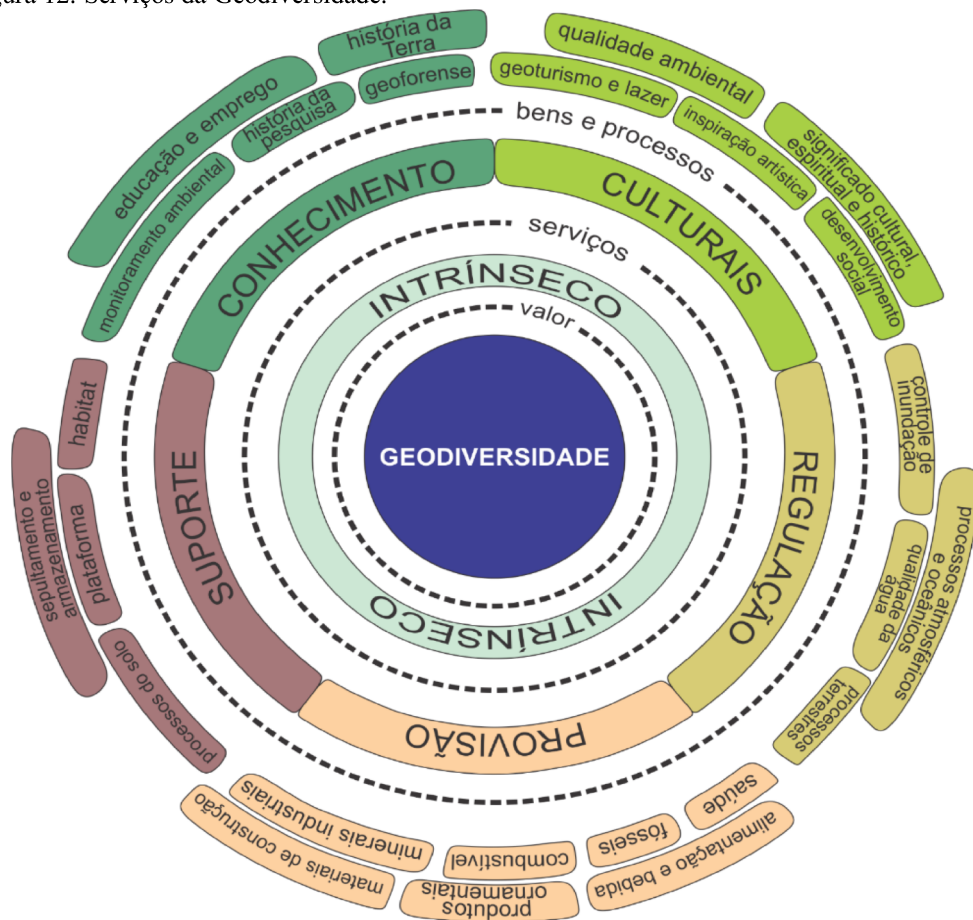
O primeiro artigo publicado sobre geodiversidade foi de Stanley no ano de 2000, de acordo com Nascimento et al., (2008, p. 10), o termo “foi adotado pela *Royal Society for Nature Conservation* do Reino Unido também como título em seu relatório informativo de Ciência da Terra, lançado em janeiro de 2001” considerando a geodiversidade como o palco em que todas as formas de vida são os atores.

O primeiro livro abordando a temática específica da Geodiversidade foi publicado em 2004, pelo professor Murray Gray (GRAY, 2004), intitulado *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*, que tratava dos valores e da importância da conservação dos elementos abióticos da natureza. Gray foi um dos primeiros autores a trabalhar os valores da geodiversidade, buscando representar o uso de seus elementos para diversos fins, auxiliando na economia, na história, na cultura, na educação, entre outros.

A classificação dos valores da Geodiversidade foi estruturada por Silva (2016), relativamente à cidade de Natal-RN (Figura 11), expressando a definição de Gray em 6 categorias de valores e 32 de subvalores para os elementos abióticos da natureza, sistema que vem sendo muito utilizado pelos estudiosos das geociências e da Geografia, ao longo das duas últimas décadas.

O valor intrínseco é determinado pela existência do elemento da geodiversidade, o valor cultural se constitui através da relação com a sociedade que pode estar atrelada a história, aos costumes, ao folclore ou mesmo ao campo espiritual, entre outros, o estético está relacionado a beleza sendo complexo, pois é algo considerado subjetivo ao observador, o valor funcional é determinado de acordo com a capacidade que o elemento natural tem na contribuição do bem-estar humano, ou seja, a função que desenvolve para contribuir com a sociedade, e por fim, o valor científico e educativo consistem no uso da geodiversidade para fins de estudos, pesquisas, entre outros (MEIRA e MORAIS, 2016).

Figura 12: Serviços da Geodiversidade.



Fonte: Silva, 2016.

O serviço de regulação, segundo Silva e Nascimento (2016), compreende aos processos que têm por finalidade o controle natural das condições ambientais, seja do ar, da água e dos solos. São compreendidos pelo serviço de regulação, os processos atmosféricos e oceânicos, o ciclo hidrológico e a química atmosférica, além de processos terrestres, como o ciclo do carbono, controle de inundação e qualidade da água.

O serviço de suporte consiste naquele que a geodiversidade possui os recursos necessários para a realização das atividades do ser humano ou da natureza. O de provisão é responsável por disponibilizar bens materiais para a sociedade, esse bem material passa a ser tratado como produto possuindo valor monetário. Conforme Silva e Nascimento (2016), o serviço de provisão agrega 7 bens, nomeados como: alimentação e bebida, fósseis, produtos ornamentais, materiais de construção, saúde, combustíveis e materiais industriais.

O serviço cultural, segundo Silva e Nascimento (2016), consiste na relação da sociedade a algum aspecto abiótico do ambiente por seu significado social ou comunitário. São processos e bens do serviço cultural: qualidade ambiental, geoturismo e lazer, significado cultural, espiritual e histórico, inspiração artística e desenvolvimento social.

O serviço de conhecimento, sendo o mais importante, principalmente para as geociências, consiste na utilização dos aspectos físicos para exploração científica e educacional. Havendo 5 expressões para esse serviço, segundo Silva e Nascimento (2016), são: educação e emprego, história da terra, monitoramento ambiental, história da pesquisa e geoforense.

Os valores da geodiversidade atribuem importância aos elementos abióticos utilizados pela população, entretanto, quando este uso não ocorre de forma controlada, os elementos ficam vulneráveis as ameaças antrópicas que geram impactos significativos para o ambiente natural, e consequentemente, para a população que o utiliza. Conforme evidencia Borba (2011), o progresso das sociedades tem sua base, tanto no passado quanto no presente, na utilização e transformação dos elementos da geodiversidade, estas ações quando não ocorrem de forma equilibrada entre o consumo e a proteção, geram ameaças que podem comprometer os recursos naturais de determinada área.

Atualmente, o termo é conceituado como “a natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, solos, fósseis e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na terra” (BANDEIRA, 2013, p. 11).

A geodiversidade é uma temática utilizada neste estudo, citado anteriormente, como um recorte da paisagem, representando por meio de uma visão holística as relações entre o homem e os elementos físicos do ambiente. Estes elementos pertencentes a geodiversidade e que compõem as paisagens do quilombo Itamatatuiua, além da importância científica, revelam memórias, heranças, crenças, entre outros, adquirindo o valor cultural que transcende a análise isolada de determinado solo, ou rocha, por exemplo.

Visto o histórico de ocupação e exploração da comunidade Itamatatuiua, os elementos abióticos da área podem assumir diversos serviços da geodiversidade, entretanto, a pesquisa direciona-se ao serviço cultural adquirido através das relações estabelecidas com os moradores.

4.3 Memórias e Identidades

Acredita-se que a globalização foi uma das maiores forças de transformação da paisagem moderna. A aproximação de diferentes culturas da sociedade transformou as relações humanas na Modernidade Líquida. Conforme Bauman (2005, p. 18), na atualidade “o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados”.

A apropriação de novas tecnologias pela sociedade é um exemplo das transformações realizadas pela globalização. A comunidade Itamatatiua localiza-se em área rural distante da sede do município, no qual, por muito tempo, esses fatores influenciaram na comunidade, na ausência de telefone, aparelhos eletrônicos, internet, entre outros, que dificultavam, até mesmo, o contato com pessoas de outros locais, pois o único meio de comunicação era por meio da oralidade (Figura 13).

Figura 13: Moradora usando monóculo, mural da associação.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2020.

Como afirma Grijó (2010, p. 22):

A dificuldade de acesso à Itamatatiua atrapalha que esta seja objeto de estudos científicos ou mesmo obtenha melhorias nas condições de vida dos moradores, provindas a partir de políticas públicas. No passado, a quase total falta de comunicação com outras comunidades ou mesmo com a zona urbana da cidade ajudou Itamatatiua a conservar os traços sócio-culturais da época dos antepassados. A evolução das relações sociais e tecnológicas foi retardada devido ao difícil acesso ao local e à falta de melhorias por parte dos órgãos competentes.

Atualmente, a realidade da comunidade vem se transformando rapidamente, já há televisão na maioria das casas, celular, internet, e outros recursos tecnológicos que auxiliam na alteração dos costumes até então presentes na comunidade. Grijó (2010, p. 14) expõe o cenário da inserção da televisão em Itamatatiua:

em menos de uma década saiu de um cenário onde a tradição oral era o principal meio de comunicação para se tornar receptora dos produtos midiáticos eletrônicos, como o rádio e, principalmente, a televisão. Essa mudança ocorreu graças a um invento presente há dois séculos nas grandes cidades, mas que somente no fim do século passado chegou a Itamatatuiua: a energia elétrica.

Nas últimas décadas houve também a inserção de uma máquina no processo de confecção das peças de cerâmica da Associação. Este processo era somente manual desde a coleta dos materiais até a finalização das peças e venda, entretanto, atualmente as artesãs possuem o auxílio da máquina maromba (Figura 14) que molda a argila e faz o processo de extrusão.

Figura 14: Máquina maromba no centro de produção de cerâmica.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2020.

Quando ainda era “isolada”, a comunidade de Itamatatuiua mantinha seus traços identitários com as transmissões dos saberes, das festividades, costumes e narrativas. A partir da inserção de novas tecnologias, há uma influência direta nos comportamentos dos moradores que mudam seus interesses por meio do contato com outras realidades que alteram suas formas de pensar e agir. Muitos jovens começam a se distanciar das tradições que até o momento são mantidas e saem da comunidade em busca de estudo ou trabalho.

Diante dos impactos gerados pela globalização, as identidades tornam-se objeto de estudo de muitas áreas do conhecimento científico. O conceito de identidade passa a ser discutido ao longo do tempo e, portanto, abriga diversas versões de cunho psicológico, filosófico, antropológico ou sociológico. Na sociologia e antropologia é utilizado o conceito

de identidade cultural que se refere ao sentimento de pertencimento a uma cultura, ou seja, aquela cultura em que o indivíduo nasceu e que absorveu ao longo da sua vida.

Bauman (2005, p. 17) ressalta que a identidade não é natural, geneticamente herdada, mas construída ao longo do processo de desenvolvimento das atividades comunitárias ou individuais, refletindo a fluidez da modernidade e de seu deslocamento. O autor afirma, ainda, que:

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”.

Dessa forma, entende-se por fluído tudo aquilo que é diluído, que sofre transformações na medida em que é influenciado por quaisquer tipos de forças, sejam elas internas ou externas. Para Bauman (2005), essas forças se expressam através das nossas próprias escolhas ou pelas relações com a sociedade, sendo lançadas pelas pessoas a nossa volta precisando que se esteja sempre alerta para a defesa das escolhas de maior utilidade mediante tudo que é imposto.

Hall (1999, p. 50-51) define identidade a partir da cultura nacional como “um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações, quanto a concepção que temos de nós mesmos. [...] ao produzir sentido sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades”.

Os negros ao serem escravizados passaram a ter contato com diferentes culturas, o que favoreceu o processo de miscigenação e hibridização, essa imposição forçou a transformações das identidades originais desses grupos. Em Itamatatuiá ao longo dos anos foram se configurando e reconfigurando, adquirindo identidades distintas dos moradores iniciais.

A comunidade de Itamatatuiá é composta por descendentes de negros africanos que foram retirados de seu local de origem, passando por um processo de desconstrução de suas identidades, até então, construídas conforme a paisagem na qual estavam inseridos, a cultura, as tradições, crenças, entre outros que compunham as características coletivas e individuais. Conforme Grijó (2010, p. 100):

as identidades em Itamatatuiá devem ser entendidas como referências em torno das quais os indivíduos se autoreconhecem e se constituem enquanto sujeito social, estando estas identidades em constante processo de transformação e constituídas a partir da interação com o outro. A chamada “identidade em crise” vale também para a identidade negra, uma vez que ela não se configura somente por uma unidade, mas

sim por uma multiplicidade em constante processo de modificação ou reconfiguração.

A identidade africana passou por diversas alterações no decorrer da história, e, conforme Arruti (1997), para alguns estudiosos chegou a ser considerada extinta. O autor também discute a forma predominante dos entendimentos pelos quais os indígenas e os quilombolas foram enquadrados no decorrer do tempo e as implicações científicas, jurídicas e políticas dessas definições. Percebe-se que, regra geral, nos trabalhos científicos publicados a partir da década de 1930, os autores passaram a classificar os negros como raça e os índios como etnia.

Segundo Arruti (1997), as produções intelectuais dessa época, progressivamente institucionalizada, disciplinada e adaptada, passaram a referirem-se aos descendentes africanos, os negros, como raça e os de origem americana, os índios, como etnia. Essa discussão permeia os períodos iniciais dos estudos científicos, gerando formas distintas de lidar com as diferenças apresentadas pelos não brancos.

A diversidade dessas sociedades e culturas passou por sucessivas reduções e alterações, representadas por termos que desconsideravam o conteúdo ou a essência desse povo, mas a matéria e forma, sendo considerados, por muito tempo, incivilizados, inferiores mentalmente, e objetos de contaminação.

Durante as décadas de 1930 e 1940, e até mesmo ao longo das décadas de 1960 e 1970, esses povos eram estudados como identidades até então extintas. Arruti (1997) afirma que até muito recentemente esses estudos permaneceram presos ao desaparecimento dos povos, da decadência e da desagregação cultural.

As comunidades indígenas e negras passaram por diversas classificações e, por algumas vezes, eram confundidas umas com as outras, não havendo distinção quando consideradas indigentes, órfãs, marginais, pobres, trabalhadores nacionais, entre outras nomenclaturas que eram dadas aos indivíduos integrantes das duas categorias, de modo a ocasionar uma fluidez identitária, por hora, identificando-os conforme os colonizadores os consideravam, a identidade era imposta.

Com o artigo nº 68 da Constituição Federal de 1988, essas comunidades ganham um novo termo, “remanescentes”, resolvendo a situação de continuidade e descontinuidade com o passado, segundo Arruti (1997) “a adoção da identidade de remanescente por uma determinada coletividade, ainda que possa fazer referência a uma realidade comprovável, é, com muito mais força, a produção dessa própria realidade”.

Entretanto, o reconhecimento como remanescente quilombola não é suficiente para suprir características que foram perdidas no decorrer do período de escravidão. Para Marc Augé, em sua obra *A Guerra dos Sonhos* (1998), no trecho da luta pelo controle e manipulação das imagens e dos sonhos, aborda dois momentos e cenários distintos, ora em um conflito interno, durante a Idade Média que a igreja manipula o imaginário, ora um conflito do tipo colonial, que o texto utiliza como exemplo o período de colonização no México e nos Andes, ocorrendo a imposição de imagens.

No contexto da comunidade quilombola Itamatatiua, destaca-se o segundo cenário; Augé (1998) afirma que o choque das imagens do período Colonial é ainda mais estrondoso, entretanto, suas consequências serão mais acentuadas devido à complexidade das reações dos colonizados divididos entre resistir às imagens ou seduzir-se a elas. As estratégias dos colonizadores eram de substituir imagens sagradas dos ameríndios ou negros por imagens do cristianismo, ou colocar estas imagens em ambientes que estes consideravam sagrados.

Segundo Augé (1998, p. 73), a Companhia de Jesus é a responsável por essas substituições; na tentativa de dominar ou reorientar as crenças dos colonizados “ela enquadra principalmente a experiência visionária dos índios, na qual as figuras da pintura cristã europeia substituem as pictografias locais”. O autor refere-se aos índios neste trecho, mas a situação se direcionava também aos negros.

No entanto, essa manipulação não se realiza sem questionamento, percebendo-se a capacidade de reinterpretação das imagens sendo privilegiada a hipótese de resistência e uma identidade mantida, o que temem os representantes religiosos. Os dominados se enquadram no que o autor expressa como “entre-dois-mitos”, ou seja, entre um passado truncado e um futuro obscuro. O que ocorre na comunidade Itamatatiua, como já supracitado, é a substituição da crença nos deuses africanos com a inserção da Santa Católica Teresa d’Ávila, atualmente considerada mãe dos moradores e protetora de suas terras.

Augé (1998, p. 79) afirma que:

A suspeita que pesa sobre a devoção popular, por parte das elites cristãs, é, portanto, ora de ser “sincrética” (de adorar um deus através de outro – por exemplo, um deus mexicano através de um santo católico), ora de ser “fetichista” (de confundir o representado e o representante); em suma, de brincar com a imagem ou de alienar-se nela.

A comunidade possui um laço afetivo de extrema importância com a Santa Tereza (Figura 15), fruto da imposição iniciada pela Ordem Carmelita. Constroem-se então uma identidade católica e de devoção, os moradores se consideram filhos da santa e todos possuem o sobrenome de Jesus. Essas alterações da identidade não estão finalizadas, afinal, é

constante. Entretanto, traços são mantidos através dos saberes dos antigos, de memórias guardadas no coletivo e transmitidas as futuras gerações.

Figura 15: Festa para Santa Tereza durante a pandemia.



Fonte: acervo da pesquisa, 2020.

A memória coletiva é constituída a partir de influências do meio social ao qual o indivíduo está inserido. Nos estudos de Halbwachs, conforme Luciana Amormino (2007), o olhar é voltado não apenas para a memória em si, mas para os quadros sociais da memória. Para ele, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias atuais, as experiências do passado.

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. [...] Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 2003, p. 77).

A memória possui um papel importante de referência na construção das identidades, intermediando o passado com o presente, articulando elementos para a construção de um discurso nacional, onde a sociedade escolhe para si seus símbolos, ritos e mitos de origem, e estes são influenciados pelo espaço que ocupam.

O entorno material, considerado também espaço, expressa a nossa marca e a dos outros, decifrados familiarmente os objetos que compõe esse espaço, estando dotados de significados atribuídos no decorrer das vivências e experiências. O lugar recebe a marca do grupo – cada característica, detalhe, símbolo, tem um significado que é compreendido apenas

para os membros do grupo através da memória que estes carregam consigo, construídas no coletivo, mas ressignificadas no individual (Figura 16).

Figura 16: Paisagens de Itamatatiua.



Fonte: acervo da pesquisa, 2020.

As paisagens preservam memórias que são fundamentais para o reconhecimento da identidade, desempenhando importante função na construção das identidades culturais dos grupos sociais. “Em que as normas culturais de convivência se constituem por processos históricos e espaciais praticados e experienciados, dando origem à constituição das identidades” (NABOZNY, 2011, p. 40). Claval (1996, p. 15) também afirma que “a Identidade aparece como uma construção cultural”, a comunidade de Itamatatiua tem a sua identidade atrelada aos elementos da paisagem que expressam a origem e costumes do quilombo, resistindo até os dias atuais, entretanto, podendo continuar a ser alterada em meio às transformações contemporâneas.

Para Mataloto (2007, p. 124), “a criação e partilha de uma paisagem, e logo de uma memória, pelo grupo ou pelo indivíduo, é que surge a identidade, enquanto sentimento de inclusão e de pertencimento”. Diante destas afirmações teóricas se constroem as bases do presente estudo, compreendendo que as identidades dos moradores de Itamatatiua constroem-se e reconstroem-se no decorrer da história, mas mantêm viva ainda memórias, narrativas e traços culturais que se originaram na paisagem que estão inseridos.

5. QUILOMBO ITAMATATIUA: TERRAS DA SANTA BRANCA

As paisagens das terras de Itamatatiua mesclam evidências históricas desde a ancestralidade dos primeiros povoadores da região do entorno do Golfão Maranhense, configurando as incipientes intervenções de povos seminômades e dos povoadores de origem europeia e africana cujas práticas foram aglutinadas para a formação de cenários singulares por sua diversidade cultural.

5.1 Paisagens das Terras de Santa Tereza

O surgimento da noção de paisagem vincula-se a uma maneira de ver e conceber o mundo, de compô-lo em uma cena. Considerando que a sociedade e a natureza são variáveis indissociáveis, “o olhar sobre a natureza é revestido da carga da experiência e da cultura. Portanto, a paisagem carrega a marca da cultura e torna-se um documento chave para compreender as dinâmicas que somam diferentes elementos” (TORRES, 2015, p. 9).

Conforme Berque (2012, p. 303), a paisagem pode ser considerada uma marca e uma matriz:

[...] é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem de seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de codeterminação.

Segundo Santos (2006) a paisagem é definida como um agrupamento de formas, que, em determinado momento, evidenciam a história que representa as diversas relações entre homem e natureza. Além disso, a paisagem torna-se tudo aquilo que conseguimos captar por meio dos sentidos, compondo-se por imagens, além de sons, sabores, cheiros, entre outros elementos invisíveis ao olhar, mas perceptíveis de acordo com a subjetividade do indivíduo.

Na tentativa de desmistificar a complexidade do conceito de paisagem Passos (2013, p. 49) afirma que para defini-la “não é necessário buscar um significado complexo, mas, simplesmente dizer que ela é uma construção cultural de um ambiente natural, sobreposto a um olhar que o cubra de significados atribuídos pelo observador”.

No quilombo Itamatatiua as paisagens se constituem como natural e cultural, possuindo elementos naturais que estão interligados aos elementos culturais, ambos dão significados um ao outro. Como afirma Schama (1996, p. 17), “[...] antes de ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas.”.

As paisagens de Itamatatiua constroem-se na mente de seus moradores através das lembranças de seus ancestrais, da doação das terras e de sua mãe Santa Tereza, estes elementos se sobrepõem aos elementos da natureza em uma relação indissociável. Dardel (2015, p. 30) afirma que a paisagem não é uma junção de detalhes pitorescos, mas “[...] um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma “impressão”, que une todos os elementos”.

A área do quilombo, já supracitado, surge da doação de terras compondo uma paisagem natural, entretanto já modificada pelo o homem, dotada de valor religioso e simbólico. A área abrange relevo plano com leves ondulações, área de campos inundados nos períodos chuvosos, solos argilosos que dão suporte ao artesanato local e o rio que auxilia nas atividades domésticas e de subsistência.

A paisagem natural serve de base para o desenvolvimento da cultura, expressando-se como o espaço das ações dos moradores que a construíram ao longo do tempo, dotado de crenças, mitos, histórias e sentimentos, uma autobiografia da comunidade contada através do espaço na qual está localizado.

A paisagem cultural conforme Sauer (2012, p. 266)

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente; a área natural, o meio; e a paisagem cultural, o resultado. [...] A paisagem natural é, evidentemente, de fundamental importância, pois fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada. A força que modela, entretanto, está na própria cultura.

Sobre as Terras admitidas como pertencentes à Santa, conforme Pereira (2018, p. 66) “[...] são compostas por 40 povoados e a sede principal é Itamatatiua local onde foi construída a Igreja da Santa, a residência dos administradores das Terras e espaço de organização da Festa”. Dentre os povoados pertencentes a santa e, conforme moradora da comunidade, os mais próximos são: Mocajituba, Goiabal, Tubarão e Raimundo Sul.

Considerada paisagem central do quilombo, a igreja da comunidade é um dos mais importantes pontos a ser analisado pela perspectiva cultural. Construída em homenagem a Santa Tereza d’Ávila, significando proteção a comunidade e devoção a santa, expressa a fé e constitui-se como um local sagrado.

A igreja é tida como um local de extrema importância, que é cuidada com zelo pelos moradores, que limpam e fazem reparos conforme a necessidade. Durante o festejo a igreja é lavada, decorada e permanece aberta para receber os fiéis, sempre há alguém destinado a vigiá-la e cuidar para que esteja sob controle.

A edificação é permeada de histórias contadas pelos moradores, a santa tem o histórico de aparecer em sonhos ou como “uma mulher muito bonita” conforme conta dona Neide, a líder comunitária, demonstrando suas vontades, assim foi com a narrativa contada pelos antigos para a construção da atual igreja (Figura 17).

A igreja inicialmente foi construída atrás do cemitério da comunidade, em um determinado dia apareceu uma mulher bonita e disse a um morador que não queria o cemitério na frente da sua casa, no outro dia a igreja “foi abaixo”. Então, reconstruíram a mesma na frente do cemitério no local que está até hoje, realizando a vontade da santa.

Figura 17: Igreja de Santa Tereza d'Ávila.



Fonte: Acervo da Autora, 2018.

As paisagens de Itamatatiua estão inseridas em um espaço de relações entre seus moradores e lugares que expressam significados para eles. Conforme Pereira (2018, p. 69) este espaço é constituído por três áreas: “1) na primeira, antes da sede, onde ficam casas de famílias e o Ramal; 2) a sede ou sítio é o núcleo da Comunidade [...]; 3) há um espaço que se aproxima do povoado Boca de Salina, que pertence à Comunidade Quilombola de Itamatatiua”.

A sede ou sítio da comunidade é a área onde está localizada a maior parte dos lugares de significados, locais que agregam as relações dos moradores, como o cemitério, a Igreja e a casa da Santa Tereza, as escolas, o campo de futebol, o local onde ocorrem as festas, a pousada, os bares, os comércios e algumas residências (Figura 18).

Nesta área, no período de festejo da santa, concentram-se a maior parte dos visitantes e fiéis da comunidade e de outras localidades, revezando entre a casa da santa, a

igreja e a casa onde ocorrem as festas de reggae. Além de visitarem seus conhecidos, parentes e a loja de cerâmica para comprar as peças feitas na comunidade.

Figura 18: A sede ou sítio da Comunidade.



Fonte: Acervo da Autora, 2018.

A comunidade Itamatatiua é uma paisagem composta por relatos que se expressam na oralidade e na imaginação dos moradores, assim como, elementos da natureza que compõem a rotina e a subsistência dos quilombolas. As narrativas que permeiam este espaço de relações e de lugares constroem uma paisagem cultural, conforme Pereira (2018, p. 69), permeada “por vozes advindas do passado que se fazem presentes e vivas nas falas e histórias dessas pessoas, nas quais aparecem curupiras, mãe d’águas, figuras do imaginário popular” dentre as quais se destaca a da Santa Tereza d’Ávila de Jesus.

A relação estabelecida com a Santa Tereza d’Ávila é tão significativa que transcende os relatos, expondo uma ligação real, viva, que vai além do imaginário para um sentimento de realidade que permeia a vida, os costumes, a crença, entre outros. Considera-se a santa como proprietária das terras e protetora das comunidades, atribuindo-se situações, comportamentos, sonhos, milagres e conquistas em diversas circunstâncias a mãe dos quilombolas (PEREIRA, 2018).

Dentre os elementos das paisagens de Itamatatiua, destaca-se a fonte do chora (Figura 19). A fonte consiste em um elemento natural que foi apropriado e estruturado pelos moradores e, através da relação que se estabelece entre ambos passa a representar, também, um elemento cultural, dotado de significados, mitos e histórias que foram construídas no decorrer da ocupação da área.

Segundo relatos dos moradores a fonte é o lugar onde retiram a água para o seu consumo e, por essa razão, é uma das paisagens de maior significado para os moradores da

comunidade. Além disso, o manancial é permanente, utilizado pelos moradores para os mais diversos fins, particularmente durante o período de estiagem.

Figura 19: Fonte do Chora



Fonte: acervo da pesquisa, 2020.

Conforme Pereira (2018, p. 72):

Essa fonte é onde os itamatatiuenses buscam água para beber e realizar suas atividades diárias. Atualmente, alguns dispõem de água encanada, abastecida por um poço artesiano, ligado em horários determinados, em suas casas, mas mantém a tradição do uso da água oriunda dessa Fonte.

Segundo os relatos dos moradores, a fonte do Chora é um lugar sagrado e, por isso, seu uso é regulado por determinadas normas da comunidade, além de o lugar ser protegido por encantados como acreditam os moradores. Segundo afirma (PEREIRA 2018, p. 72):

[...] Existem restrições no que se refere às regras para a retirada de água dessa Fonte. O horário de visita não pode ser ao meio-dia ou ultrapassar às 17 horas, pois, como relataram os moradores locais, podem ser surpreendidos por encantados, descritos como figuras detentoras de forças que transmitem doenças, quebrantos - espécie de moleza ao corpo -, febre ou dores de cabeça. O desrespeito às regras que regem a preservação de um recurso natural tão necessário para a sobrevivência resulta em punição [...].

A Fonte do Chora reflete o respeito dos moradores pelos elementos naturais da paisagem na qual estão inseridos, o cuidado com o local e o uso ordenado demonstram as medidas sustentáveis e conscientes que são adotadas pela comunidade. Estas medidas representam, além do respeito, a importância desta paisagem que surge, antes mesmo, da

comunidade, mas se constitui como um local dotado de significados, onde os moradores expressam suas crenças, fé e história (Figura 20).

Figura 20: Fonte do Chora.



Fonte: acervo da pesquisa, 2020.

Dentre os relatos dos moradores, e por meio de pesquisas, aponta-se que o culto a Santa Tereza seria a reinterpretação das crenças africanas, acredita-se que os negros que ocuparam inicialmente aquela área cultuavam a Deusa africana Oxum, entretanto, a igreja católica reprimia qualquer prática religiosa que fugisse ao cristianismo, inserindo santos do catolicismo para substituir as crenças africanas.

Os moradores utilizavam os santos católicos como imagens para realizar o culto aos deuses africanos, como afirmam Pereira e Farias (2016, p. 63):

Assim, os negros adotaram aos poucos os santos católicos para reverenciarem seus orixás, ou seja, esses santos eram “intermediários” para os quilombolas chegarem, por meio da fé, até seus orixás. Outra hipótese suscitada é a de que os religiosos da Ordem do Carmo, ao observarem as manifestações religiosas próximas a Fonte do Chora, inserem imagens de santos. As histórias em torno da religiosidade foram se reconfigurando ao longo dos séculos intrínsecas ao existir dos negros de Itamatatua, com o propósito de substituírem suas crenças africanas pela católica, mesmo havendo resistência por parte destes.

Marc Augé denomina essa prática no livro *Guerra dos Sonhos: Exercícios de etnoficção* (1998), como “A guerra das imagens” ocorrendo uma colonização do imaginário, descrita por Marc Augé (1998, p. 73) da seguinte forma:

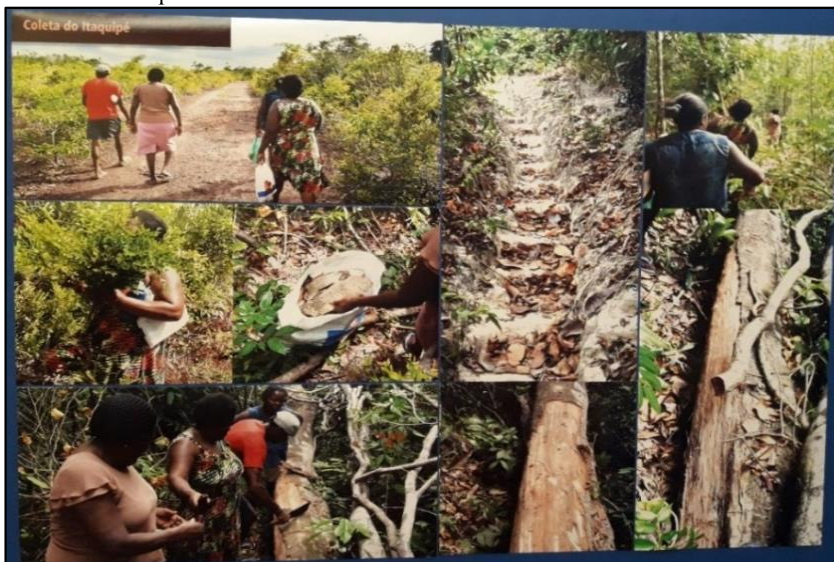
Acontecerá, com efeito, que a Igreja de inquiete com o sucesso que lhe valerá, principalmente graças à ação dos jesuítas, a solicitação permanente e espetacular da

imaginação ameríndia e que ela se esforce para dominá-la ou para reorientar seus efeitos. Por outro lado, a conversão dos índios às imagens cristãs não se dá sem questionamento: pode-se, aliás, observar sua capacidade de reinterpretar essas imagens, privilegiando assim a hipótese de uma resistência efetiva e de uma identidade mantida, ou fazer valer que, no fim das contas, o fervor indígena é o sinal de uma adesão global e total à religião dos vencedores.

Ocorre nesse período a substituição de pinturas, a inclusão de imagens de santos em locais tidos como sagrados pelos índios e negros, no caso do Brasil, e a nova forma de cultuá-los por meio de orações. Na Fonte do Chora, esta narrativa enquadra-se no que Marc Augé (1998) denomina sincretismo, adorando um Orixá tendo como mediadora uma santa católica, e o fetichismo, confundindo o representado e o representante, alienando-se a esta imagem da santa que passa a fazer parte das crenças da comunidade.

Assim como a Fonte do Chora, que representa um lugar sagrado para os moradores, outro exemplo é a Mata Chã do Meio (Figura 21), que, de acordo com as artesãs, foi reservada pelos antigos e fica distante da comunidade. Desta Mata é retirada o Taquipé ou Itaquipé, a casca de uma árvore de grande porte, utilizada na confecção das peças de cerâmica que vão ao fogo. Ou seja, peças para cozimento de alimentos, pois de acordo com as artesãs este elemento auxilia na resistência das peças. A comunidade relata que esta área foi deixada pelos seus ascendentes, sendo protegida pela comunidade até os dias atuais.

Figura 21: Mata Chã do Meio, exposição “Um saber ancestral, a produção ceramista no quilombo Itamatatiua”



Fonte: Alves, 2018.

Os campos inundáveis de Itamatatiua (Figura 22), assim como as outras paisagens com maior expressão dos elementos naturais citadas, são a representação do uso consciente dos recursos naturais da comunidade. Esta área possui aspectos físicos que caracterizam a região da Baixada Maranhense. Os campos inundáveis são áreas planas, com vegetação

dominante de gramíneas e pequenos arbustos, geralmente rasteira, que durante o período chuvoso ficam alagadas e durante o período seco apresentam extensos campos que servem para a retirada da argila, o elemento natural de extrema importância para as artesãs. As mulheres da comunidade se reúnem em local determinado pela pessoa mais velha do grupo, cavam aproximadamente 1 metro de profundidade e retiram a argila que é estocada no Centro de Produção.

As áreas de campos inundáveis (Figura 23) se estendem por vários trechos da comunidade, de maneira a favorecer plantações e o artesanato da área. Além disso, possui narrativas da Santa Tereza nesses lugares que favorecem o subsídio da comunidade, representando proteção às plantações e criações, conforme os relatos da comunidade expostos por Almeida (2006, p. 36) “Santa Teresa é vista percorrendo os campos e olhando os terrenos de plantio e seus rebanhos ao sul do município de Alcântara”.

Figura 22: Campo inundável.



Fonte: acervo da pesquisa, 2020.

Figura 23: Área de campo inundável no caminho para fonte do Chora.



Fonte: acervo da pesquisa, 2020.

O rio, cujas águas banham a área da comunidade, é outro importante elemento constituinte da paisagem. Entretanto, a falta de responsabilidade de uma pequena parcela de moradores do território do Itamatatua, que não seguem o pensamento consciente dos demais, afetou, significativamente, o curso do rio diminuindo o volume, qualidade da água, entre outros impactos que afetam a população.

Os rios são recursos indispensáveis aos seres vivos, além disso, possuem importância social e econômica aos moradores da comunidade que exercem suas atividades de subsistência desde os tempos imemoriais e atrelam valores culturais e históricos a presença deste na comunidade. Os valores culturais e históricos que representam para os moradores locais ocasionou, em 2019, a realização de um percurso feito pela comunidade ao longo do curso do rio para compreender a situação que poderia estar comprometendo-o e, em 2020, o envio de uma carta ao prefeito de Alcântara para que tomasse as devidas providências (Apêndice C).

Neste percurso foram encontrados roças, açudes e cercas nas proximidades da nascente. Visto que a conservação do rio começa pela preservação de sua nascente, esta encontra-se ameaçada pelas ações desordenadas, acarretando os processos de assoreamento, erosão, perda da mata ciliar, poluição por possíveis produtos utilizados nos roçados, afetando a qualidade ambiental e a qualidade de vida. Ou seja, várias ações de infrações a Lei 12.651/2012, que indicam essas áreas como APPs (Áreas de Proteção Permanente) previstas no novo Código Florestal (Figura 24 e 25).

Figura 24 e 25: Trechos do rio da comunidade



Fonte: acervo da comunidade e acervo da pesquisa, 2020.

O lugar que os moradores denominam ser o ramal (Figura 26) da comunidade expressa um marco material com sentimentos topofílicos de pertencimento quanto à paisagem que está inserido, expondo dois símbolos que representam a fé, a devoção, o sustento, os saberes, a memória, entre outros significados que constituem a identidade dos moradores de Itamatatiua. Para Cosgrove (2012, p. 290) “Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e da transformação do meio ambiente pelo homem”.

Na entrada para a comunidade, como forma de identificação para quem passa pela rodovia MA – 106, estão a imagem da santa Tereza e um pote de cerâmica como elementos indicadores do acesso. Estes dois símbolos que se encontram inseridos nas paisagens de Itamatatiua, representam a santa padroeira da comunidade que, devido sua importância, foi colocada mais alta que o pote; o segundo elemento representa a fonte de subsistência de várias famílias através de saberes que foram repassados pelos seus antepassados e mantém viva a tradição da produção ceramista na comunidade.

Figura 26: Ramal da comunidade.



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2020.

As paisagens que constituem a comunidade Itamatatiua são dotadas de crenças, símbolos e significados, que originam também os lugares que, conforme Tuan (1983), são determinados por meio dos vínculos afetivos. Essa conexão sentimental do homem com o meio é denominada por ele como topofilia.

O termo topofilia foi criado e definido por Tuan (1980, p. 107 grifo do autor) como:

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente natural. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão.

[...] Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida.

Tuan (1980, p. 114) afirma também que “A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar”, a memória que os moradores de Itamatatua carregam é responsável pelo sentimento que originam os lugares da comunidade.

O sentimento desencadeado pelo passado expressa o significado atribuído aos elementos do lugar, e concomitantemente, da paisagem. Cosgrove (2012, p. 287) afirma que para entender esses significados deve-se adentrar na consciência cultural do outro:

Na paisagem, o bosque sagrado ou a fonte sagrada, o local da batalha que fundou ou salvou uma nação, são lugares de intenso significado cultural pelos quais os não iniciados passam. Revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, representar essa paisagem em um nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos. Uma vantagem que temos ao tratar a paisagem dessa maneira é que muitos de seus significados são “naturalmente” encontrados no sentido de que seu ponto de partida é algo comum à nossa experiência, na medida em que somos parte da natureza, por exemplo, quando associamos o prado na primavera com o aparecimento de vida nova, ou o pomar do outono com melancolia.

As paisagens, no que tange seus significados, podem expressar também a aproximação entre a Geografia e a Religião, revelando a sacralização de lugares. Esta sacralização envolve uma dinâmica de veneração dos elementos da natureza, como, por exemplo, rochas, cavernas, morros, rios, florestas, entre outros que consolidam a ideia de uma paisagem ou espaço sagrado (PEREIRA, 2014).

5.2 Elementos da Geodiversidade do Quilombo

Sobre as características específicas da geodiversidade da área de estudo, o território de Itamatatua integra o município de Alcântara e, segundo Bandeira (2013) e Rodrigues et al., (1994), está localizado nos domínios da bacia sedimentar de São Luís. Segundo Veiga Junior (2000, p. 7), essa bacia sedimentar é constituída por rochas Cretáceas da formação Itapecuru, recobertas por formações superficiais. O município de Alcântara é ocupado pela formação Itapecuru, sobreposta a esta pela formação Barreiras ao norte do município (ZEE-MA, 2018).

Dentre as coberturas geológicas da área ocupada pela comunidade prevalecem a formação Itapecuru, os depósitos fluviomarinhas e uma pequena proporção de coluviões holocênicos (ZEE-MA, 2018). A formação Itapecuru ocupa a metade do território do estado do Maranhão, sendo “constituída por arenitos fino, avermelhados e róseos, cinza argilosos,

geralmente com estratificação horizontal” (MARANHÃO, 2002, p. 16). Segundo Correia Filho (2011, p. 23), os depósitos fluviomarinheiros estão localizados em:

relevo plano, recortados pela desembocadura dos cursos d’água, sujeitos a inundações frequentes de água salgada. Essas planícies são agrupadas conjuntamente por depósitos sedimentares de praias, dunas costeiras, manguezais e pântanos salinos que constituem a planície costeira, dominada por um regime de macromarés. De um modo geral, esses depósitos são essencialmente arenosos, quando associados aos depósitos de praias e dunas, e predominantemente pelíticos, com grande contribuição de matéria orgânica, quando constituem os depósitos de manguezais e pântanos salinos.

Os depósitos coluvionares são constituídos, predominantemente, “por material conglomerático; originados por processos viscosos do tipo fluxo de detritos e constituem fácies de leques aluviais de enxurradas” (VEIGA JUNIOR, 2000, p. 22-23). Sua ocorrência não é comum, podendo ser observados nas porções médias internas do Golfão Maranhense.

O território de Itamatatuiua situando-se a sudoeste do município, tem a abrangência da superfície sub-litorânea de bacabal e da planície fluviomarinha da baixada maranhense (ZEE-MA, 2018). A superfície sub-litorânea de bacabal, conforme Bandeira (2013, p. 44), possui “um relevo monótono caracterizado por vastas superfícies de aplainamento, com topografia plana a levemente ondulada e, subordinadamente, por colinas baixas e suaves, modeladas em vales amplos com baixa a moderada densidade de drenagem e padrão dendrítico”.

A Baixada Maranhense consiste em uma extensa planície fluviomarinha com relevo plano. A planície é composta por uma superfície sazonal, “inundada de pântanos de água doce (ou campos hidrófilos de várzea), lagos intermitentes, campos halófilos de várzea, pântanos salinos (ou apicuns), manguezais, planícies de maré lamosa (ou coroas de lama) e canais estuarinos” (TEIXEIRA e SOUZA FILHO, 2009; BANDEIRA, 2013, p. 37).

Os Argissolos são constituídos, segundo EMBRAPA (2018, p. 87), por material mineral, apresentando horizonte B textural imediatamente abaixo do horizonte A ou E com alta ou baixa atividade, são solos com profundidade variável, “imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas e mais raramente brunadas ou acinzentadas. A textura varia de arenosa a argilosa no horizonte A e de média a muito argilosa no horizonte Bt, sempre havendo aumento de argila daquele para este”.

Os Plintossolos são constituídos por material mineral (EMBRAPA, 2018, p. 102-103), compreendendo tipos de solos minerais resultantes de restrições à percolação por efeito do excesso de umidade, caracterizando-se “por apresentar expressiva plintitização com ou

sem petroplintita na condição de que não satisfaçam os requisitos estipulados para as classes dos Neossolos, Cambissolos, Luvissolos, Argissolos, Latossolos, Planossolos ou Gleissolos”.

A comunidade Itamatatua pertence ao sistema hidrográfico estadual do litoral ocidental, também inserida na bacia do rio Aurá (Figura 27) que possui aproximadamente 1.309,58 km². O clima da área é do tipo tropical de zona equatorial semiúmido, além disso, é composta pelos Argissolos Vermelho Amarelo Distrófico e Plintossolos Argilúvico Distrófico (ZEE-MA, 2018).

Os elementos da geodiversidade da área de Itamatatua encerram conhecimentos que se originam no senso comum (SANTOS, 2008); a comunidade é ciente de sua existência e os utiliza por via de saberes tradicionais antes dos estudos científicos da área. Um exemplo disso é a confecção das peças de argila mediante os saberes dos antigos; as artesãs conhecem os materiais que devem utilizar, dos locais onde devem extraí-los, da profundidade em que se encontram e da época do ano, ou seja, saberes que geram conhecimentos acerca da geomorfologia, da geologia, do solo, do clima e da hidrografia (Figuras 28 e 29).

A argila própria para a produção de cerâmica, constitui uma face sedimentar disposta sobre a formação Itapecuru, em área rebaixada coberta por depósitos fluviomarinhos, e com formação de Argissolos Vermelho Amarelo Distrófico. Esta condição, associada ao clima e à hidrografia, possibilitam as características ideais para a formação de matéria-prima própria para o artesanato. A areia também é um elemento da geodiversidade que constitui a produção, mas é utilizada em pequena quantidade substituindo, em algumas peças, o Taquipé.

Figura 27 e 28: Trecho do rio da comunidade e Área de coleta de argila.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2020.

Foto 29: Centro de Produção de Cerâmica, local de processamento dos materiais



Fonte: Acervo da Autora, 2018.

O uso dos elementos da geodiversidade, não excluindo a biodiversidade existente, expressam-se nas paisagens de Itamatatiua para além de aspectos naturais, adquirindo significados de acordo com a vivência dos moradores, que são expressos por via da revelação das crenças, a fé e as narrativas, entre outros que caracterizam um espaço sagrado.

Os elementos naturais sofrem intervenções humanas constantemente, em alguns casos sendo negativa, por exemplo, a nascente do rio. Entretanto, a fé em Santa Teresa oferece a sacralização de algumas dessas paisagens, tornando-as culturais mesmo quando expõem somente elementos próprios da natureza e utilizando de forma sustentável devido as crenças existentes na comunidade, por exemplo a fonte do Chora. Para Sauer (2012, p. 264) “A paisagem natural está sendo submetida a uma transformação nas mãos do homem, o último e, para nós, o mais importante fator morfológico. Por meio de suas culturas, ele faz uso das formas naturais, alterando-as em muitos casos e destruindo-as em alguns”.

A geodiversidade é de fundamental importância, pois fornece os elementos necessários para formação da paisagem cultural. Na comunidade de Itamatatiua, os elementos da geodiversidade são utilizados conforme os saberes, os fazeres e a crença dos antigos, e repassados entre as gerações

A natureza é modelada e remodelada por meio da cultura onde está inserida, sendo explorada e/ou modificada em prol das necessidades humanas, mesmo aqueles elementos que nunca foram alterados diretamente ganham significados culturais pela civilização que o cerca. Esses significados que surgem por via da relação cultural estabelecida entre a sociedade e o meio, dão origem à matriz da paisagem (BERQUE, 2012).

Segundo Sauer (2012, p. 255):

As ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. Pode haver uma sucessão dessas paisagens com uma sucessão de culturas. Elas derivam, em cada caso, da paisagem natural, com o homem expressando seu lugar na natureza como um agente distinto de modificação.

Todos os elementos da paisagem que pertencem à geodiversidade, como o rio da comunidade que fornece alimento e lazer, a fonte do Chora que abastece a água, os campos inundáveis de onde retira a argila e faz plantações, e também, outras paisagens que têm como alicerce a geodiversidade, por exemplo a mata Chã do Meio, vegetação que desenvolveu-se em solo propício e em clima específico da área, demonstram as relações culturais estabelecidas entre os moradores de Itamatatiua e a paisagem que estão inseridos, contribuem para a formação da identidade cultural construída por meio da memória coletiva da comunidade.

5.3 Festejo da Santa Tereza d'Ávila

A festa em homenagem a Santa Tereza é pública e se constitui o principal acontecimento social, cerimonial e ritual realizado dentro do território, marcado pelo encontro dos fiéis com a santa, de retribuição da visita, de agradecimento pelas bênçãos, de pagar ou fazer uma promessa. A ocasião é crucial para perceber os diversos tipos de relações existentes entre os devotos e a Santa. Foi também uma oportunidade para tentar compreender a dimensão das relações e da devoção dos moradores.

Mediante a relação e devoção dos moradores, é possível analisar que o valor das coisas humanas é fortemente atrelado ao valor das relações que estas representam, tornando o simbolismo essencial para a vida em sociedade (MAUSS, 2003). A concepção expressa por este autor origina-se da análise das trocas nas comunidades tradicionais. Estas modalidades de troca se baseiam, em duas concepções: primeiro, as sociedades humanas são compostas por todas as ordens de fenômenos: econômicos, culturais, políticos, religiosos, morais etc., não havendo qualquer justificativa para que um preceda os outros em importância. Em segundo lugar, a noção de totalidade dos bens, que têm valor simbólico, preponderante sobre o seu valor material, como observado no festejo.

O quilombo Itamatatiua atrai diversas pessoas dos municípios próximos, como Bequimão, Peri Mirim, São Bento, Pinheiro, moradores da sede de Alcântara e de São Luís, movidos pela fé, geralmente com o intuito de pagar promessas, acompanhar a procissão ou para pesquisas científicas (Figura 30).

Figura 30: Ônibus, vans e carros que trazem as pessoas para o festejo.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2019.

Para a comunidade, a festa é especial, um período de acolhimento, alegria, fé e gratidão, significando que as pessoas que vão chegando e precisam de um local para dormir certamente encontram. A maioria dos devotos constroem relações com moradores da comunidade ao longo do tempo; portanto, no período da festa têm lugar para se acomodar. Pessoas que não tem conhecidos na comunidade e vão pela primeira vez podem ficar na pousada comunitária ou no Centro de Produção de Cerâmica.

A festa de Santa Tereza movimenta toda a comunidade, os moradores se unem de forma coletiva para organizar as várias etapas do evento, transparecendo para o visitante que presencia o festejo, a ideia de que está no seio de uma grande família trabalhando com dedicação para que todos os detalhes ocorram como planejado, desde a decoração da igreja (Figura 31), incluindo as toalhas de mesa, cores de balões, as flores do altar, até a coreografia das caixeiros, das bandeiras, a comida e a festa dançante.

Figura 31: Mulher decorando a igreja no dia 14/10/2019 sob o comando da dona Irene, Juíza da festa (a direita da foto).

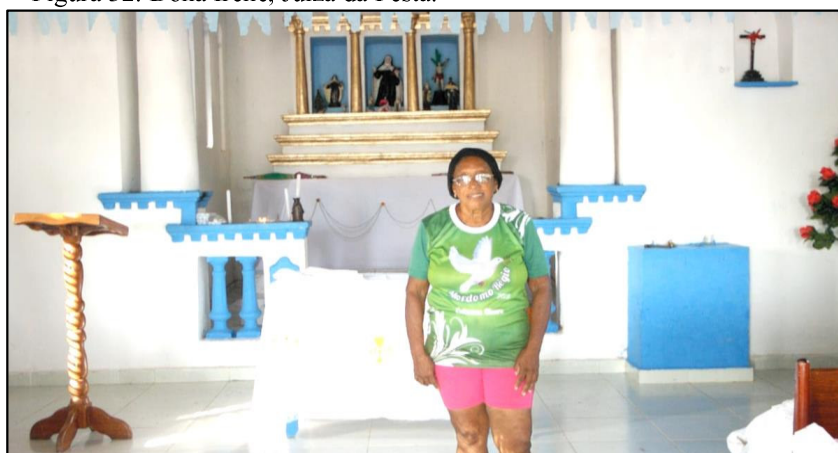


Fonte: Acervo da Pesquisa, 2019.

Os grandes responsáveis pela organização da festa são nomeados festeiros, também chamados também de Juiz e Juíza da festa. Por ocasião do festejo ocorrido no ano 2019 os responsáveis foram a dona Irene (Figura 32) e seu filho Ribinha, cabendo-lhes fomentar, da melhor maneira possível, suas relações em seu próprio benefício, assim como cativar à rede de relações da Santa. Este período é marcado fortemente por essa rede de relações que são estabelecidas entre os festeiros e os devotos. Em 2020 o festejo foi impossibilitado devido à pandemia, entretanto, a comunidade liderada pela dona Neide e seus filhos realizaram um evento mais simples, afinal, esta data é de extrema importância para todos e não poderia passar sem qualquer tipo de agradecimento para Tereza D'ávila.

Os festeiros são escolhidos, na maioria das vezes pela pessoa que fez a última festa em acordo com a encarregada da Santa, ou pelo pedido a Santa com a finalidade de pagar uma promessa. Em alguns casos, a própria Santa indica o próximo festeiro através do sonho para a encarregada.

Figura 32: Dona Irene, Juíza da Festa.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2019.

Na mesma ocasião também são escolhidos o juiz e a juíza do mastro, sete mordomos comuns e um mordomo régio ou também denominados novenários que serão responsáveis pela organização das novenas no intervalo entre o levantamento do mastro e a festa. Os novenários são sempre quatro pessoas do sexo masculino e quatro do sexo feminino.

O período da festa transcorre com a realização de trabalhos coletivos liderados pelos festeiros e se constitui em um ciclo com várias etapas durante todo o ano até chegar os dois dias principais da festa que ocorrem no dia 14 e 15 de outubro.

A busca do mastro na mata é uma etapa que expressa a presença da natureza e a fé, os juízes do mastro em comum acordo “contratam” uma pessoa para ser o encarregado do mastro, este fica responsável por escolher o pau que servirá de mastro, reunindo homens para

tirar. Além disso, este comanda o cortejo que vai desde a busca do pau na mata até o levantamento. Os juizes do mastro ficam responsáveis pela orquestra para animar o cortejo, pela bebida e pela comida dos carregadores.

O mastro tem que ser retirado dentro do território da Santa, ou seja, dentro dos limites das terras doadas a Tereza D'Ávila. Chegando ao local escolhido, o encarregado acompanhado de outros homens, limpam a área e cortam o pau com machados afiados, cantando e bebendo, e vão em direção a casa da festa, onde os demais esperam o cortejo do mastro ao som das caixeiras (Figura 33), bandeiras e orquestra, o encontro é marcado por foguetes.

A retirada do mastro demonstra a importância das terras da santa e a delimitação delas, este compõe as paisagens do território de Tereza d'Ávila e expressa uma relação afetiva, simbólica e religiosa. O mastro é um elemento da paisagem natural dotado de valor cultural mesmo antes de ser retirado da natureza para um processo de agradecimento a padroeira. O levante do mastro representa, não somente o início da festa, mas ao ser enfeitado com frutas, folhas, entre outros, representa também a fartura das terras, local onde os moradores afirmam que “tudo que se planta dá”.

Figura 33: Caixeiras do festejo.



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2019.

Conforme Pereira Júnior (2012, p. 76), ocorre da seguinte forma o cortejo do local de retirada do mastro até a casa da festa e igreja:

Com alegria eles saem cantando toadas, bebendo, atirando foguetes em um esforço e alegrias coletivos. Durante trajeto o cortejo vai parando em casa de conhecidos para descansar em algumas ocasiões o dono da casa fornecem bebidas ao grupo. Nesse ínterim pessoas se juntam ao cortejo e a turma só aumenta. Juntam-se aos homens, significativo contingente de meninos que costumam como manda a tradição,

montarem no mastro enquanto os homens carregam e assim seguem ao encontro da santa e sua procissão.

Durante todas as etapas do festejo existem os dois principais locais onde as pessoas se concentram: a casa da santa (Figura 34) e a igreja. A casa é o local onde são feitas as comidas, servido o banquete pelos novenários, distribuídas as refeições aos fiéis, entre outros. É também um local de concentração das caixeiras e a orquestra, assim como, de descanso para quem está acompanhando a festa.

Figura 34: Casa de Santa Tereza



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2019.

Como parte da preparação para a festa, a igreja (Figura 35) é pintada, lavada e decorada e permanece aberta dia e noite durante todo o período do festejo, com os moradores se revezando para vigiá-la; os fiéis, assim que chegam na comunidade, visitam a igreja e a santa, acendem suas velas e pagam promessas.

Figura 35: Igreja da comunidade



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2019.

O cortejo do mastro percorre grande parte da comunidade, trazendo brincadeira e alegria, ao se aproximar da área central da comunidade é anunciado com foguetes para iniciar a procissão (PEREIRA JÚNIOR, 2012, p. 77):

No povoado ficam reunidos a orquestra, o batuque juntamente com o casal de juízes da festa e os mordomos esperando o sinal da turma do mastro para saírem em procissão ao encontro do cortejo que carrega o mastro. O sinal é dado através dos foguetes, então as pessoas saem em procissão da casa da Santa em direção da igreja, mas antes batuque dá três voltas no sentido horário ao redor da santa cruz localizada em frente à igreja. Na igreja a juíza da festa pega a menor das três imagens da Santa do altar mor, coloca com uma das mãos junto ao peito e com outra mão segura um guarda sol e a procissão segue cantando ao encontro do cortejo que carrega o mastro.

Após a procissão, o mastro é ornamentado com frutas, plantas e bebidas, depois é levantado no final da tarde junto a outra procissão, um ritual que reúne todos os envolvidos na organização da festa, moradores de Itamatatuiá e visitantes em geral. O levantamento do mastro dá início as novenas que ocorrem até o dia da missa e da procissão que percorre a comunidade (Figura 36).

Figura 36: Mastro do festejo.



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2019.

Cabe ressaltar que há várias procissões ou cortejos no decorrer do festejo, cada uma em um momento distinto e com seu simbolismo particular. Há a procissão da joia junto com a Santa, caixeiros, bandeiras, orquestra, entre outros integrantes do festejo, vão de casa em casa para receber a joia (são presentes recebidos na ocasião da visita) que auxilia nos

custos do festejo. O que também pode-se denominar como dádiva, ou presente de agradecimento a santa.

Tal momento exemplifica, convenientemente, a concepção de dádiva de Mauss (2003): para ele, em todas as sociedades humanas, há uma instituição que consiste num sistema de trocas e reciprocidades entre as pessoas, que se baseia na obrigação tripla de dar, receber e devolver bens simbólicos e materiais.

Existe um calendário destinado aos dias de recolhimento, iniciando dia 2 de julho com o objetivo de criar um fundo cerimonial. Segundo Pereira Júnior (2012, p. 77) há os outros tipos de procissão que consistem em:

1. Tem a procissão ou cortejo de joia. 2. Procissão que vai buscar o mastro. 3. Procissão que sai da casa da Santa trazendo a Santa e os festeiros para assistirem o levantamento do mastro e depois retorna a casa da Santa. 4. Nos dias das novenas a Santa Sai em procissão noturna junto com o batuque e os festeiros da casa da festa até a igreja para acompanharem a ladainha depois a procissão retorna para a casa da festa. 5. Na véspera da festa a noite a Santa também sai junto com a corte da festa em procissão até a igreja, depois da ladainha ela segue em procissão noturna recolhendo joia na comunidade de Itamatatiua e só volta para a casa da festa de pois de passa em todas as casas do povoado. 6. Tem a procissão que acontece no dia da festa do batuque procurando a santa que foi rouba no dia anterior essa procissão sai da casa da Santa roda o povoado até encontra a Santa voltar para a igreja e depois retorna a casa da Santa. 7. No dia da festa tem uma grande procissão solene onde a imagem média de Santa Teresa é carregada pelos fiéis percorrendo as ruas do povoado.

Destacando as novenas, na festa de Santa de Tereza são realizadas 7 novenas comuns iniciando com o levantamento do mastro e uma novena régia, além disso, há a novena realizada pelos festeiros. Os novenários também são escolhidos pelos festeiros da última festa ou pedem como promessa.

Os novenários se organizam durante o ano todo para a sua noite, estes contam com a ajuda de familiares e amigos para arrecadar fundo cerimonial. As principais despesas são com os bolos, as bebidas e os foguetes, os novenários ou mordomos são responsáveis por convidar as pessoas para a sua noite, saem em procissão da casa da santa em direção à igreja. Terminando as orações eles retornam para a casa e servem um banquete luxuoso e farto em uma mesa decorada para os juízes e demais mordomos.

A novena régia possui um destaque diferenciado das demais, o responsável por essa novena, também denominado mordomo régio, é escolhido pelos últimos festeiros. É uma novena especial que não difere das demais nas etapas, mas no significado para os moradores da comunidade. Ser o mordomo régio é ocupar uma posição social de destaque, sendo muito desejada por todos os moradores.

Conforme Pereira Júnior (2012, p. 80) “a escolha desse mordomo é um ato de carinho, confiança é especial como se fosse a dádiva da festa, é a novena mais pedida em promessa para Santa Teresa”. Sendo assim, também se torna a novena mais esperada, criando expectativas nos moradores, pois a festa deve ser muito luxuosa e farta, quando isso não ocorre a comunidade faz muitos comentários.

O dia 14 de outubro, véspera do dia consagrado à Santa, é marcado por muito trabalho em todas as frentes de organização da festa; os bolos continuam a ser preparados, assim como os demais alimentos como porco, boi, tortas, galinha, arroz, macarrão (Figura 37), entre outros, todas as atividades são feitas durante o dia. Nesse dia também ocorre o banho da santa, onde as mulheres se reúnem para banhar a imagem de Santa Tereza com ervas cheirosas e essências.

No dia 15 de outubro, o dia da Santa, o movimento na comunidade começa cedo. Chegam muito devotos de povoados e municípios vizinhos para assistir à missa que ocorre às 9h na igreja. O padre vem de outra localidade e a igreja fica lotada de fiéis, uns para assistir à missa e outros pagando suas promessas, muitos ficam em pé ou nas portas por não ter espaço para todos. É um momento de muita devoção, agradecimento e fé e todos os detalhes são pensados para esse dia: a toalha da mesa, as cores dos balões, das flores, das bandeiras, a igreja também é lavada para este momento da santa (Figura 38).

Figura 37: Mulheres e homens cozinhando na Casa de Santa Tereza.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2019.

Figura 38: Missa do dia 15/10/2019.



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2019.

Após a missa, as pessoas vão em direção a casa da santa para o almoço e passam o resto do dia na casa à espera da procissão que ocorre no final da tarde. Relatos anteriores afirmam que depois da missa, ocorria o tambor de crioula. Nos anos de 2019 e 2020, os quais foram presenciados, não ocorreu o tambor.

Durante a tarde, os devotos visitam o Centro de Cerâmica de Itamatatua para comprar lembranças, outros ficam pelos bares, e alguns permanecem na casa da santa comendo bolo de tapioca e assistindo as caixeiras e a orquestra que se revezam durante toda a tarde para que a música não pare.

Ao final da tarde, próximo do horário de saída da procissão é possível perceber muitas pessoas se concentrando na frente da igreja (Figura 39) à espera e preparando-se para pagar suas promessas, são adultos, crianças, jovens, idosos, pessoas de todas as idades. De todas as procissões já citadas, esta é uma das mais importantes e que reúne uma grande quantidade de pessoas de vários municípios próximos.

Por meio das promessas que se expressam de várias formas para retribuir a benção da santa, nota-se a presença de um sistema de dádiva, como proposto por Mauss (2003): nessa perspectiva, comunidade e indivíduo, ambos são erupções de um mesmo fato total, são fenômenos que se retroalimentam por meio de uma continuidade de relações provocadas pelo “espírito da coisa dada”, se alastrando por todos os aspectos do meio social.

Figura 39: Devotos aguardando a procissão.



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2019.

A forma de pagar a promessa varia de acordo com quem a fez, alguns levam crianças vestidas de anjo, outros carregam velas com aproximadamente 1 metro, outros carregam a imagem da santa durante o percurso, entre outras formas que estes encontram para agradecer a santa (Figura 40 a 42).

Figura 40: Crianças vestidas de anjo como forma de pagar a promessa.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2019.

Figura 41: Casal acendendo velas de 1 metro.



Fonte: acervo da pesquisa, 2019.

Figura 42: Idosa carregando a vela.



A procissão é o grande momento cerimonial, no qual o povoado fica repleto de devotos e moradores. A procissão sai da igreja ao som de foguetes, vai à casa da santa, parando antes na pousada, depois percorre as ruas da comunidade e para em algumas casas para receber a joia, é um momento emocionante. As ruas da comunidade ficam lotadas, as pessoas caminham com suas velas acompanhados pelas caixeiros, orquestra, juizes, bandeiras e todos os outros papeis de destaque nessa celebração (Figura 43 e 44).

Figura 43: Pessoas acompanhando a procissão.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2019.

Após a procissão, a santa retorna para a igreja e em seguida as pessoas vão em direção a casa da santa, onde o mestre sala organiza o banquete para receber os festeiros. Os festeiros são servidos ao som das caixeiros e da orquestra, a mesa é farta de bolos, doces, bebidas e lembranças. Ao final do festejo, alguns vão em direção ao clube, local onde ocorre a festa dançante, como cita a dona Neide. A festa fica ao lado da casa da santa, os juizes

contratam uma radiola de reggae que embala os últimos dias. Ao final de tudo, todos se reúnem para festejar e dançar no clube de Santa Teresa.

Figura 44: Imagem da Santa sendo carregado pelos devotos.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2019.

No ano de 2020, a festa ocorreu de forma simples. Em decorrência da pandemia, e consequentemente, das medidas tomadas para evitar aglomerações, a comunidade organizou um evento pequeno para a data ser celebrada, visto a importância para todos. Não houve a retirada do mastro, a escolha dos festeiros, nem as novenas. A igreja não foi decorada, nem a casa da santa, assim como vários outros detalhes que fazem parte da tradição da festa não foram realizados.

No dia 14, mataram um boi pela manhã, realizaram a divisão da carne (Figura 45) e compra dos mantimentos necessários. Iniciaram o preparo das comidas na casa da santa e dos bolos na associação, estes foram distribuídos somente no dia seguinte e houve também a limpeza da casa da santa e da igreja. Este primeiro foi utilizado pelos moradores para organização, limpeza e ajustes dos detalhes.

Figura 45: Divisão da carne para fazer as comidas da festa da santa.



Fonte: acervo da pesquisa, 2020.

Durante a madrugada do dia 15 aconteceu a alvorada, pela manhã houve a missa que foi mais curta que o normal (Figura 46). Após a missa, serviram a comida aos visitantes que também foram poucos e no final da tarde houve uma procissão somente no sítio da comunidade (a região central).

Figura 46: Missa do dia 15, igreja com poucos fiéis devido a pandemia.



Fonte: acervo da pesquisa, 2020.

O Festejo de Santa Tereza D'ávila, presenciado no ano de 2019 e 2020, demonstra a fé, o respeito, a gratidão, o amor e a alegria dos filhos da santa, que trabalham durante todo o ano para este momento, a festa simboliza devoção e gratidão pelas terras em que habitam, que construíram suas casas e formaram suas famílias. Todas as etapas do festejo possuem detalhes a serem seguidos, símbolos e seus significados que demonstram uma paisagem sagrada dotada de crenças.

Durante todo o ciclo do festejo percebe-se muitos momentos em que a dádiva aparece como ato de gratidão dos fiéis. Conforme Mauss (2003) diferente da lógica mercantil que preza pela equivalência entre pagar e receber, na dádiva o bem em circulação aumenta de valor sempre que é passado de mãos, uma vez que seu valor é simbólico e não material, qualitativo e não quantitativo.

A hospitalidade, as promessas, a joia e a comida dadas no festejo não são pagas em moeda, conforme prescreve Mauss (2003): se assim fosse, a relação construída entre os indivíduos nessa interação cessaria, não cumprindo seu papel social de unir. Em vez disso, esses “presentes” deverão ser retribuídos em outras ocasiões (no festejo, o papel de festeiros, juizes e mordomos é revezado a cada ano, de forma que o ato de dar/receber/retribuir pode ser

completado ao longo de muito tempo). Assim, continua acontecendo o fenômeno de circulação de práticas sociais, relações e trocas de experiências entre os envolvidos.

Conforme Giddens (2007), tradições como a do festejo podem ser encaradas como mecanismos de controle, ajudando a formar a identidade de comunidades e grupos. Desta forma, o que define a tradição não é tanto sua idade, mas sim o ritual e a repetição que definem uma verdade, que, por sua vez, corresponde à estrutura básica da comunidade. No caso de Itamatatiua, o festejo tem como uma de suas funções lembrar a origem dos moradores, construindo a identidade de filhos da santa homenageada.

As paisagens de Itamatatiua foram desenhadas pelos seus habitantes no decorrer da história originando símbolos com significados que, conforme Corrêa (2012, p. 135), foram “Criados e recriados pelos diversos grupos sociais, os significados se expressam em símbolos ou formas simbólicas que constituem traços fundamentais dos seres humanos”.

O espaço de Itamatatiua foi construído e reconstruído desde os primeiros moradores da área que foram os índios Tupinambá, após isso, houve a ocupação pela ordem Carmelita e pelos negros que deram origem a comunidade quilombola Itamatatiua, entretanto, este espaço continua passando por transformações, alterando identidades e perdendo memórias, mesmo que não seja de maneira acelerada.

Os significados adquiridos durante esses contextos históricos são construções sociais que buscam dar explicações sobre elementos do espaço. Como afirma Corrêa (2012, p. 134) “devem ser considerados de uma perspectiva construtivista, como resultantes de uma construção ancorada na experiência dos variados grupos sociais”.

As formas simbólicas tornam-se espaciais quando estão diretamente ligadas ao espaço, podendo ser fixos como praças, rios, montanhas, ou seja, elementos que de qualquer modo estão fixados no espaço, como pode ser fluxo representado por cerimônias, rituais, procissões, desfiles, entre outros.

No festejo de Itamatatiua podem-se perceber símbolos fixos como a igreja, a casa da santa, o centro de produção de cerâmica e o sítio da comunidade considerados lugares simbólicos, também podem ser compreendidos os fluxos que são as procissões, as cerimônias, os rituais, entre outros, todos esses símbolos significam agradecimento, devoção e fé que representam um espaço sagrado. Corrêa (2012, p. 138) afirma que “Essas relações derivam da força de determinada prática sociais ou manifestações do sagrado, a hierofania, que cria simbolismo em um dado local ou trajeto revelando o sagrado, passando a se identificar com essas práticas e sacralidade”.

A força do festejo e da santa Tereza d'Ávila, a personagem a ser celebrada (Figura 47) e memorializada, assim como todo o recurso financeiro disponível, geram escalas dimensionais e de alcance espacial que marcam a paisagem e dão sentido ao quilombo segundo Corrêa (2012, p.138).

Figura 47: Uma das imagens da santa que fica dentro da Igreja.



Fonte: acervo da pesquisa, 2020.

O festejo da santa Tereza d'Ávila representa uma paisagem sagrada, que possui como principal elemento da geodiversidade, as terras nas quais estão localizadas os lugares simbólicos, a imaterialidade e os fluxos sagrados, representando a identidade de filhos da santa mesmo estando inseridos num contexto da globalização e de constantes modificação, ainda mantém viva a memória dos seus antepassados e superam os obstáculos perpetuando os saberes dos antigos.

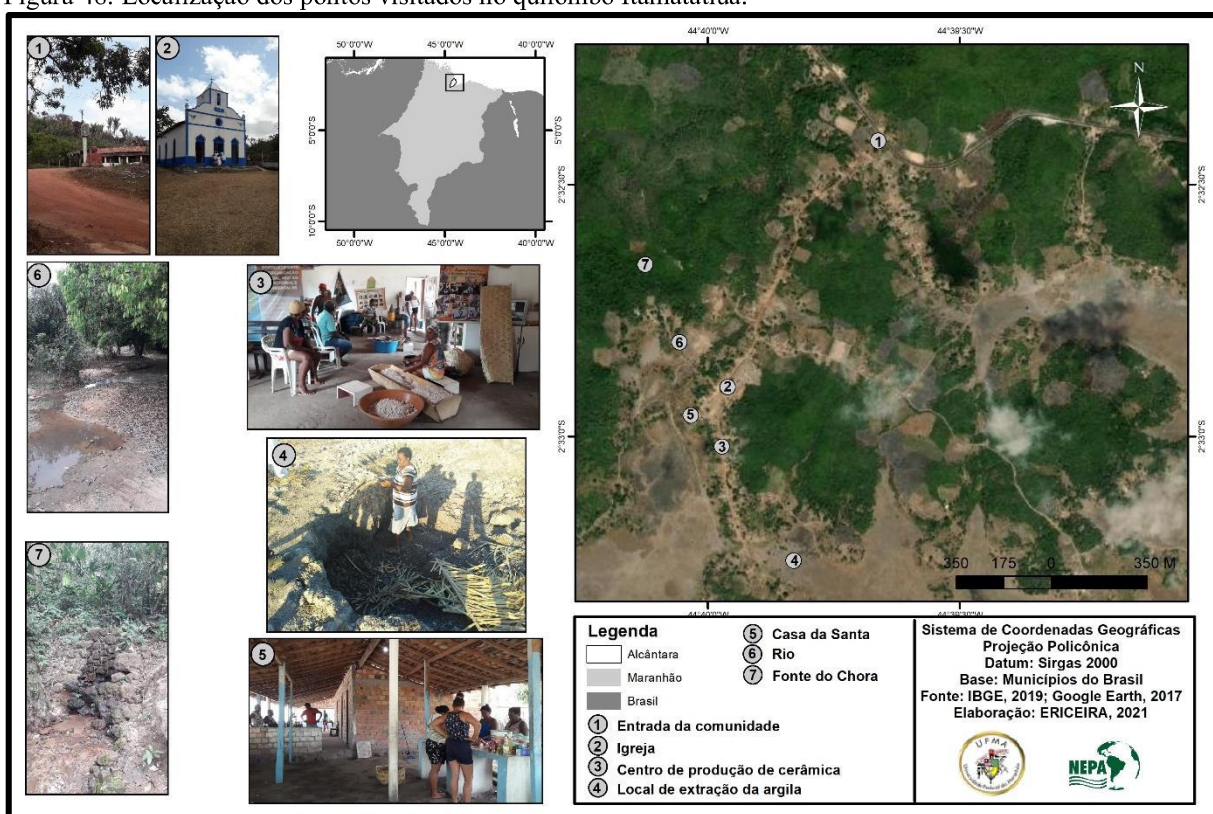
5.4 Saberes e Fazeres Tradicionais

A relação que as comunidades tradicionais possuem com a paisagem em que estão inseridas é o que caracteriza o seu amplo conhecimento a respeito do mundo. Essas populações habitam o mesmo espaço durante várias gerações, criando uma relação tão estreita que permite conhecimento, envolvimento, aprendizagem, e posteriormente, transmissão dos saberes adquiridos. O espaço é apropriado, vivenciado e representado de diferentes modos, com base nas atividades que as sociedades exercem e nas suas relações com a natureza (CORRÊA, 2012).

Por ocasião dos trabalhos de campo na comunidade Itamatatuiua, foram visitados vários pontos, a fim de conhecer e compreender as relações estabelecidas com estes lugares, assim como, escutar as narrativas que originam os significados, os sentimentos e as ações para a proteção dessas paisagens.

Essas paisagens foram percorridas ao longo de várias jornadas de campo que iniciaram em 2018, como já citado anteriormente. Os pontos localizados no mapa a seguir, foram os locais que, por via de entrevistas e conversas informais, são destacados pelos moradores e descritos no capítulo anterior. A Mata Chã do Meio foi o único local que não foi visitado devido à distância e a disponibilidade dos moradores para levar até esta área (Figura 48).

Figura 48: Localização dos pontos visitados no quilombo Itamatatuiua.



Fonte: IBGE, 2012; Google Earth 2017.

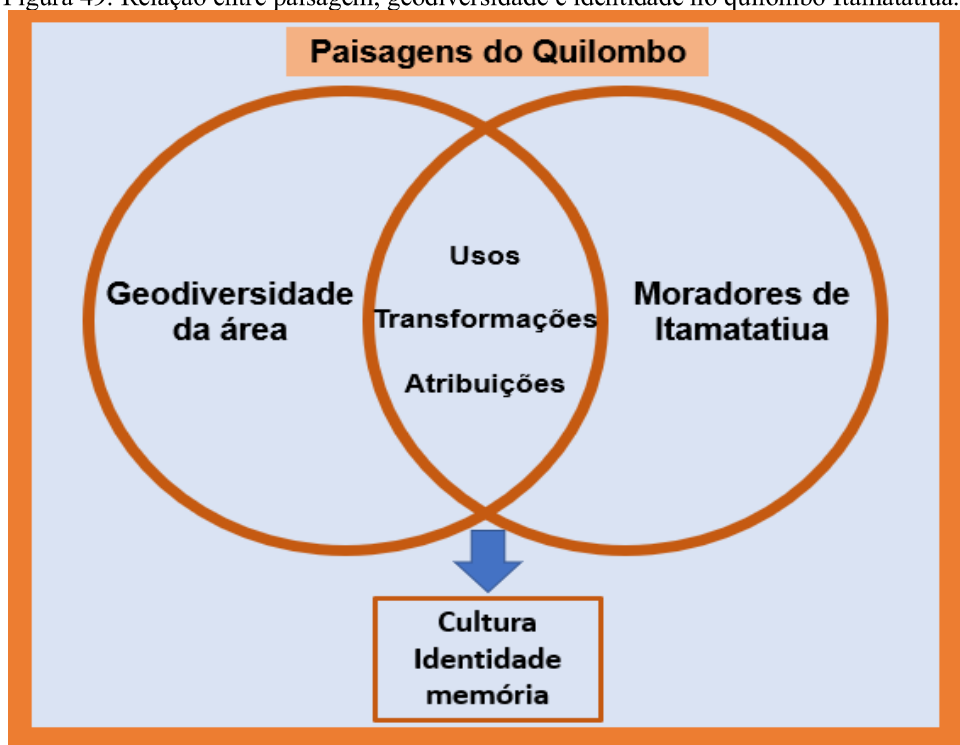
Todos esses pontos representam paisagens que expressam os saberes tradicionais existentes na comunidade que são entendidos, neste trabalho, como a produção das peças de cerâmica e as práticas cerimoniais e rituais que acontecem no festejo da santa Tereza, além dos saberes, os fazeres domésticos também contribuem com as relações com a paisagem o uso da água, criação de animais, plantações, entre outros, são manifestações tomadas como

potencialmente capazes de contribuir com o processo de construção da identidade, repassar as memórias e perpetuar as relações com a paisagem.

As paisagens do quilombo Itamatatuiá representam uma relação estreita entre os moradores e os elementos da geodiversidade por meio dos usos, das transformações e das atribuições que dão a esses elementos, auxiliando na construção da cultura, da identidade e da perpetuação da memória (Figura 49).

No quilombo foram identificados saberes tradicionais de tempos imemoriais, que, em alguns momentos, são submetidos à desvalorização do conhecimento científico, mas que são exemplos de práticas reais de sustentabilidade socioambiental, como por exemplo, o uso da água da fonte do chora, o uso da terra para as plantações e a iniciativa de recuperação do rio.

Figura 49: Relação entre paisagem, geodiversidade e identidade no quilombo Itamatatuiá.



Elaboração da autora.

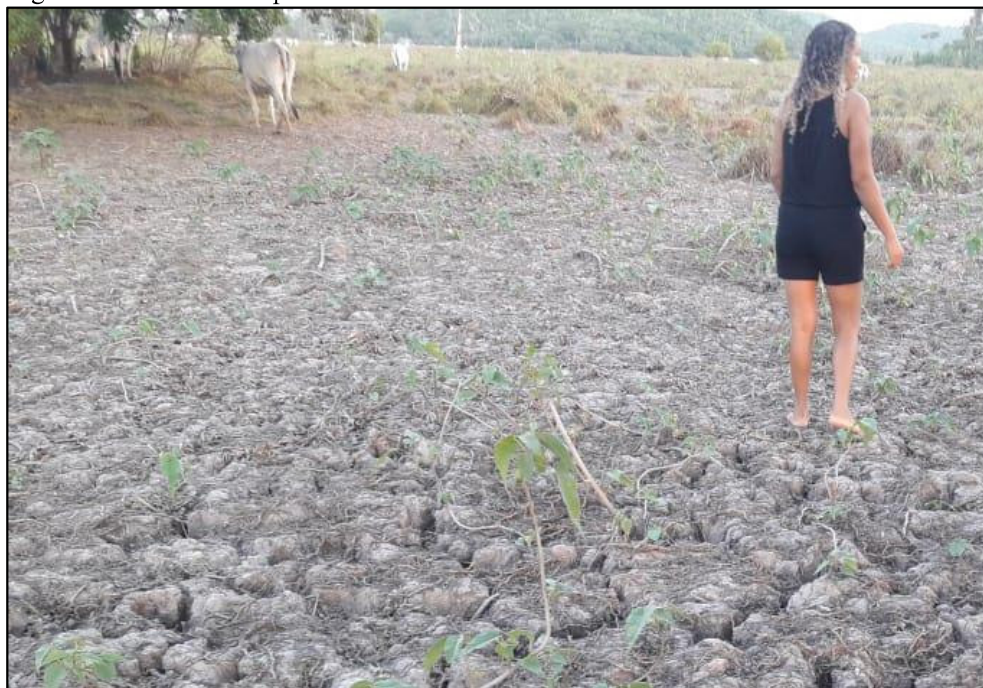
Os moradores de Itamatatuiá reforçam os saberes e fazeres da comunidade e as práticas sustentáveis mediante conversas realizadas, afirmando que utilizam, no seu dia a dia, elementos da geodiversidade que contribuem de forma significativa para sua subsistência, lazer, trabalho e a história do quilombo.

Quando interrogados sobre os elementos abióticos (esta pergunta foi feita de forma mais simples e esclarecedora para que eles pudessem compreender) utilizados na sua rotina citaram: a água para consumo, o solo para as plantações, o clima propício para as

plantações, a coleta da argila e o relevo para as roças nas áreas rebaixadas. Além dos elementos abióticos que são o foco da pesquisa, citaram elementos bióticos como a criação de animais, coleta de frutas e plantas, pesca, entre outros, que servem para auxiliar na subsistência dos moradores. Todos os elementos citados são utilizados na rotina deles para consumo próprio e dos familiares, dificilmente vendem.

No que tange à geodiversidade citada, os depósitos aluviais e as planícies fluviomarinhas se expressam nas várias áreas de campos inundáveis (Figura 50) dispostos nas paisagens de Itamatatuiua associados aos solos são responsáveis pela retirada da argila utilizada para a produção de peças de cerâmica, para plantações de determinadas culturas e criações de animais.

Figura 50: Área dos campos inundáveis.



Fonte: acervo da pesquisa, 2018.

O clima da área da comunidade associado ao solo, torna propícias as plantações realizadas pelos moradores, por exemplo, suas hortas onde cultivam legumes, hortaliças, frutas, espécies medicinais, entre outros, influenciando também na coleta da argila que ocorre entre os meses de setembro e novembro, às vezes até dezembro, antes de a área sofrer inundação novamente com o início das chuvas (Figura 51 e 52). Neste período a argila encontra-se levemente úmida e propícia para o artesanato; caso seja retirada antes, a argila está encharcada e o seu uso é impossibilitado.

Figura 51: Plantação de cana de açúcar



Fonte: acervo da pesquisa, 2018.

Figura 52: Peças elaboradas com argila da comunidade.



O processo de produção da cerâmica se baseia na coleta dos materiais: a argila, o Taquipé e a areia, utilizados na preparação dos utensílios no Centro de Produção dos quais passam por processos e são manipulados até chegar à consistência certa para a modelagem. Após estes processos, as artesãs constroem suas peças mediante técnicas como a roletada ou acordelada, que evidenciam os saberes indígenas passados para as gerações subsequentes.

O rio que passa pela comunidade está inserido na bacia do rio Aurá; possibilita a pesca artesanal, entre outros usos do quilombo. Os pescadores exercem tal atividade somente no período de chuvas, na qual a vazão do rio retorna ao volume e curso natural, possibilitando a utilização de canoa e rede (Figura 53).

Figura 53: Rio da comunidade no período de chuvas sendo utilizado para banho.



Fonte: acervo da comunidade, 2019.

Há décadas o rio da comunidade proporciona, além da pesca para a subsistência das famílias, o lazer aos seus moradores, entretanto, alguns impactos antrópicos citados anteriormente vêm prejudicando essas atividades. Para auxiliar nesses impactos a comunidade entrou em contato com o prefeito de Alcântara e outros órgãos responsáveis para tomar as devidas providências e ajudar na recuperação da nascente do rio.

A fonte do Chora também compõe a geodiversidade da área, configurando-se como um afloramento de água subterrânea, do lençol freático, que abastece a comunidade de forma perene e sustentável, definidos pelos moradores os horários e a quantidade de água coletada, além de ser permeada de narrativas e crenças que auxiliam na sua proteção e conservação (Figura 54).

Figura 54: Fonte do Chora



Fonte: acervo da pesquisa, 2020.

Os moradores contam histórias que foram repassadas pelos seus antepassados e que determinam o uso da fonte como um símbolo sagrado. Afirmam que existe uma sapa grande que protege e um menino negro que fica nas árvores, quando infringida as regras de uso a pessoa adoece, sente febre, dor no corpo e outros sintomas.

Os afloramentos naturais, também denominado de fonte, dão origem as nascentes e os olhos d'água, conforme o Código Florestal de 2012 todo afloramento natural de água

subterrânea (freática) constitui um olho d'água ou uma nascente, entretanto, existe diferença entre as duas denominações.

A principal diferença entre os dois termos é que as nascentes dão início a um curso de água sendo perene, já o olho d'água pode ser intermitente e deles não derivam rios (SOUZA et al., 2019; BRASIL, 2012). A fonte do Chora pode ser definida como um olho d'água, sendo observado um afloramento perene, mas que não origina um curso. Ao redor da fonte foi construída uma estrutura com rochas para facilitar a coleta dela pelos moradores.

Todos os moradores afirmaram que sem esses elementos seria inviável a realização de suas atividades e atribuíram significados a alguns deles. O primeiro foi a água, os moradores responderam que ela significa a vida, sem água seria impossível a sobrevivência na comunidade, sendo utilizada para consumo, atividades domésticas, higiene pessoal, dessedentação de animais, etc.

Para o abastecimento de água a comunidade construiu um poço, entretanto, a água é utilizada somente para os afazeres domésticos e outras atividades que não envolvem o consumo, por ser salobra, possuindo um alto teor de salinidade o que dificulta o consumo. Portanto, a água utilizada para beber e cozinhar alimentos é a da fonte do Chora.

O solo foi considerado vida pelos moradores e de extrema importância para suas plantações afirmando ser uma terra fértil, onde planta-se verduras, legumes, ervas medicinais, entre outros. O solo da área, auxiliado pela geologia, geomorfologia e o clima são responsáveis pela retirada da argila para confecção das peças de cerâmica.

A argila significa a sobrevivência. A maioria das mulheres da comunidade sustentam suas famílias pela via do retorno financeiro da venda de suas peças de cerâmica. O outro elemento que foi abordado nas entrevistas foi a rocha, eles atrelaram a construção de casas na comunidade atendendo as necessidades de moradia da população do quilombo.

Além desses elementos, também foram destacados os bióticos como animais, frutas, plantas, todos esses significam a vida dos moradores que os utilizam para exercer suas atividades diárias, sustentar suas famílias, alimentar seus filhos, e afirmam não poderem viver caso eles não existissem.

A geodiversidade da área de Itamatatua possui elementos que constituem suas atividades diárias, a subsistência, a crença, entre outros. Esses elementos possuem interpretações dos moradores que expressam a importância para a vida e a relação com o sagrado, em alguns casos, gerando impactos positivos e negativos. Essas informações são detalhadas no quadro a seguir.

Quadro1: Uso da Geodiversidade pelos moradores do Quilombo.

ELEMENTO	TIPO DE USO	INTERPRETAÇÃO DOS MORADORES	IMPACTOS	
			Positivos	Negativos
Solo	Cultivo artesanato (argila)	Deixado pela santa e utilizado de forma sustentável com o intuito de preservar para as futuras gerações. A fertilidade do solo também é atrelada ao sagrado, moradores afirmam que é “terra que tudo dá”	A forma como os moradores manejam a terra, estimulando o uso sustentável e ordenado, delimita do pela comunidade.	A quantidade de argila retirada pode gerar escassez do recurso. Este impacto é mitigado pelo ordenamento da extração.
Hidrografia	Subsistência, atividades domésticas e lazer no uso do rio e da fonte do Chora.	Deixado pelos antigos e protegido por divindades. Diversas narrativas que originam a preocupação dos moradores em utilizar de forma sustentável.	Fornece água (fonte) para o consumo dos moradores.	Uso por uma pequena parcela da população de forma inadequada geram do a diminuição do volume de água, afetando a subsistência e o lazer.
Geologia	Artesanato (argila).	Os depósitos argilosos são importantes para a confecção das cerâmicas. Esta prática origina os saberes deixados pelos antigos sendo repassada para as futuras gerações.	Em conjunto com os demais elementos contribui para as plantações, criações e artesanato.	Não há um impacto negativo relevante.
Geomorfologia	Plantações, criações e artesanato (argila).	As áreas rebaixadas e planas são importantes para a deposição da argila, sendo fundamental para economia e a subsistência do quilombo, através da produção das peças de cerâmica, cultivos e criações, auxiliando na construção da identidade cultural. Há narrativas da santa andando nas áreas da comunidade para proteger as plantações e criações.	Em conjunto com os demais elementos contribui para as plantações, criações e artesanato.	Não há um impacto negativo relevantes.
Clima	Plantações, criações, artesanato (argila) e atividades domésticas.	Possibilita a retirada da argila para o artesanato que é um saber tradicional de extrema importância na comunidade, além de auxiliar nas plantações, criações de animais e atividades domésticas.	Em conjunto com os demais elementos, contribui para as plantações, criações, atividades domésticas e artesanato.	Não há impacto negativo.

Fonte: Elaboração da autora.

A natureza, incluindo geodiversidade e biodiversidade, durante todo o processo histórico foi transformada em construções sociais que constituem a cultura de determinada comunidade. As paisagens de Itamatatua foram construídas pelos seus habitantes originando

a cultura do quilombo, do qual é de suma importância para a identidade da comunidade. Estas transformações confirmam a relação entre natureza, cultura e sociedade.

Como já referido, o processo de ocupação e o desenvolvimento de Itamatatua construiu e reconstruiu suas paisagens de acordo com as manifestações culturais; inicialmente pelos indígenas, logo após a ordem religiosa e por fim os negros que perpetuam, até hoje, sua cultura nesse espaço constituído por paisagens que, mesmo naturais, adquirem significados culturais e por lugares que demonstram a relação afetiva dos moradores com determinadas áreas que consideram sagradas e protegidas. Segundo Sauer (2012, p 266):

Sob a influência de determinada cultura, ela própria mudando ao longo do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e provavelmente atingindo no final o término de seu ciclo de desenvolvimento. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga.

A crença dos moradores de Itamatatua da sua localização em terras sagradas, as narrativas sobre os desejos e visitas de Santa Tereza no quilombo e os mitos incorporados para proteção dos elementos naturais, geram os cuidados sustentáveis com as paisagens da comunidade. Esses fatos revelam a inerente relação entre o homem e a terra, expressando vínculos afetivos construídos por meio da fé, das narrativas, dos mitos, da sacralização dos elementos que dão origem ao espaço sagrado de Itamatatua.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade Itamatatiua surgiu a partir da desagregação de uma fazenda de ordem religiosa dos Carmelitas, no período de decadência econômica de Alcântara. Após a saída dos religiosos, permanecem nessas terras os negros que já viviam prestando serviços, ao contrário dos demais quilombos que foram formados por escravos que fugiam dos seus proprietários.

Os moradores de Itamatatiua considerando-se filhos de Santa Tereza, proprietária das terras, se definem como um grupo de negros com características distintas, pois sua ascendência diferente dos demais é de uma santa branca. Portanto, herdeiros desse território e descendentes dos antigos negros que foram doados a fazenda Tamatatiua, caracterizam esta área como ‘Terras de Preto’.

Além disso, é considerada uma ‘Terra de Santo’ porque as terras pertenciam a Santa Tereza d'Ávila que se tornou padroeira da comunidade e todos se consideram filhos dela. Esta relação com o divino expressa uma condição diferencial aos moradores do quilombo, pois todos se declaram integrantes de uma grande família com sobrenome que os une denominado “de Jesus”.

A paisagem, termo considerado interdisciplinar, e por hora, complexo e abrangente, é revelado por meio dos estudos geográficos como natural e cultural, compreendendo elementos abióticos que expressam memórias e identidades conforme experienciados, modificados e sacralizados pela sociedade.

A área do quilombo surge da doação de terras compondo, inicialmente, uma paisagem natural que passa a ser modificada pelo o homem adquirindo valor religioso e simbólico. A paisagem natural serve de base para o desenvolvimento da paisagem cultural, expressando-se como o espaço das ações dos moradores que a construíram ao longo do tempo, dotado de crenças, mitos, histórias e sentimentos, uma autobiografia da comunidade contada tendo como espaço na qual está localizado.

A sede da comunidade é a área onde está localizada a maior parte dos lugares de memórias, locais que agregam as relações dos moradores, como o cemitério, a Igreja e a casa da Santa Tereza, as escolas, o campo de futebol, o local onde ocorrem as festas, a pousada, os bares, os comércios e algumas residências.

Devido a abrangência da paisagem, foi utilizada a geodiversidade como forma de delimitação deste estudo, representando as relações entre o homem e os elementos físicos do ambiente, que compõem as paisagens do quilombo Itamatatiua, além da importância

científica, revelam memórias, heranças, crenças, entre outros, adquirindo o valor cultural que transcende a análise isolada de determinado solo, ou rocha, por exemplo.

A geodiversidade da área do quilombo consiste em relevo plano com leves ondulações, área de campos inundados nos períodos chuvosos, solos argilosos que dão suporte ao artesanato local, o rio e o afloramento de água subterrânea e o clima tropical equatorial, todas estas características auxiliam na subsistência, nas atividades domésticas e econômicas. Todos os elementos da paisagem que pertencem a geodiversidade, evidenciam as relações culturais estabelecidas entre os moradores de Itamatatiua e a paisagem em que estão inseridos, dando origem a identidade cultural construída através da memória coletiva da comunidade.

A Fonte do Chora demonstra uma paisagem natural modificada, que evidencia alto valor cultural por seus significados, mitos e histórias, assim como a Mata Chã do Meio que também representa um lugar sagrado para os moradores. De acordo com as artesãs, a mata foi reservada pelos antigos e fica distante da comunidade. A comunidade relata que esta área foi deixada pelos seus ascendentes, sendo protegida por eles até os dias atuais.

O solo foi considerado vida pelos moradores e de extrema importância para suas plantações afirmando ser uma terra fértil, onde planta-se verduras, legumes, ervas medicinais, entre outros. O solo da área, auxiliado pela geologia, geomorfologia e o clima são responsáveis pela retirada da argila para confecção das peças de cerâmica.

A argila significa a sobrevivência pois a maioria das mulheres da comunidade sustentam suas famílias através do retorno financeiro da venda de suas peças de cerâmica. O outro elemento que foi abordado nas entrevistas foi a rocha, eles atrelaram a construção de casas na comunidade atendendo as necessidades de moradia da população do quilombo.

Os campos inundáveis de Itamatatiua, assim como as outras paisagens citadas, são a representação do uso consciente dos recursos naturais da comunidade. Esta área possui aspectos físicos característicos da região da Baixada Maranhense.

O rio que drena a área é outro importante elemento constituinte da paisagem. Entretanto, uma pequena parcela de moradores do território, que não seguiram o pensamento consciente dos demais, afetaram significativamente o curso do rio diminuindo o volume, qualidade da água, entre outros impactos que atingem a população.

O lugar que expressa um marco material dos sentimentos de pertencimento quanto à paisagem, segundo os moradores é o ramal de acesso à comunidade, expondo a Santa e o Pote, dois símbolos que representam a fé, a devoção, o sustento, os saberes e a memória.

As paisagens locais também expressam a aproximação entre a Geografia e a Religião revelando a sacralização de lugares por meio da veneração dos elementos da natureza, como os campos alagados, a fonte, a mata, entre outros, que são considerados protegidos pela Santa.

Considerado símbolo principal do quilombo, a igreja da comunidade é um dos mais importantes pontos a ser analisado pela perspectiva cultural. Construída em homenagem a Santa Tereza d'Ávila, permeada de narrativas dos moradores, significa proteção a comunidade e devoção a santa, expressa a fé e constitui-se como um lugar sagrado.

O festejo da Santa Tereza d'Ávila configura uma paisagem sagrada, com base na geodiversidade dos lugares simbólicos, a imaterialidade e os fluxos sagrados, representando a identidade de filhos da santa mesmo estando inseridos num contexto da globalização e de constantes modificação, ainda mantém viva a memória dos seus antepassados e superam os obstáculos perpetuando os saberes dos antigos.

A produção das peças de cerâmica e as práticas cerimoniais e rituais que acontecem no festejo da santa Tereza, além dos saberes, os fazeres domésticos também contribuem com as relações com a paisagem, o uso da água, criação de animais, plantações, entre outros, são manifestações tomadas como potencialmente capazes de contribuir com o processo de construção da identidade, repassar as memórias e perpetuar as relações da comunidade com a paisagem.

As paisagens do quilombo Itamatatua representam uma relação estreita entre os moradores e a geodiversidade através dos usos conscientes, das transformações e das atribuições que dão a esses elementos para a cultura, a identidade e a perpetuação da memória. Alterações significativas desses elementos influenciam diretamente as tradições da comunidade, por exemplo, a degradação do rio impossibilita o lazer, as atividades domésticas e econômicas dos moradores. Também foram destacados os elementos bióticos como animais, frutas, plantas, todos esses significam a vida dos moradores que os utilizam para exercer suas atividades diárias, sustentar suas famílias, alimentar seus filhos, e afirmam as dificuldades do que seria a vida se eles não existissem.

A crença dos moradores de Itamatatua em estarem localizados em terras sagradas, as narrativas sobre os desejos e visitas de santa Tereza no quilombo e os mitos incorporados para proteção dos elementos naturais, geram os cuidados sustentáveis com as paisagens da comunidade. Esses fatos revelam a inerente relação entre o homem e a terra, expressando vínculos afetivos construídos por via da fé, das narrativas, dos mitos, da

sacralização dos elementos que dão origem ao espaço sagrado de Itamatatiua, respondendo as indagações que nortearam o presente trabalho.

Afirma-se então que os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados, demonstrando que a paisagem do Quilombo Itamatatiua é um elemento que contribui de forma significativa na construção da identidade cultural dos moradores da área. Além de identificar também os elementos da geodiversidade que estavam inseridos na paisagem do Quilombo, verificar para quais fins a comunidade quilombola utilizava tais elementos e estabelecer a relação dos elementos da paisagem e os moradores da comunidade.

Esta pesquisa foi realizada em um contexto de pandemia, possuindo como principal obstáculo a impossibilidade de visitar a comunidade. Este obstáculo foi crucial para não efetivação de todos os procedimentos metodológicos inicialmente propostos pela pesquisadora como a observação participante por um período mais longo, a aplicação de mais entrevistas e a execução da cartografia social. Entretanto, mesmo com essas dificuldades e pela atual pesquisa ser a continuação de uma anterior, os dados obtidos geraram resultados satisfatórios para concluir o trabalho, alcançando os objetivos propostos e respondendo aos questionamentos que nortearam o estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Vol. 1. Brasília: MMA, 2006.

_____. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Vol. 2. Brasília: MMA, 2006.

_____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALVES, Danielle de Assis Araujo. **Os serviços da Geodiversidade na Comunidade quilombola de Itamatatua, Alcântara – Maranhão**. Monografia – Curso de Geografia. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.

AMORMINO, L. **IDENTIDADE E MEMÓRIA**: um olhar a partir dos Estudos Culturais. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF. Vol.1. nº 2. Dezembro, 2007.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de Índio: Identidade Étnica e Conflito em Terras de Uso Comum**. São Luís: Ed. UFMA, 1999.

ARRUTI, José. A Emergência dos “Remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Revista Mana**. Vol. 3. N. 2. Rio de Janeiro, 1997.

AUGÉ, Marc. **Guerra dos Sonhos**: Exercícios de etnoficção. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1998.

AZEVEDO, U. R. **Patrimônio Geológico e Geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas gerais**: Potencial para a criação de um Geoparque da UNESCO. Belo Horizonte: IG-UFMG, 2007. Tese de Doutorado.

BANDEIRA, Arkley. Aproximações entre a Etnografia Arqueológica e os Modos de Fazer na Comunidade Quilombola de Itamatatua, Alcântara – Maranhão. **Revista de Arqueologia Pública**. Campinas, SP. 2017.

BANDEIRA, Iris Celeste Nascimento. **Geodiversidade do estado do Maranhão**: programa geologia do Brasil levantamento da Geodiversidade. Teresina: CPRM, p. 11, 2013.

BARBOSA, Liriane. GONÇALVES, Diogo. A paisagem em geografia: diferentes escolas e abordagens. **Élisée, Rev. Geo**. UEG – Anápolis, v.3, n.2, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERQUE, Augustim. **Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural**. In CORRÊA, RL. ROSENDAHL, Z., orgs. Geografia cultural: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

BONI, V.; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), Florianópolis – SC, 2005.

BORBA, A. W. **Geodiversidade e geopatrimônio como bases para estratégias de geoconservação: conceitos, abordagens, métodos de avaliação e aplicabilidade no contexto do Estado do Rio Grande do Sul**. Pesquisas em Geociências, Porto Alegre, v. 1, n. 38, p. 4, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso: 22/12/2019.

BRASIL. Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Brasília, 2003.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Certificação Quilombola**. 2018. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551> Acesso em: 10/10/2019

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa** e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 mai. 2012a. ISSN 1677-7042.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de bens móveis e integrados Maranhão e Piauí: Capela de Sta. Tereza D'Ávila, Itamatatua, Alcântara**. São Luís: MinC/ IPHAN, 1999. v. 12.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família, e dos Direitos Humanos. **Programa Brasil Quilombola promove a cidadania das comunidades**. 2018.

BRILHA, J. **Patrimônio Geológico e Geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica**. 1ª ed. Braga: Palimage Editores, 2005.

CABRAL, Luiz. **A paisagem enquanto fenômeno vivido**. Revista Geosul. Florianópolis, EDUSC, 2000.

CANINDÉ, Francisco. **História do Município de Curuçá no Estado do Pará. Tomo I. Período Pré-Colonial (1612/15-1653)**. Edição do Autor. Curuçá – Pará, 2015.

CLAVAL, Paul. O território na Transição da Pós- Modernidade. in: **Revista geographies et cultures**. Paris: L'Harmattan. Trad. e rev. Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert. n. 20, 1996.

COLLOT, Michel. Poesia, Paisagem e Sensação. **Rev. de Letras**. Nº 34. Vol. (1). Curitiba, 2015.

COMUNIDADE CATÓLICA PANTOKRATOR. **Santa Teresa de Jesus**. 2016. Disponível em: <<https://pantokrator.org.br/mediacenter/formacoes/santa-tereza-davila/>> acesso: 14/03/2020.

Convenção nº. 169 sobre povos indígenas e Tribais e Resolução referente à ação da Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e simbolismo. p.133-153. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas.** In CORRÊA, R. L. ROSENDAHL, Z., (Orgs.) **Geografia cultural: uma antologia.** Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2012.

COUTO, Jorge. **A Construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais do Quinhentos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Geodiversidade.** p. 1, 2016. Disponível em<<http://www.cprm.gov.br/publique/GestaoTerritorial/Geodiversidade/Geodiversidad-e-623.html> -162> acesso em: 12/07/2019.

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão: relatório diagnóstico do município de Alcântara.** (Org.) Francisco Lages Correia Filho. Teresina, 2011.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. **Revista Espaço Acadêmico.** 2012.

d'ÉVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614.** São Paulo: Siciliano, 2002. Coleção Maranhão Sempre.

d'ABBEVILLE, Claude. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.** Tradução de Sérgio Milliet. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

_____. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.** São Luiz: Typ. do Frias. Trad. do Dr. Cezar Augusto Marques, 1874.

DANTAS, M.; ARMESTO, R.; SILVA, C.; SHINZATO, E. **Geodiversidade e análise da paisagem: uma abordagem teórico-metodológica.** Terræ Didática. Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v11_1/PDF11-1/111-1-85%20.pdf> Acesso em: 10/07/2020.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: a natureza da realidade geográfica.** Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** 5º ed. Brasília, 2018.

FEITOSA, A. C. Ambiente e cultura no Maranhão colonial: a contribuição dos saberes indígenas. In: DIAS, José Alves e MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **Cultura, Educação, Memória, Saberes.** Uberlândia, Ed. Navegando, 2020, pp. 69-82,

_____. **A Geodiversidade como Patrimônio Turístico do Estado do Maranhão-Brasil: A singularidade dos Cenários naturais.** In. JACINTO, R.; VALENTÍN, C. D.

Diálogos (Trans)fronteiriços: Patrimónios, Territórios, Culturas. Lisboa: Âncora Editora, 2016.

_____. **Ambiente e Paisagem no Maranhão Colonial: ação dos índios e conquistadores na modelagem das paisagens culturais.** In. BELFORT, C.; CUTRIM, G. D. K.; CÂMARA, B. R. (org). Espaço, Turismo e Cultura. Edufma. São Luís, 2017.

FERREIRA, Jurandyr. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Ed: IBGE, Rio de Janeiro, 1959.

FERREIRA, R. B. Fenomenologia da Paisagem: Prolegômenos de uma Geografia das Essências. **Rev. Nufen: Phenom. Interd.** Belém, 9(2), 63-74, mai. – ago., 2017.

FERREIRA, Rosinete; GRIJÓ, Wesley. **Eu E Tu Em Itamatatua:** Traços De Uma Identidade Cultural. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Rio de Janeiro, 2009.

FR. ANDRÉ PRAT, O. CARM. **Notas históricas sobre as missões carmelitanas no extremo Norte do Brasil (Séculos XVII e XVIII).** Recife, 1941.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolo:** o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAY, J. M. **Geodiversity:** valuing and conserving abiotic nature. 1ª ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2004.

GRIJÓ, Wesley. **MÍDIA E CULTURA:** um estudo da televisão e da identidade cultural no quilombo de Itamatatua. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, 2010.

GRIJÓ, Wesley; BERARDO, Rosa; MENDONÇA, Maria. **A Identidade na Comunidade Negra de Itamatatua sob a Perspectiva dos Estudos Pós Coloniais.** Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia, 2009.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, p. 5051, 1999.

HARNER, John. **Place Identity and Copper Mining in Sonora, Mexico.** Annals of the Association of American Geographers, 91 (4), p. 660-680, 2001.

HEMMING, J. **Ouro vermelho:** a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2007.

HENRIQUES FILHO, Tarcísio. Quilombola A legislação e o processo de construção de identidade de um grupo social negro. **Revista de Informação Legislativa.** Brasília a. 48 n. 192 out./dez. 2011.

HISSA, Cássio. **Entrenotas:** Compreensões de Pesquisa. Ed: UFMG, 2020.

HURSEL, Edmund. **A crise da humanidade européia e a filosofia**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Cidades**. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/historico>> Acesso: 08/06/2020.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Educação na Baixada Maranhense 1822/1889**. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação. Rio de Janeiro, 1982.

MARANHÃO. GEPLAN-LABGEO-UEMA. **Atlas do Maranhão**. São Luís: Labogeo, 2002.

MARCONI, M. LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3º ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARTINS, Cynthia Carvalho. NUNES, Patrícia Portela. PEREIRA JÚNIOR, Davi. **Quilombos e Mocambos: as ‘Terras de Preto’ do Maranhão e a diversidade de territorialidades específicas**. 2014. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1397480781_ARQUIVO_QUILOMBOSEMOCAMBOS.pdf> Acesso: 14/03/2020.

MATALOTO, R. Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto-alentejano. **Revista Portuguesa de Arqueologia**. volume 10. número 1. p. 124, 2007.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAXIMIANO, L. A. **Considerações sobre o conceito de paisagem**. Editora UFPR, Curitiba, n. 8, p. 1, 2004.

MEDEIROS, W. D. A.; OLIVEIRA, F. F. G. **Geodiversidade, geopatrimônio e geoturismo em Currais Novos, NE do Brasil**. Mercator. Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 5969. 2011.

MEIRA, Suedio; MORAIS, Jader. **Os Conceitos de Geodiversidade, Patrimônio Geológico e Geoconservação: Abordagens Sobre o Papel da Geografia no Estudo da Temática**. v. 34, n. 3, p. 129-147. Maringá, 2016.

MEIRELES, M. M. **Os Negros no Maranhão**. In. Dez Estudos Históricos. São Luís: Alumar, 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MITCHELL, D. **The Lie of the Land: Migrant Workers and the California Landscape**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.

MOURA – FÉ, Marcelo; SILVA, João; BRASIL, Josielly. **Geocultura:** proposta de estudo da relação entre geodiversidade e cultura. Instituto de Geociências – UNICAMP. Campinas – SP, 2017.

MOURA, Danieli. SIMÕES, Christian. A evolução histórica do conceito de paisagem. **Rev. Ambiente & Educação.** Rio Grande, 2010.

NABOZNY, Almir. **Da paisagem como olhar do geógrafo à paisagem como olhar os olhares dos outros.** Geografia Ensino & Pesquisa, v. 15, n.1, p. 40, jan. /abr. 2011.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo.** São Paulo: Publifolha, 2000.

NASCIMENTO, M. A. L. do; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo:** trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. p. 10, 2008.

NUNES, Patrícia Portela. **Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo.** Tese de Doutorado. Programa Pós-Graduação em Antropologia – PPGA/UFF, 2011.

OOSTERBEEK, Luiz; REIS, Milena das Graças Oliveira. **Terras de preto em terras da santa:** Itamatatiua e as suas dinâmicas quilombolas. Cad. Pesq., São Luís, v. 19, n. 1, jan./abr. 2012.

PASSOS, dos M. M. **Paisagem e Meio Ambiente.** Ed Eduem. Maringá, p. 49, 2013.

PEREIRA JÚNIOR, D. **Territorialidades e identidades coletivas:** uma etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense. 2012. 151f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PEREIRA, Clevisson. **Geografia da religião e a teoria do espaço sagrado:** a construção de uma categoria de análise e o desvelar de espacialidades do protestantismo batista. Curitiba, 2014.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira. **Necessidades informacionais das mulheres da Comunidade Quilombola de Itamatatiua – Maranhão.** Salvador, 2018.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira; FARIAS, Maria. **Análise de mitos africanos em uma comunidade quilombola:** comunicação, informação e religiosidade. Comun. & Inf., Goiânia, GO, v. 19, n. 2, p. 53-70, jul./dez. 2016.

PEREIRA, Ernandes. **O olhar humanista cultural sobre as percepções e representações dos povos ribeirinhos do Formate.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. **A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara.** O direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA - Brasil. Org. Nelson Saule Jr. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. **São Luís NE/SE, Folhas SA. 23-X e SA. 23-Z. Estados do Maranhão e Piauí. Escala 1:500.000.** / Organizado por José Pessoa Veiga Júnior. – Brasília: CPRM, 2000.

RABELO, T. O. **Geodiversidade em Ambientes Costeiros:** discussões e aplicações no setor sudeste da ilha do Maranhão, MA-Brasil. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Natal, 2018.

RELPH, Edward. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v. 7, n. 4, abr. 1979.

ROCA, Z. OLIVEIRA, J. A. **A Paisagem como Elemento da Identidade e Recurso para o Desenvolvimento.** X Colóquio Ibérico de Geografia, 2005.

RODRIGUES, T. L. N. (Org). Programa de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil: **São Luís. Folha AS-23-2-A, Cururupu Folha AS- 23- X- C, escala 1: 250.000,** Brasília: CPRM, 1994.

SALGUEIRO, T. B. Paisagem e Geografia. **Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia**, 36 (72): 37-53, 2001.

SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências.** 5º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 66, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** Hucitec. São Paulo, 1988.

SAUER, Carl. **A morfologia da paisagem.** In CORRÊA, RL. ROSENDAHL, Z., orgs. Geografia cultural: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos:** Geografia e Fenomenologia. Editora Contexto. 1ª ed. São Paulo, 2019.

SILVA, M. L. N. **Geodiversidade da Cidade do Natal:** Valores, Classificações e Ameaças. 2016. 170f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de Geologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, Matheus; NASCIMENTO, Marcos. **Os Valores da Geodiversidade de Acordo com os Serviços Ecossistêmicos Sensus Murray Gray Aplicados a Estudos In Situ na Cidade do Natal (RN).** Caderno de Geografia, v.26, 2016.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à fenomenologia.** Tradução de: Alfredo de O. Moraes. São Paulo: Loyola, 2004.

SOUZA, K. I. S. et al. **Proteção ambiental de nascentes e afloramentos de água subterrânea no Brasil:** histórico e lacunas técnicas atuais. Revista de Águas Subterrâneas, v. 33, n.1, 2019.

SUESS, Rodrigo. Geografia Humanista e a Geografia Cultural: encontros e desencontros! a insurgência de um novo horizonte?. **Élisée, Rev. Geo.** UEG – Porangatu, v.6, n.2, 2017.

TEIXEIRA, S.G.; SOUZA FILHO, P.W.M. **Mapeamento de ambientes costeiros tropicais (Golfão Maranhense, Brasil) utilizando imagens de sensores remotos orbitais.** Revista Brasileira de Geofísica, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 69-82, 2009.

TORRES, G. R. **Da praça à montanha:** a paisagem identitária de Ouro Preto, Minas Gerais, na Primeira República. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis-SC, p. 9, 2015.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia e meio ambiente. In: TUAN, Yi-Fu. **Topofilia.** São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. Editora: Eduel. 1 ed. São Paulo, 2013.

ZEE-MA. Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão. **Base de Dados – Escala 1:250.000.** Disponível em: <<http://www.zee.ma.gov.br/Portal/basededados>> Acesso em: 28/10/2018.

ANEXOS

ANEXO A



CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Alessiane de Jesus, portadora do CPF 046299293-47, na qualidade de líder da Comunidade Quilombola Itamatatuiá, manifesto interesse e AUTORIZO a **Danielle de Assis Araujo Alves**, pesquisadora do **Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PGCult** da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Matricula 2019101208, RG 22997732002-7, CPF 016899713-47, a realizar o Projeto de Pesquisa intitulado **“A PAISAGEM COMO CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NO QUILOMBO ITAMATATUIA, ALCÂNTARA – MA”**, com o objetivo de compreender a paisagem do Quilombo Itamatatuiá como elemento da construção da identidade cultural dos moradores da área, tendo como procedimentos metodológicos a **observação participante, entrevistas semiestruturadas com os moradores e a elaboração de cartografia social**, orientada pelo professor **Dr. Antonio Cordeiro Feitosa**.

Comunidade Itamatatuiá, Alcântara – MA, 20 de julho de 2019.

Alessiane de Jesus
CPF: 046.299.293-47
Líder Comunitária

ANEXO B

UFMA - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PAISAGEM COMO CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NO QUILOMBO ITAMATATIUA, ALCÂNTARA - MA

Pesquisador: Danielle de assis araujo alves

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 18807719.3.0000.5087

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.662.033

Apresentação do Projeto:

A paisagem é constituída de elementos naturais e culturais percebidos através dos sentidos. Dentre os elementos naturais, a geodiversidade inserese na paisagem e contribui significativamente para a identidade da comunidade que a utiliza. A identidade não é geneticamente herdada, mas construída de acordo com o meio e a sociedade. A comunidade de Itamatatiua tem a sua identidade atrelada aos elementos da paisagem que expressam sua origem e seus costumes. Neste estudo, aborda-se a paisagem do Quilombo Itamatatiua como elemento da construção da identidade cultural dos moradores da área, partindo da pesquisa bibliográfica e do estudo de campo, com enfoque fenomenológico, para interpretar as vivências e experiências dos moradores e a paisagem na qual estão inseridos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender a paisagem do Quilombo Itamatatiua como elemento da construção da identidade cultural dos moradores da área.

Objetivo Secundário:

- Identificar os elementos da geodiversidade que estão inseridos na paisagem do Quilombo; • Verificar para quais fins a comunidade quilombola utiliza os elementos da paisagem natural;
- Relacionar os elementos da paisagem e os moradores da comunidade.

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética

CEP: 65.080-040

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

Fax: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

UFMA - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO



Continuação do Parecer: 3.662.033

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos desta pesquisa serão mínimos, visto que não envolve nenhum estudo invasivo ou experimental da área da saúde. Entretanto, as entrevistas realizadas na pesquisa, assim como a observação, possuem a possibilidade de constranger o participante. Para atenuar essa situação, o pesquisador dará suporte teórico-prático aos participantes da pesquisa. As entrevistas que serão realizadas, não haverá necessidade de deslocamento por parte do participante, serão realizadas no seu próprio local de moradia com o objetivo de minimizar riscos que porventura pudessem acontecer durante o seu deslocamento para a entrevista. O participante irá disponibilizar uma parte mínima do seu tempo para responder à entrevista que durará aproximadamente 20 (vinte) minutos. Mas o pesquisador compromete-se a ser objetivo e sucinto na hora da entrevista, permitindo que o participante retome o quanto antes às suas atividades cotidianas. O participante da pesquisa tem seu anonimato assegurado em todas as fases da pesquisa e em posteriores publicações de trabalhos que se desenvolva a partir deste estudo. A participação será opcional, cabendo ao entrevistado a escolha por não responder alguma questão que lhe gere desconforto bem como desistir a qualquer momento sem que isso incorra em alguma penalidade sobre ele.

Benefícios:

A pesquisa se compromete com o mínimo de riscos e o máximo de benefícios, contribuindo para a ampliação de conhecimento, assim como a divulgação acerca dos elementos naturais que constituem a paisagem do Quilombo Itamatatua e são importantes para a sobrevivência, a tradição, a cultura, a religião e o lazer dos moradores da comunidade. A pesquisa também busca destacar a extrema importância da conservação e preservação desses elementos naturais, auxiliando na qualidade ambiental da área e na divulgação destes resultados, na tentativa de implementação de políticas públicas que visem o desenvolvimento da qualidade ambiental e de vida dos moradores. Portanto, de acordo com a Resolução Nº 510/2016, em seu Capítulo I, Art. 2º - III, dentre os benefícios da pesquisa, pode possibilitar "[...] a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016, p. 2).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa esta bem elaborada e com todos os elementos necessários ao seu pleno desenvolvimento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatórios foram entregues e estão de acordo com a resolução

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

**UFMA - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO**



Continuação do Parecer: 3.662.033

466/12 do CNS.

Recomendações:

Não existem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram acatadas e corrigidas pela pesquisadora e estão de acordo com a resolução 466/12 do CNS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1403104.pdf	09/10/2019 10:36:30		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Recurso.pdf	09/10/2019 10:35:57	Danielle de assis araujo alves	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/10/2019 10:32:53	Danielle de assis araujo alves	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	09/10/2019 10:32:40	Danielle de assis araujo alves	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_2.pdf	09/10/2019 10:31:38	Danielle de assis araujo alves	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao.pdf	29/07/2019 10:40:20	Danielle de assis araujo alves	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado.docx	29/07/2019 10:38:21	Danielle de assis araujo alves	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado.pdf	29/07/2019 10:37:13	Danielle de assis araujo alves	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040
UF: MA **Município:** SÃO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

UFMA - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO



Continuação do Parecer: 3.662.033

SAO LUIS, 25 de Outubro de 2019

Assinado por:
Flávia Castello Branco Vidal Cabral
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
Bairro: Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética **CEP:** 65.080-040
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

Apêndices

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome: _____ Idade: _____

Formação profissional: _____ Data da entrevista: _____

1. Onde você nasceu?
2. Durante sua rotina diária, qual elemento abiótico da natureza você utiliza? Para quais fins? (além da água)
3. Durante sua rotina diária, qual elemento biótico da natureza você utiliza? Para quais fins?
4. Você utiliza esses elementos durante sua rotina diária de trabalho ou de consumo?
5. Você conseguiria fazer suas atividades caso esse elemento não existisse?
6. Se sim, qual seria o elemento alternativo?
7. Qual o significado que você atribui aos seguintes elementos?
 - Água
 - Solo
 - Rocha (pedra)
 - Argila
 - Madeira
 - Plantas
 - Frutas
 - Animais que não são domésticos
 - Outros : _____

APÊNDICE B

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: “A PAISAGEM COMO CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NO QUILOMBO ITAMATATIUA, ALCÂNTARA - MA”.

Prezado (a) senhor (a), convidamos você para participar voluntariamente na pesquisa que é de responsabilidade da geógrafa Danielle de Assis Araujo Alves, discente do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Cordeiro Feitosa. Esta pesquisa tem por objetivo compreender a paisagem do Quilombo Itamatatiua como elemento da construção da identidade cultural dos moradores da área.

Também objetiva identificar os elementos da geodiversidade que estão inseridos na paisagem do quilombo, verificar para quais fins a comunidade quilombola utiliza os elementos da paisagem natural e relacionar os elementos da paisagem e os moradores da comunidade, a sua colaboração é fundamental para a concretização desta pesquisa, e será feita através de uma entrevista semiestruturada, ou seja, por meio de algumas perguntas que você irá responder. Após a efetivação da pesquisa, os resultados serão apresentados em eventos científicos e publicados em revistas e outras publicações, logo, sua participação será de grande valia para análise da paisagem e sua importância para a sociedade, preservando e conservando os elementos naturais que a compõe.

Esta entrevista obedecerá a todos os critérios éticos estabelecidos em Pesquisa com Seres Humanos e será pautada nos termos da **Resolução N° 466/2012 e Resolução N° 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde**. Com o intuito de preservação da dignidade humana, todos os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa tendem a minimizar os riscos à sua imagem, integridade física e psicológica.

Vale salientar que toda pesquisa pode incidir em riscos para os participantes, mas estes tendem a ser mínimos, podendo ser de ordem psicológica, uma vez que poderá haver algum constrangimento com relação à presença do pesquisador durante a realização das entrevistas. Caso isto ocorra, você tem liberdade para recusar respondê-la e poderá passar para a próxima pergunta. Sua identidade será resguardada em todas as fases da pesquisa bem como em todas as publicações e apresentações em eventos posteriores, a não ser que você mesmo queira ser identificado. Garantimos ainda que você pode ou não aceitar participar e que pode desistir a qualquer momento, sendo que você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração, nem durante, nem após a pesquisa.

Outra situação que poderá ser gerada como decorrência das entrevistas é a participação na mesma comprometer suas atividades diárias, tendo em vista o desprendimento de pelo menos 20 (vinte) minutos de seu tempo. Mas tal comprometimento é mínimo em virtude da contribuição na pesquisa.

Os benefícios da pesquisa serão indiretos, contribuindo para a ampliação de conhecimento, assim como a divulgação acerca dos elementos naturais que constituem a paisagem do Quilombo Itamatatua e são importantes para a sobrevivência, a tradição, a cultura, a religião e o lazer dos moradores da comunidade.

Uma via deste termo, assinada por ambas as partes, ficará com você e outra com o pesquisador. Caso queira esclarecer alguma dúvida você poderá entrar em contato com a pesquisadora (98) 98241-5171. Caso se sinta mais à vontade, poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) da cidade de São Luís, Maranhão, através do telefone (98) 3272-8708. Após ter lido e compreendido este termo e a pesquisa da qual se trata, por favor, assine abaixo no local indicado e seja voluntariamente um participante.

Nome do Participante da Pesquisa

Danielle de Assis Araujo Alves (Pesquisadora)

Alcântara – MA, ____/____/____

PESQUISADORA PRINCIPAL:

DANIELLE DE ASSIS ARAUJO ALVES, brasileira, solteira, licenciada em Geografia, com CPF Nº 016.899.713-47, residente e domiciliado na Rua da União Belo Nº12, Vila Bacanga, São Luís, Maranhão, CEP 65080-590.

Contato: (98) 98241-5171.

E-mail: d.araujoalves@hotmail.com

ORIENTADOR: Prof.^a Dr.^a Antonio Cordeiro Feitosa

E-mail: acfeitos@gmail.com

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE (PGCult-UFMA)

Centro de Ciências Humanas – CCH, Térreo, Bloco 02

Av. dos Portugueses, nº 1966, Cidade Universitária, Bacanga.

Telefone: (98) 3272-8387/3272-8389

E-mail: pgcult.secretaria@gmail.com

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFMA (CEP-UFMA)

Avenida dos Portugueses, s/n, Campus Universitário Dom Delgado, Bacanga, Prédio CEB Velho, Bloco C, Sala 7 (Próximo ao Auditório Multimídia da PPPGI), CEP 65080-040.

Telefone: 3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

APÊNDICE C

Carta sobre a problemática do rio

Exmo. Sr. XXXXXX

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para colocá-lo a par de uma situação que vem trazendo impactos negativos para a comunidade Itamatatiua, localizada no município de Alcântara. Referimo-nos a ocupação inadequada das margens do rio Aurá que está ocasionado danos não apenas ambientais, mas também socioculturais para a nossa comunidade.

No município de Alcântara, dos 21.652 habitantes, a maior parte vive na zona rural (IBGE, 2010), e dependem da economia de subsistência, dos artesanatos e do programa de transferência de renda do Governo Federal pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. A maneira como as famílias de Alcântara garantem sua subsistência é uma característica marcante nos povoados, cuja base está calcada na cultura africana sendo repassada através dos saberes tradicionais e considerada atualmente uma forma de luta e resistência.

Na comunidade Itamatatiua, as famílias vivem basicamente da pesca, artesanato, plantação e coleta de alimentos, criação de animais para a venda e do auxílio recebido pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal. No que concerne a pesca artesanal do quilombo, os pescadores exercem tal atividade apenas no período de chuvas, onde a vazão do rio retorna ao volume e curso natural possibilitando a utilização de canoa e rede. Há décadas o rio da comunidade proporciona além do lazer aos seus moradores, a pesca para a subsistência das famílias na comunidade. No entanto, a falta de responsabilidade com o meio ambiente afetou significativamente o curso do rio Aurá diminuindo o volume, a qualidade da água, entre outros impactos que afetam a população.

A comunidade Itamatatiua está inserida no sistema hidrográfico estadual do litoral ocidental, que possui uma área de 10.226,2 km², correspondendo a 3,1% da área total do estado, estando também nos domínios da bacia do rio Aurá que possui área de aproximadamente 1.309,58 km². O rio Aurá sofre constante influência das marés, que por sua vez, interferem no ritmo da vida da população (SANTOS e LEAL, 2013; ZEE-MA, 2018).

Os rios são fontes de um dos recursos indispensáveis aos seres vivos: a água. Além disso, possui importância social e econômica aos moradores da comunidade que

exercem suas atividades de subsistência desde os tempos imemoriais e atrelam valores culturais e históricos a presença deste na comunidade. Os valores culturais e históricos que representa para os moradores locais ocasionaram, em 2019, a realização de um percurso ao longo do curso do rio para compreender a situação que poderia estar comprometendo-o.

Neste percurso foram encontrados roças, açudes e cercas nas proximidades da nascente. Visto que a conservação do rio começa pela preservação de sua nascente, esta encontra-se ameaçada pelas ações desordenadas, acarretando os processos de assoreamento, erosão, perda da mata ciliar, poluição por possíveis produtos utilizados nos roçados, afetando a qualidade ambiental e a qualidade de vida. Ou seja, várias ações de infrações a Lei 12.651/2012, que indicam essas áreas como APPs (Áreas de Proteção Permanente) previstas no novo Código Florestal.

Diante do que foi exposto e visto que a comunidade se encontra nos domínios Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses e da Baixada Maranhense, locais que possuem características naturais de importância preservacionista, busca-se medidas do poder público para mitigar essas ações que comprometem o rio que percorre a comunidade Itamatatua, visando a preservação da natureza, das atividades de subsistência, do lazer, da história e das tradições até então mantidas pelos moradores.

Confiantes na busca de alternativas para a qualidade socioambiental da comunidade, a partir de iniciativas que tornem Itamatatua um lugar melhor para se viver, esperamos que as reivindicações aqui colocadas sejam atendidas e consideradas por Vossa Excelência.

Att,

Comunidade de Itamatatua,

Alcântara – MA.